UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES

Inclusão digital como direito fundamental

São Paulo
2011

VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES

Inclusão digital como direito fundamental

Dissertação apresentada junto à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Direitos Humanos

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Inês Schilling

São Paulo
2011

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira.

Inclusão digital como direito fundamental / Victor Hugo Pereira Gonçalves. São Paulo, 2011. 135 p.

Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011.

Área de Concentração: Direitos Humanos

Orientadora: Profª. Dra. Flávia Inês Schilling

1. Inclusão digital. 2. Direitos fundamentais. 3. Exclusão. 4. História. 5. Luta. 6. Transformação social.

Nome: GONÇALVES, Victor Hugo Pereira

Título: Inclusão digital como direito fundamental

Dissertação de Mestrado apresentada junto à
Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Direitos Humanos

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Inês Schilling

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai que sempre proveu mais do que podia para que chegasse até aqui.

À minha sócia, Sabrina Rodrigues Santos, por sua dedicação, carinho e irmandade nestes anos de convivência juntos.

À minha orientadora, Flávia Inês Schilling, por permitir ao sonho os meios de se realizar e por acreditar na ideia de que a inclusão educacional pode superar as adversidades até em relação à área de pesquisa. Sem as suas contribuições, com certeza não teria atingido nem metade das possibilidades que o trabalho requeria. É uma honra tê-la como orientadora.

Ao Prof. Dr. Márcio Alves da Fonseca, pela amizade, por iniciar e ampliar a minha formação acadêmica no gosto pela filosofia, principalmente nos estudos de Foucault, e por mostrar as possibilidades críticas existentes na construção de cada objeto de conhecimento. Ensinaamentos a que sempre recorro. Muito obrigado.

Ao Prof. Dr. Newton de Lucca, pelo carinho imenso com que sempre abraçou as minhas ideias e sonhos. A sua amizade inestimável, o rigor técnico e acadêmico e a motivação infindável, recheados de ternura e alegria, inspiram cada linha deste trabalho e da minha vida pessoal.

E, por fim, um agradecimento especial a Gabriela Coghi Silva, cujo amor e doçura ajudaram a superar todos os obstáculos pessoais. É este amor que inspira cada linha da minha vida e deste trabalho.

À minha mãe, Ana Maria Pereira Gonçalves, a quem em meus pensamentos cada dia vive mais; o amor pelos livros e pela vida me inspirou a não desistir jamais deste trabalho.

RESUMO

GONÇALVES, V. H. P. *Inclusão digital como direito fundamental*. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

A inclusão digital tem sido um tema muito difundido nos discursos políticos e econômicos por conta da penetração das tecnologias de informação e comunicação, que conectam o mundo todo em segundos. Com a internet, rede mais visível destas tecnologias, o ser humano tem acesso a dados, informações e conhecimentos que jamais ocorreu na história. A inclusão digital tornou-se uma necessidade humana por suas possibilidades infinitas e benéficas de uso. Todos precisam estar conectados. Contudo, em decorrência destas possibilidades, há uma profusão de discursos que se entrecruzam e não necessariamente atendem a perspectiva da inclusão, visto que a maioria da população mundial está excluída digitalmente. Diante disto, há que se pensar a inclusão digital para além do simples acesso a uma tecnologia de informação e comunicação. A inclusão digital, como necessidade histórica, possui um valor que deve ser transformado em direito a ser utilizado pelo ser humano contra esta exclusão. A inclusão digital como um direito deve se questionar desde a utilização do conceito de inclusão digital e sua relevância acadêmica até como inserir a inclusão digital dentro do mundo jurídico. Para percorrer este caminho, percebeu-se um distanciamento entre os discursos que proferem a inclusão digital e as práticas que geram a exclusão. Assim, a construção da inclusão digital, para não gerar exclusão, tem de ser associada a um direito. Mais que um simples direito, um direito fundamental. Os direitos fundamentais são frutos das lutas contra o absolutismo e ferramentas de transformação social. É somente nesta perspectiva que a inclusão digital se tornará relevante no enfrentamento das exclusões atuais e virtuais. A inclusão digital como direito fundamental tem de ser apropriada pelo ser humano, a fim de combater as práticas exclusivas.

Palavras-chave: Inclusão digital. Direitos fundamentais. Exclusão. História. Luta. Transformação social.

ABSTRACT

GONÇALVES, V. H. P. *Digital inclusion as a fundamental right*. 2011. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

The digital inclusion has been a theme much spread in politics and economics speeches, because the penetration of the information and communication technologies, who connected the whole world in seconds. With the internet, the net most visible in this technologies, the human being have access to datas, informations and knowledges that ever occurred in the History. The digital inclusion became a human need on account of his possibilities. Everyone must be connected. However, in result of this possibilities, there is a exuberance of speeches that intercrosses and not necessarily answers the perspective of digital inclusion, due to the fact that the most of the world population is excluded. In this matter, must be rethought the digital inclusion beyond to the simple access a some information e communication technologies. The digital inclusion, as a historical need, possess a value that must be transformed in right to be used by human being against this exclusion. Therefore, the digital inclusion as a right must to question itself since the usability of the concept and his relevance until how to insert itself in the legal frame. So, to trespass this path, it was noticed that exist a gap between the speeches which pronounces the digital inclusion with practices that created exclusion. Therefore, the digital inclusion construction must be, to not generate exclusion, associated to a right. More than a simple right, to a fundamental right. The fundamental rights are product of fights against absolutism and are the tools of social transformation. It's only in this perspective that a digital inclusion will become relevant against exclusions actual and virtual as well. The digital inclusion as a fundamental right must be appropriated by human being to fight the exclusive practices.

Keyword: Digital inclusion. Fundamental rights. Exclusion. History. Struggle. Social transformation.

LISTA DE SIGLAS

ABUSAR	Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio da América do Sul
BID	Banco Internacional para o Desenvolvimento (Banco Mundial)
CCI	Câmara de Comércio Internacional
CETIC.BR	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação
CEDH	Corte Europeia de Direitos Humanos
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIJ	Corte Internacional de Justiça
FEM	Fórum Econômico Mundial
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IANA	Internet Assigned Numbers Authority
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICANN	Internet Corporation for Assigned Names and Numbers
ICT	Information and Communication Technology
MICT	Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
MIT	Massachusetts Institute of Technology
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio (em inglês WTO)
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RNP	Rede Nacional de Pesquisas
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UIT	União Internacional das Telecomunicações
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 UMA INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE INCLUSÃO DIGITAL: DEBATES	20
1.1 Termos e conceitos para avaliar/propor a inserção às TIC.....	25
1.1.1 Falta ou ausência do meio tecnológico para acesso à Internet: <i>digital divide</i> , diferença digital, <i>apartheid</i> digital e abismo digital.....	26
1.1.2 Falta das condições sociais, culturais, históricas e econômicas para acesso às TIC: transformação digital, inclusão e exclusão digital, <i>digitale integration</i> e <i>digital inclusion</i>	28
1.2 Inclusão Digital e sua Relevância Conceitual	30
2 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL	33
2.1 Inclusão e exclusão: duplo conceitual	33
2.2 A inclusão/exclusão nas políticas públicas.....	35
2.3 Exclusão digital econômica	41
2.4 Exclusão digital cultural	44
2.5 Exclusão digital histórica e social	51
3 INCLUSÃO DIGITAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL	55
3.1 A inclusão digital como direito	59
3.2 A inclusão digital e a reação em cadeia dos direitos fundamentais.....	61
3.3 O direito fundamental à inclusão digital.....	70
3.3.1 Inclusão digital – universal com diversidade	72
3.3.2 O <i>locus</i> da inclusão digital e a sua interdependência com os direitos humanos fundamentais.....	76
4 INCLUSÃO DIGITAL E A PRÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS NAS CORTES INTERNACIONAIS DE JUSTIÇA	82
4.1 Universalização e democracia	82
4.2 Dos sítios das cortes internacionais de justiça.....	87
4.2.1 Corte Europeia de Direitos Humanos.....	89

4.2.1.1 <i>Acessibilidade</i>	91
4.2.1.2 <i>Línguas</i>	92
4.2.1.3 <i>Transparência</i>	93
4.2.1.4 <i>Canais de interatividade e colaboração</i>	93
4.2.1.5 <i>Intuitividade</i>	94
4.2.1.6 <i>Conclusão sobre o sítio da CEDH</i>	95
4.2.2 Corte Interamericana de Direitos Humanos	95
4.2.2.1 <i>Acessibilidade</i>	98
4.2.2.2 <i>Línguas</i>	100
4.2.2.3 <i>Transparência</i>	100
4.2.2.4 <i>Canais de interatividade e colaboração</i>	101
4.2.2.5 <i>Intuitividade</i>	102
4.2.2.6 <i>Conclusão sobre o sítio da CIDH</i>	103
4.3 Inclusão digital e universalização do acesso às cortes de justiça	103

5 INCLUSÃO DIGITAL – UM DIREITO FUNDAMENTAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA TENTATIVA DE CONCLUSÃO.....	107
5.1 Inclusão digital, direito e tecnologia	109
5.2 A inclusão digital como direito fundamental – conexões axiológicas entre as redes.....	110
5.2.1 A inclusão digital na lógica da estratégia das redes	114
5.3 Inclusão digital e as redes da desigualdade	116
5.3.1 Diferenciações sociais nas TIC	117
5.3.2 Os processos de desigualdade nas TIC.....	119
5.4 A inclusão digital como direito humano fundamental de transformação social.....	121
REFERÊNCIAS	127
REFERÊNCIAS INTERNET	133

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu com o propósito de discutir um objeto específico – a inclusão digital –, que, em suas várias acepções, principalmente na tecnológica, é um conceito amplo, largo e indeterminado, de que cada área se apropria diferentemente.

Há oito anos escrevo sobre inclusão digital, tanto na atuação como advogado como nos trabalhos acadêmicos. Atuo na área de direito informático desde então. A partir de 2004, por conta dos artigos publicados na internet, fui chamado para participar do projeto da Associação Brasileira dos Usuários de Acesso Rápido (ABUSAR), uma associação que defende a inclusão digital e os usuários de internet. Em razão da atuação da ABUSAR, entrei com uma ação contra a empresa de telecomunicações de São Paulo para impedir a cobrança do provedor extra, que não realizava serviço de conexão à internet. Após esta ação, milhares de pessoas ingressaram com demandas questionando a cobrança do provedor sem necessidade, do aluguel do modem-roteador, da velocidade em 10% do que foi contratado, a imposição de preços e condições, limites do tráfego de dados, enfim, toda uma série de circunstâncias em torno de alguns questionamentos frente a atitudes e práticas que oneravam o custo do acesso à internet e a fruição de todos os brasileiros desse meio de informação e comunicação. Embora não tenhamos um julgamento em definitivo, a única vitória deste caso, depois de lutas hercúleas, no Brasil, foi a minha. Não pago provedor desde 2003. Este e outros processos continuam a combater estas práticas ilegais, já que a internet no Brasil é uma das mais caras e ineficientes no mundo¹, por uma mistura de deficiência regulatória, incompetência política e incapacidade judiciária.

Ao enfrentar este desafio de lutar contra estas práticas, vi que a inclusão digital é muito mais que um discurso. Ninguém é contra. Contudo, mais de 80% da população brasileira dela está excluída. Por outro lado, analisando o trabalho realizado pela ABUSAR, que coloca informações sobre internet, direitos, equipamentos e tutoriais de forma gratuita, é possível ver a sua aceitação, tanto que já teve mais de 34 milhões de visitas desde 2001².

Dentro deste contexto, percebi que havia necessidade de mais debates acerca da inclusão digital. Em 2004, comecei a publicar artigos na internet e em revistas acadêmicas sobre a inclusão digital. Nesse mesmo ano, decidi fazer um projeto para a pós-graduação,

¹ Disponível em: <<http://www.ikaro.net/br/2009/04/ofertas-banda-larga.html>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

² Disponível em: <<http://www.sitemeter.com/?a=stats&s=sm4abusar>> Acesso em: 25 ago. 2010.

relacionando a temática da inclusão digital com os direitos humanos. Ao escrever o projeto, tinha comigo que havia a necessidade da inclusão digital em decorrência de tudo o que podem proporcionar as tecnologias de informação e comunicação para a construção de novos sujeitos.

No projeto de pesquisa desenvolvido inicialmente em 2004 sobre a inclusão digital como direito fundamental há o germe da indignação, da percepção da exclusão e da necessidade de questionar a inclusão digital como objeto de estudo científico: a inclusão digital é um direito? Se for, é de meio, garantia ou fim? Qual é o papel do direito nestas mudanças sociais e tecnológicas? E o Estado, como poderia intervir? Acreditava naquela época que a resposta estaria na criação de leis e no seu poder “harmonizador”. Enfim, uma resposta jurídica a um fato complexo e multidisciplinar. Seria uma resposta insuficiente e precária tanto teórica como faticamente.

A inclusão digital, tal como construída a partir de então, foi formatada a partir das reuniões de orientação, das aulas e da reflexão de tudo o que vivenciei no mundo acadêmico. Foi aí problematizado o objeto de estudo e comecei a ampliá-lo, torcê-lo, girá-lo, diminuí-lo, remodelá-lo, enfim, tirá-lo do lugar comum e do consenso.

Como dito anteriormente, o conceito da inclusão digital tem muita reverberação em vários campos do conhecimento e é, muitas vezes, aceito acriticamente sem os devidos questionamentos necessários de seus malefícios, benefícios, confrontos, lutas e desdobramentos. Não foi o intuito deste trabalho discutir somente o que é inclusão digital e suas implicações jurídicas, o que seria um caminho mais cômodo e parcial em termos de construção de objeto de conhecimento. A construção do objeto chamado de “inclusão digital” não passava somente pela sua definição conceitual e teórica, mas sim por suas reverberações nas práticas políticas, econômicas, sociais, culturais e históricas.

A intenção deste trabalho, a partir da construção teórica e das práticas que envolvem o que seria a inclusão digital, foi a de discutir o direito por meio da inclusão digital, com suas intersecções, distanciamentos e oposições. Não se concebe o direito como uma essência inerte, *O Direito*, mas como algo sempre em construção, em constante mudança, com lutas e desafios. Este direito não é algo harmonioso e que esconde os conflitos sem questioná-los. As mudanças estão acontecendo dentro e fora do direito, pois as necessidades humanas estão sempre sendo alteradas pelas práticas históricas, sociais, econômicas, culturais e tecnológicas.

O desenvolvimento tecnológico rápido, mais do que outros campos do conhecimento, trouxe, nos últimos 20 anos, inúmeros questionamentos às práticas do direito e parece que

este ainda não tem respostas para propor novos caminhos e soluções. Há evidentemente um momento de crise do direito diante destes desafios tecnológicos. E esta não é somente uma sensação e sim uma constatação das dificuldades enfrentadas pelas práticas do direito neste mundo globalizado e sem fronteiras. O direito, enquanto campo de conhecimento, radicalmente, encontra-se vinculado ao conceito de Estado produzido no século XIX: uma organização de pessoas num determinado território. É a questão da soberania que se irradia sobre o que seja o direito³.

Não se pode esquecer que o direito, enquanto ideia, foi esteio para as revoltas religiosas e revoluções constitucionais da burguesia dos séculos XVII e XVIII (FONSECA, 2002). Não foram somente as armas apontadas contra a monarquia absoluta, mas sim direitos universais e naturais do cidadão, tais como os inscritos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, forjados na Revolução Francesa, que deveriam ser respeitados e instituídos na formação de um novo Estado. A prática do direito tinha se tornado ferramenta de transformação social em que uma classe, a burguesia, ascendeu ao poder. Será que esta mesma ideia de direito, como ferramenta de transformação social, pode ser utilizada novamente para superar este momento de crise e desafios existentes atualmente?

A resposta positiva não se impõe, mas deve ser constantemente construída nessa direção. Para tanto, tal construção tem que ser feita na utilização prática de dois conceitos importantes que perpassarão todas as linhas deste trabalho: apropriação e atribuição de direitos.

Na construção dos direitos humanos há uma luta intensa de se estender a todas as pessoas cada vez mais direitos, no que Bobbio chamou de *A Era dos Direitos*. Estender direitos a todos tem como intuito juridicizar as práticas sociais que surgiam das necessidades dos indivíduos. Assim, as práticas do direito acabavam por colonizar todos os aspectos da vida: direito à saúde, liberdade, fraternidade, felicidade, igualdade, etc. As necessidades do indivíduo sempre refletem um direito que é assegurado pelo e contra o Estado, que nada mais é do que práticas governamentais estipuladas por um conjunto de normas constitucionais e legais. Estas práticas governamentais, além de colonizarem as práticas sociais, históricas, econômicas e culturais, foram normalizadas por elas. Este movimento normalizado-normalizador das práticas do direito (FONSECA, 2002) entra em choque com a historicidade das necessidades humanas. Há momentos em que se perde a percepção de que os direitos são

³ Neste sentido, ver as aulas de Foucault (2005a) sobre o princípio da soberania no direito no livro *Em Defesa da Sociedade*.

conquistas resultantes das lutas e combates travados diuturnamente. Não é mais reverberada a noção de que um direito é fruto destas lutas. Ao se perder esta conscientização axiológica, os direitos insertos numa forma jurídica, ou seja, nas leis e nas estruturas mediadoras das práticas governamentais, descontextualizados do momento histórico vivido, são atribuições distantes e fugazes. O direito atribuído reflete uma necessidade humana, mas distancia-se do indivíduo e de seus valores no seu exercício diário de se combater o formalismo estrutural que gera desigualdades, interdições e exclusões.

O deslocamento do problema da atribuição de direitos deve ser feito em direção à apropriação. Apropriar é “tomar para si, tomar como propriedade; arrogar-se a posse de; apoderar(-se), assenhorear(-se)” (HOUAISS, 2007). Quem se apropria, subjetiva-se a caminho da emancipação. A apropriação de direitos, quando feita criticamente, constrói um caminho para que a necessidade realize ações de mudanças nas práticas sociais, econômicas (SEN, 1981), históricas, culturais e tecnológicas. Apropriar-se dos direitos é questionar a estrutura exclusiva, combater o distanciamento e a inércia que mantêm os obstáculos. Somente quem se apropria de direitos tem condições de negociar e enfrentar os discursos das exclusões, superando-os.

O problema dos direitos humanos perpassa a este duplo atribuição-apropriação. Muitos dos discursos de direitos humanos foram descontextualizados da realidade e, não poucas vezes, foram atacados por não traduzirem uma “vontade geral”⁴. Isto é significativo para demonstrar o distanciamento do discurso dos direitos humanos dos seus destinatários, que não se insurgem contra estes ataques, nitidamente favorecendo aqueles e as situações aos quais dever-se-ia combater. Percebe-se que a prática dos direitos humanos não reflete os desenvolvimentos teóricos e jurídicos existentes, tais como os diversos tratados e convenções internacionais de direitos humanos. Há um abismo não declarado de teoria e prática dos direitos humanos.

É neste abismo entre teoria e prática que se constroem os percursos do que seria, nesta profusão de discursos vagos e contraditórios, a inclusão digital como direito fundamental. O primeiro movimento de superação deste abismo entre teoria e prática da inclusão digital como direito fundamental é desconfiar de duas posturas correntes de quem discursa sobre este tema: o triunfalismo da tecnologia e o da forma da lei.

⁴ Geralmente esta expressão é utilizada por meios de comunicação e muitos cidadãos que veem nos direitos humanos como uma forma de defesa dos fora da lei, em detrimento dos seus direitos.

Não são poucos autores que imputam à tecnologia a salvação das mazelas humanas e da superação de todos os problemas, por exemplo, com o aumento na velocidade das redes. Marc Guillaume (2010, apud MARK DERY, 2010, p. 143) critica esta visão do triunfalismo: “O discurso pregado sobre a ‘sociedade da informação’ é, assim, portador de um triunfalismo um pouco excessivo, que o filósofo Jean Brun chama de um otimismo sob crítica ou ainda uma retórica do sublime tecnológico”. O triunfalismo tecnológico esconde os poderes e saberes que se desenvolvem dentro das redes para controlar e vigiar como os indivíduos interagem e se relacionam. Por outro lado, o sublime tecnológico concentra em si a capacidade de transformação social em detrimento de outros aspectos mais relevantes ligados à necessidade humana e a construção de valores. Assim, a tecnologia passa de meio relevante de transformação social para obstáculo impeditivo de aquisição de direitos.

Outra desconfiança aberta neste trabalho, seguindo a trilha aberta por Foucault⁵, é a da forma da lei como apaziguadora e solução para os questionamentos trazidos pela inclusão digital. No percurso de discussão das formas da construção da inclusão digital como um direito aparecerá de forma nítida que pensar este direito fundamental na forma da lei inviabilizaria a sua capacidade transformadora. Enrijeceria duplamente a teoria e a prática. Não que a inclusão digital não possa ser absorvida pela lei, mas ela não pode ser pensada como restrita a ela. A inclusão digital tem sempre de ser ampliada para além, para os lugares e o tempo que as lutas e combates são travados e vividos. Lá onde o valor nasce da necessidade. Por isso, a forma da lei não deve ser tomada como princípio nem fim da inclusão digital como direito fundamental.

A partir destas premissas e ideias, foram sendo construídas inúmeras perguntas para se ampliar a busca do que seria a moldura da inclusão digital como direito fundamental, questionando mesmo a validade desta proposição teórica. O termo inclusão digital é correto? Se sim, qual é a sua relevância? Se o discurso sobre a necessidade de inclusão digital surge porque existe a exclusão, como esta é formulada e construída? Como se articula e funciona? A inclusão digital poderia ser inserida em uma dada concepção dos direitos humanos? Qual é o lugar da inclusão digital no direito e como ele enfrenta a necessidade da inclusão digital?

Assim, o trabalho, além desta introdução, possui mais cinco capítulos que abordarão e discutirão estes temas: Uma introdução ao conceito de inclusão digital: debates; Inclusão e exclusão digital; Inclusão digital como direito fundamental; Inclusão digital e a prática dos

⁵ Ver capítulo IV de Márcio Alves da Fonseca (2002, p. 241) sobre o direito novo.

direitos humanos nas cortes internacionais de justiça; Inclusão digital – um direito fundamental de transformação social: uma tentativa de conclusão.

No capítulo 1 – *Uma introdução ao conceito de inclusão digital: debates* –, o estudo foi direcionado a discutir se a terminologia inclusão digital, dentre as muitas existentes, seria a mais adequada etimológica e academicamente e se seria relevante utilizá-la para desenvolver um objeto de conhecimento. A preocupação é, desde o início, mostrar o terreno movediço que é estudar a inclusão digital. Não se discorrem sobre certezas ou soluções. São diuturnamente levantadas questões que decorrem dos embates e perspectivas existentes. Este capítulo abre as primeiras vias de como reconhecer na inclusão digital uma necessidade que deve ser abraçada como um direito. Mas quais são os obstáculos que impedem a inclusão digital como um direito?

A inclusão digital deve ser pensada como um duplo conceitual: onde há a necessidade de inclusão reconhece-se uma exclusão. O capítulo 2 – *Inclusão e exclusão digital* – constrói este funcionamento do duplo conceitual em que se ergue toda uma série de discursos sobre a inclusão digital que não se refletem em práticas. O discurso que profere a inclusão como mandamento se insere numa perspectiva exclusiva ao se transpor a realidade nas práticas econômicas, sociais, políticas, históricas e culturais. O discurso da inclusão digital enfrenta barreiras exclusivas que impedem a sua absorção nestas práticas. Os obstáculos existem tanto no mundo virtual quanto no real, que se engendram em práticas que se dissociam e distanciam da inclusão digital. Nestes arranjos, interdições e oposições, percebe-se que o triunfalismo tecnológico não ajuda a compreender a complexidade da necessidade de inclusão digital, pois, teoricamente, não há possibilidade de se conceber alguém com poder econômico sem condições de ter acesso às tecnologias de informação e comunicação. O acesso à tecnologia não dará a resposta satisfatória para a existência da exclusão digital. É nos desdobramentos das práticas políticas, econômicas, sociais, históricas e culturais que se constroem os caminhos por onde surgem as exclusões e como eles são alimentados. É somente neste desvelamento que podemos analisar as exclusões, não em sua totalidade, mas como ela funciona. Diante destas características, como fazer esta inclusão digital sem gerar como consequência a exclusão?

Neste trabalho percebe-se que, em decorrência da insuficiência tecnológica para responder aos desafios mais complexos, há a urgência da busca de se atrelar a inclusão digital a algo além do tecnológico, que distancia e desumaniza, porque acrítico. Assim sendo, o viés escolhido é o de ligar a inclusão digital ao direito. Não somente a um direito, mas a um direito

fundamental que lhe traria o substrato não somente jurídico, mas histórico e social. A inclusão digital como direito fundamental não estaria acima do direito positivado e sim fora dele, fazendo funcionar valores dentro das redes que estão além do jurídico. É este o mote do capítulo 3: *Inclusão digital como direito fundamental*. Nesta perspectiva axiológica, a inclusão digital caminhará de uma rede de computadores para uma rede de pessoas, uma “associação universal” tal como previa Saint-Simon na sua ideia inicial do que seriam as redes. Contudo, para que haja a inserção da inclusão digital no rol dos direitos, uma pergunta recorrente deste trabalho foi novamente feita: como fazer isto sem que haja exclusão?

Alguns estudiosos do direito já pensaram, em artigos, este tema da inclusão digital como direito. Entretanto, muitas análises enrijeceram a inclusão digital na sua perspectiva transformadora e fazendo com que ela fosse tratada superficialmente na direção reducionista de acesso à tecnologia. Para ampliar a análise, o direcionamento da inclusão digital como direito fundamental promove a liberação destas amarras reducionistas e propõe a discussão crítica de outros direitos fundamentais, tais como a liberdade, igualdade, a privacidade e a dignidade da pessoa humana. Ora, se os indivíduos estão recorrendo às redes de tecnologia de informação e comunicação para se potencializarem, como os direitos fundamentais têm de ser pensados ainda no viés hegeliano de reação a uma ação, de espectadores da história? Diante disto, como pode ser pensada a inclusão digital, dentro da teoria dos direitos fundamentais, em termos teóricos e práticos? Quais são os possíveis caminhos a serem trilhados na construção da inclusão digital como direito fundamental? As respostas a estas indagações não são certas nem definitivas, porém, caminham para uma direção mais propositiva na qual a teoria deve se realizar em práticas que derrubem as barreiras exclusivas e tornem as necessidades históricas dos indivíduos ferramentas de transformação social.

Dentro desta busca de construção da inclusão digital como direito fundamental foi preciso pensar como isto funciona nas práticas atuais do direito: como os direitos fundamentais funcionam nas práticas do direito quando inseridos nas tecnologias de informação e comunicação? O capítulo 4 – *Inclusão digital e a prática dos direitos humanos nas cortes internacionais de justiça* – discute as possibilidades de como a prática atual é realizada e se implementa a inclusão digital e outros direitos fundamentais. Poder-se-ia escolher a análise sistemática de várias leis e institutos jurídicos em termos de direito comparado, mas acredito que a prática do direito somente é realizada nos tribunais judiciais, por isso, este estudo utilizou-se da análise dos direitos fundamentais dentro dos sítios das cortes internacionais de direitos humanos, no caso duas: a Corte Interamericana e a Corte

Europeia. Ao esmiuçar os funcionamentos destes sítios, como eles foram construídos, as escolhas tecnológicas feitas e os modelos de interação, pode-se traçar um panorama de como estas cortes de direitos humanos trabalham os direitos fundamentais já consolidados em seus tratados constitutivos e como, dentro da perspectiva da inclusão digital, eles desenvolvem o acesso universal de todos os cidadãos às suas decisões. A análise das práticas destes sítios permite perceber os distanciamentos em relação não somente às teorias e institutos jurídicos, mas aos direitos dos cidadãos, dos quais deveriam ser defensores. A inclusão digital como direito fundamental, nestas práticas de direitos das cortes de direitos humanos, em vez de ser um viabilizador de outros direitos, torna-se mais um obstáculo criado para a exclusão.

Ao percorrer todo o trabalho visando montar uma moldura do que seja a inclusão digital como direito fundamental, no capítulo 5 – *Inclusão digital, um direito fundamental de transformação social: uma tentativa de conclusão* –, dentro de um viés mais propositivo, refaz-se o caminho percorrido para traçar alguns pontos de superação das exclusões e pavimentar alguns outros em direção a novos questionamentos e possibilidades. Por que a inclusão digital é um direito fundamental? Esta questão, que percorre todo o trabalho, não tem, nesta tentativa de conclusão, uma intenção de fechar as possibilidades, mas apenas trazer traços mais fortes e consistentes do que seja a inclusão digital como direito fundamental, a fim de guiar futuras e mais sólidas construções deste direito novo. Aliás, esta tentativa de conclusão trabalha com estes dois conceitos já desenvolvidos anteriormente: o de redes e o de direito novo. O conceito de redes visa resgatar aquele que foi desenvolvido por Saint-Simon. A noção de redes perpassa toda a construção das tecnologias de informação e comunicação tanto estruturalmente como conceitualmente. Contudo, o pensamento técnico contaminou a ideia de rede, monopolizando a noção de transformação social que ocorreria somente pela tecnologia. Este não foi o pensamento inicial de Saint-Simon que enxergava no conceito de rede uma construção para associação universal dos homens em busca das mudanças sociais. É neste resgate da filosofia original da rede que deve se atrelar a inclusão digital. Somente neste viés é que a inclusão digital é relevante como e para o direito fundamental. Por outro lado, somado ao direito novo foucaultiano, que recusa a forma da lei e vê como positiva a atitude crítica de não ser governado, esta ideia de inclusão digital se viabilizaria como transformação social.

A inclusão digital a ser desenvolvida neste trabalho não é uma ideia em si que contém todos os elementos para ser usada automaticamente, tal como posto numa lei. Ela refuta tal posição de dado perfeito e acabado. A inclusão digital como direito fundamental deve ser

apropriada como objeto e ferramenta de conhecimento, a fim de superar a superficialidade dos discursos que mantêm as exclusões e interdições. A apropriação deste direito, sem atitude crítica, torna o indivíduo refém das estruturas exclusivas já postas e atualmente vigentes. É o caminho inverso que se procura trazer e desenvolver para a ideia de uma inclusão digital como direito fundamental.

1 UMA INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE INCLUSÃO DIGITAL: DEBATES

Desenvolver a temática da inclusão digital no âmbito do direito é uma questão tão espinhosa quanto pretender dar linhas concretas a conceitos amplos como liberdade, igualdade e moralidade. Não se quer, por esta menção, igualar a inclusão digital aos conceitos de moralidade e igualdade. A inclusão digital é uma ideia recente e que será construída e desconstruída histórica e socialmente. Inicia-se, assim, um percurso, sabendo que se trilhará por caminhos difíceis.

O conceito de inclusão digital é fluido, indeterminado, escorregadio e, às vezes, chega a gerar equívocos se pretendermos utilizá-lo no viés de um olhar destoante da realidade e do contexto em que surgiu e ao qual faz referência. Insere-se, inicialmente, no âmbito das transformações tecnológicas nos meios de comunicação e informação. Estas tecnologias de informação e comunicação não são novas. Se sempre houve formas de transmissão de informações e comunicação, estas aumentaram muito a sua capilaridade, capacidade de transmissão de dados e velocidade em todo o globo terrestre. Há enorme facilidade para as pessoas se comunicarem, interagirem, produzirem e obterem informações⁶.

Se elas não são novas, por que a surpresa com estas tecnologias? As tecnologias de informação e comunicação desenvolveram-se de tal maneira que ocorreram dois fenômenos: desmaterialização dos conteúdos e convergência dos instrumentos. Este dois acontecimentos não ocorrem separadamente, mas se realizam simultaneamente, imbricando-se.

A desmaterialização, que não pode ser confundida com virtualização⁷, é a não vinculação direta entre o suporte e o conteúdo. Todo o conteúdo produzido em texto, áudio e

⁶ É relevante aqui fazer uma reflexão sobre a ubiquidade e capilaridade das tecnologias de informação e comunicação nos comportamentos humanos. As noções produzidas por estas tecnologias de distanciamento físico e aproximação virtual produzem situações, dificilmente enfrentadas há alguns anos, de relações inusitadas de pessoas presentes mas ausentes e ausentes mais do que presentes. Este fenômeno emboca na mesma direção que Anatol Rosenfeld apontou na sua análise comportamental das pessoas na difusão do telefone: “Não se esqueça, de outro lado, da facilidade das ligações telefônicas. Sem essa facilidade a vida de muitas pessoas seria hoje uma tortura. Esse fato intervém profundamente no estabelecimento e na manutenção de relações leves e superficiais, que, multiplicadas através do telefone, embotam a sensibilidade pelo valor do verdadeiro encontro. Assim, o telefone atinge-nos no âmago da nossa vida moral. O fio dá-nos uma verdadeira ubiquidade, uma mobilidade imensa que não pode ser controlada pela fiscalização normativa da vizinhança ou do parceiro matrimonial, cujas relações com o cônjuge de resto também se reduzem muitas vezes a chamadas telefônicas. Favorecido pela anonimidade da metrópole e pela rapidez do automóvel, o telefone contribui para abalar, senão princípios firmes, ao menos bons propósitos. O telefone estabelece ligações que não se realizariam através de encontros. Há uma espécie de irresponsabilidade e despudor telefônicos. Na escuridão e diante do telefone as faces não se ruborizam. Afinal, são somente as vozes que se comunicam e não as pessoas”. (ROSENFELD, 1993, p. 150).

⁷ A virtualização é a capacidade humana de abstrair e apreender os objetos enquanto símbolos e sinais.

vídeo, até final do século XX, vinculava-se diretamente com o suporte. Com a digitalização dos conteúdos de texto, áudio e vídeo, eles passaram a ser arquivos de dados para serem reproduzidos em quaisquer sistemas informáticos. A possibilidade de se transmitir conteúdos como se fossem originais, viabilizou a indiferenciação entre suportes informáticos⁸. As estações de rádio são captadas no celular ou dispostas na internet e não mais somente num aparelho específico. As músicas podem ser ouvidas em aparelhos de mp3, celulares, computadores e carregadas em armazenadores de arquivos portáteis. Os textos evadiram-se da prisão do papel e atingem outros patamares com a internet e livros eletrônicos. Os vídeos romperam a barreira dos cinemas, das televisões, dos DVDs e são reproduzidos em vários suportes de acordo com a preferência e conveniência das pessoas.

Diante da desmaterialização, como fato *a priori* ou *a posteriori*, surge a convergência dos instrumentos que carregam estas informações e realizam as comunicações. Com a unificação de texto, áudio e vídeo em arquivos de dados, torna-se irrelevante a vinculação de um fenômeno com um determinado tipo de aparelho. Eles potencialmente podem realizar inúmeras funções, pois todos eles são formatados por sistemas informatizados com um processador, mais ou menos complexos e potentes, e armazenamento de dados.

A convergência de instrumentos e a desmaterialização dos conteúdos determinaram a universalização de padrões técnicos, não pela vontade dos detentores dos direitos autorais nem das multinacionais produtoras destas tecnologias, mas pela necessidade do consumidor de não ficar atrelado à falta de liberdade existente anteriormente de um aparelho para cada função. O modelo de negócios proprietário e exclusivo tende, daqui para frente, a não ser mais dominante se não dialogar com as inúmeras formas de produzir e obter conhecimento e informações.

Estes aparelhos constroem duas necessidades importantes para aqueles que se habituem a utilizá-los no dia a dia: a primeira necessidade premente é a busca incessante por conteúdos que justifiquem a aquisição dos aparelhos; a segunda é a necessidade de se produzir e compartilhar conteúdos para todos ou uma parcela pequena de pessoas (amigos, contatos profissionais, trabalhos, etc.). Interessante notar que estas duas necessidades geram

⁸ No momento em que os conteúdos eram atrelados ao meio físico que lhes davam suporte, este controle feito pelos grandes detentores dos direitos autorais era realizado com muito sucesso. Havia uma diferença sensível entre o que era a cópia falsificada (contrafação) do que era produto legítimo. Esta situação foi alterada com o surgimento das tecnologias de informação e comunicação e seus aparelhos eletrônicos que desvinculam o suporte físico do conteúdo. O conteúdo (filmes, músicas, fotos etc.), daqui para a frente, poderá ser carregado, visualizado, apreendido, reproduzido, copiado infinitamente e em vários suportes possíveis a gosto do consumidor. O conteúdo virou dado imaterial e intangível, virtualizou-se.

diferentes visões e nos trazem questionamentos que implicam em diferentes caminhos a serem percorridos e que ainda são pouco discutidos.

As teias das relações vão exigindo, a velhos e novos problemas, soluções originais e que enfrentem uma determinada situação conflituosa ou de desconforto. A cada novo desafio existe uma valoração cultural da retenção daquele novo conhecimento. Assim, esta necessidade gera um novo sentido à realidade e à atividade do ser humano. Daí que toda a necessidade, invariavelmente, é percebida coletivamente e elevada a item básico social no seu uso diuturno.

Sérgio Resende de Barros (2003, p. 16) reforça esta ideia:

Na origem, a comunidade foi causada por necessidades que exigiram a união dos indivíduos como condição indispensável para superá-las. No processo desta união, as necessidades humanas se totalizaram, como ainda se totalizam, na necessidade maior que as envolve, extremamente geral, primariamente fundamental: a necessidade da comunidade.

Toda a necessidade gera esta mais-valia social (BARROS, 2003, p. 16-17), um acréscimo ao que foi anteriormente construído, uma nova forma de perceber a realidade, de formatar o conteúdo axiológico dos fenômenos. Estão todos os valores intrincados uns aos outros, interligados na busca do “bem maior”⁹, no “tempo historicamente vivido” (REALE, 1990, p. 217-218).

Assim, as duas necessidades criadas pelos meios tecnológicos de informação e comunicação, quais sejam, de obtenção de conteúdo e produção e compartilhamento de conteúdo, são apropriadas pela sociedade por seu caráter social e axiológico e desafiam todos os poderes-deveres envolvidos nas normas jurídicas tangentes a estes temas.

Desta forma, a primeira necessidade das pessoas de obterem acesso ao conteúdo encontra resistência dos detentores dos direitos autorais, que controlam os conteúdos. São eles que determinam os preços, as publicações, a distribuição, enfim, o controle total do conteúdo qualitativo, determinando o que é materialmente relevante para divulgar, e quantitativo, como,

⁹ Desta forma, há a construção do bem cultural que é objetivado por todos os seres humanos, que possuem historicidade. Miguel Reale (1990, p. 217) assim elucida: “Tudo aquilo que o homem realiza na História, na objetividade de fins especificamente humanos, nós denominamos cultura. A cultura, portanto, poderia ser compreendida da seguinte forma: “*é o cabedal de bens objetivados pelo espírito humano, na realização de seus fins específicos*”, ou com palavras de Simmel: “*provisão de espiritualidade objetivada pela espécie humana no decurso da História*”. (grifo do autor).

por exemplo, até que edição estará à venda um determinado livro, e número de exemplares a serem disponibilizados¹⁰.

A necessidade de obtenção do conhecimento com qualidade e quantidade não encontra mais obstáculos nos interesses (necessidades?¹¹) dos detentores de direitos autorais. A necessidade do conhecimento se realiza sem a assunção ou a submissão a condições e preços. Ela se constrói nas veias da internet, nas redes *peer-to-peer*, nos *e-mails*, nas trocas de arquivos. Esta necessidade não está encontrando controles na sua difusão¹².

Por outro lado, a necessidade de produzir e compartilhar conteúdo também se mostra voluntariosa e intensa. As pessoas que têm acesso às tecnologias de informação e comunicação são compelidas, por vontade própria, a exporem opiniões, notícias, artigos em *blogs*, músicas, publicar fotos, trocar informações em redes sociais (tais como *Orkut*, *MySpace*, *Facebook*), compartilhar arquivos digitais, enfim, mostrarem-se para quem se identificar com os seus trabalhos, pontos de vista, visão de mundo¹³. Esta nova maneira de produzir, relacionar, distribuir e compartilhar conhecimento gera a formação de novos negócios, novas possibilidades de interação social, muito mais acessíveis a todos àqueles que possuem acesso à internet e às teias infinitas de possibilidades.

¹⁰ A resistência a esta situação estabelecida de que somente alguns têm o controle da análise qualitativa das obras a serem publicadas está sendo revertida. Estão surgindo na internet espaços de publicação de material e conteúdo relevante em sistemas denominados *Open Access*. No *Open Access*, os trabalhos são divulgados gratuitamente na internet e revisados por conselho editorial renomado e qualificado. O ideal por trás dos *Open Access* está no compartilhamento dos conhecimentos produzidos no mundo, facilitando o acesso de todos, e não só dos habitantes de países ricos, aos trabalhos produzidos na academia. Já existe o projeto do *Budapest Open Access Initiative* (<http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>), dentre outros, que define regras e normas de direitos autorais e de publicação do *Open Access*.

¹¹ Necessidade não se confunde com interesse. Necessidade é aquilo que é inevitável, atual e preeminente. O detentor dos direitos autorais não possui estas características, pois ele media um direito que não é dele, mas sim do autor, do produtor de conhecimento. A necessidade do autor do direito autoral já foi satisfeita, em boa parte, pelo pagamento do detentor de direito autoral. O detentor de direito autoral nada mais é do que um distribuidor de conteúdo. Contudo, em época de tecnologias de informação e comunicação, o autor pode ser o seu próprio distribuidor, sem a necessidade do detentor de direitos autorais. Assim, o detentor de direito autoral não pode equiparar o seu interesse com a necessidade da sociedade em obter conhecimento.

¹² O problema se encontra na ponta mais fraca desta teia de interesses e necessidades: o produtor de conhecimento, que ainda vive sob cessão de direitos autorais no modelo pré-internet. Este está sendo bombardeado pelas transformações das tecnologias de informação e comunicação e não tem a resposta para os desafios do futuro. Na maioria das vezes, os produtores de conhecimento agarram-se no modelo passado e negam as mudanças de paradigmas. Ou seja, não enxergam as mudanças que estão por vir com as novas tecnologias de informação e comunicação.

¹³ De forma geral, no mundo inteiro percebe-se este comportamento. Contudo, penso que, no Brasil, as pessoas são mais adeptas à tecnologia sem quaisquer restrições. O brasileiro busca explorar todas as possibilidades dos meios tecnológicos sem analisar as implicações, objetos de estudo neste trabalho. Geralmente, utilizam-se dos aparelhos eletrônicos sem ao menos atentarem para as especificações técnicas. Em razão desta postura, e muito por causa dela, há a premência de se discutir os temas relacionados com a privacidade e o lado “ruim” da tecnologia.

Toda esta volúpia para a produção de bens informáticos é, por outro lado, motivo de muita preocupação em relação à questão da privacidade. As pessoas acabam, muitas vezes, expondo as suas vidas e os seus dados para todos na internet, que, de boa ou má-fé, utilizam-se delas. As pessoas se expõem sem considerar as implicações inerentes às consequências desta abertura. Muitas vezes esta abertura e entusiasmo são feitos com desconhecimento das implicações nocivas que estas ferramentas possuem¹⁴.

É lapidar a conclusão de Anatol Rosenfeld (1993, p. 152):

Um dos maiores benefícios justificaria a técnica, purificando-a de todos os pecados. Surgiram, todavia, outras servidões, embora mais abstratas e de mais difícil verificação. Por outro lado, o que se afigurou nas análises como tendência nociva a formas cada vez mais abstratas de comunicação humana, implica a imensa vantagem de à base dessas relações mais impessoais se estabelecerem relações mais justas; menos cordiais, é verdade, mas muitas vezes mais correspondentes à dignidade humana.

É diante desta necessidade social de produção e obtenção de conhecimento, e todas as suas consequências, que este estudo se construirá, dentro desta perspectiva da inclusão digital e sua inserção no rol dos direitos fundamentais. Assim, um novo campo de possibilidades abre-se com a conjunção da necessidade dos seres humanos de terem acesso a estas tecnologias de informação e comunicação e construir caminhos de convivência, interatividade e sociabilidade.

Neste compasso em que os seres humanos se inserem virtualmente nestas tecnologias, vários nomes surgem para designar este fenômeno: *digital divide*, diferença digital, exclusão

¹⁴ Neste sentido, em que as conquistas das tecnologias de informação e comunicação possuem aspectos positivos e negativos, Anatol Rosenfeld (1993, p. 151-152) discorre sobre a ambiguidade da técnica: “Todos esses processos parecem ser irreversíveis, embora talvez se possa amortecer alguns dos seus efeitos. É, todavia, impossível detê-los e seria absurdo querer detê-los. Pois as modificações sugeridas pelas análises (embora de forma muito fragmentária), longe de serem apenas nocivas, apresentam muitos aspectos positivos. Ambígua desde o início, ao ponto de a primeira pedra usada pelo homem ter sido tanto arma mortal como recurso útil, a técnica distingue-se pela peculiaridade de que a cada vantagem parece corresponder uma desvantagem e a cada aspecto pernicioso outro extremamente benéfico. Assim, o horário de trabalho foi diminuído pela técnica, mas os operários gastam muitas vezes horas a fio para chegarem ao lugar do trabalho e para voltarem a casa. Ainda assim, resta-lhes agora mais tempo para fins de recreação, mas esta, por sua vez, se tornou ambígua. O progresso técnico criou indústrias culturais e de diversão que fornecem às massas entretenimento em quantidade e por vezes também em qualidade inconcebíveis em tempos passados, mas o processo de fornecimento transformou os beneficiados em consumidores passivos, sem possibilidade de participação atuante”.

digital, *apartheid* digital, divisão digital, transformação digital¹⁵, *digitale integration*¹⁶ e, o mais recorrente no Brasil e alguns países da Europa, inclusão digital, *digital inclusion*¹⁷.

Primeiramente, e seguindo o conselho de Marcelo El Khouri Buzato (2007, p. 13), em que se reconhece a vagueza dos termos acima trazidos, deve-se direcionar perguntas para eles, a fim de desvendá-los: como cada qual foi pensado? Qual o contexto social, histórico, político e cultural em que eles funcionam? Quais os objetivos intrínsecos e extrínsecos de cada um, a partir das diferentes nomeações? Por que estudar qual é o termo mais adequado? E por que a escolha do termo da inclusão digital como referência deste estudo em detrimento dos outros?

Ao se delinear, por meio destas indagações, as características dos termos, simultaneamente, será apontada a importância de adotá-los ou não, o que enfatizam e o que pretendem, o que eles desvelam e acabam por esconder, enfim, traçar um panorama da penetração e domínio do uso do termo “inclusão digital” e suas consequências para a nossa pesquisa quando o colocamos em relação com os direitos humanos.

1.1 Termos e conceitos para avaliar/propor a inserção às TIC

Cada termo ou conceito expõe a visão com que cada sociedade pretende apresentar a questão da inserção daquela maioria que não possui as condições técnicas, culturais, sociais e econômicas para acessar todos os mecanismos tecnológicos de informação e comunicação disponíveis. Em decorrência disto, a pluralidade de termos existentes para se designar o fenômeno da inserção de homens e mulheres ao meio digital evidencia esta diversidade.

Para um desenvolvimento metodológico mais adequado é necessário separar os termos e conceituações em dois grupos com abordagens distintas do que seja a inserção ao mundo digital. De um lado, termos que ressaltam a falta ou ausência do meio tecnológico, ou seja, um enfoque diagnóstico como fator central de conceituação. De outro lado, termos com a proposta de superação de uma condição iníqua produzida pela falta de instrumentos tecnológicos, mas, principalmente, pelas barreiras sociais, econômicas, históricas e culturais.

¹⁵ Disponível em: <http://www.igov.com.br/mailling/2009/ti_gov/artigos/art_03_06_09.html>. Acesso em: 11 jan. 2010.

¹⁶ Denominação utilizada em alemão.

¹⁷ Neste estudo, utilizaremos também a tradução e os originais para passar, o mais fielmente possível, o que, nas sociedades analisadas, se entende ser este fenômeno.

Como consequência, estes últimos termos, que enfrentam uma perspectiva mais abrangente do fenômeno da inserção ao mundo digital, acabam refletindo um posicionamento mais propositivo e condizente com o objeto que se pretende construir neste trabalho.

No primeiro grupo estão os termos que realçam a falta de condições econômicas para o acesso às tecnologias de informação e comunicação: *digital divide*, diferença digital, divisão digital, *apartheid* digital e abismo digital. No segundo grupo estão: transformação digital, inclusão e exclusão digital, *digitale integration* e *digital inclusion*.

Ao reduzir a discussão para estes dois grandes blocos, não se apaga que, muitas vezes, não há o cuidado metodológico de pensar o conceito ou a etimologia das palavras. Muitos se utilizam do termo *digital divide* no sentido de transformação digital e vice-versa.

Contudo, ao questionar as denominações e os seus usos, pode-se abrir, criticamente, perspectivas diferenciadas no estudo da inclusão digital e como superar obstáculos fáticos e teóricos existentes na difusão do conceito, que são incrementadas pela confusão conceitual existente.

1.1.1 Falta ou ausência do meio tecnológico para acesso à Internet: *digital divide*, diferença digital, *apartheid* digital e abismo digital

Cada um destes termos, que não esgotam as formas de nomear a questão, mas que, por questão de método, serão restringidos a estas (*digital divide*, diferença digital, *apartheid* digital e abismo digital), possui sentido e significado inerente à sua construção.

O *apartheid* digital é muito pouco utilizado e aproveita o termo utilizado pelo regime de segregação racial da África do Sul, que discriminou brancos e negros, relegando a estes a ausência de cidadania. De fato, o regime do *apartheid* foi uma construção da elite branca para impedir o acesso dos negros à cidadania. O *apartheid* foi uma construção intencional de discriminação, baseada na raça.

Ao se associar o termo *apartheid* com o acesso ao mundo digital para designar a não inserção dos seres humanos às benesses das TIC, pinta-se com cores fortes um grande obstáculo, quase que intransponível. Porém, esta abordagem pode obscurecer a complexidade que envolve a questão exclusão. Para ser um *apartheid* digital, deveria haver a intenção contínua e explícita da segregação por determinadas características sociais, culturais, econômicas e históricas. Questionamos essa visão, como poderemos ver no próximo capítulo.

Os obstáculos são atuais, difusos, esparsos e até mesmo circunstanciais. Dizer que o obstáculo é o mesmo que o da segregação – do *apartheid* – vai além do fenômeno que pretendemos estudar. O *apartheid* digital não é uma consequência da exclusão com dominadores e dominados demarcados no tempo e no espaço.

Em relação aos termos “abismo” e “diferença” digital: estas são traduções feitas para o português da expressão inglesa *digital divide*. A tradução literal de *digital divide* é de divisão, partilha, separação, distinção, classificação (BARSA, 1972, p. 172). A tradução para o termo “abismo” vai no mesmo sentido do *apartheid*, ou seja, há uma intenção de chamar a atenção para uma necessidade atual e a falta de acesso às tecnologias. Abismo é, de acordo com o Aurélio Buarque de Holanda, o precipício ou a abertura ou sulco natural do terreno, quase vertical, de fundo praticamente insondável (HOLANDA, 1995, p. 82). Ou seja, o abismo digital é algo intransponível – ou difícil de transpor – supondo que jamais haverá uma inserção do ser humano à realidade virtual, o que não é verdade. A metáfora do abismo é relacionada a algo inalcançável, insuperável, uma força além das possibilidades humanas. A exclusão não é algo produzido fora das relações sociais, não é algo “natural” e sem solução. É produto de práticas econômicas, sociais, culturais e históricas, que devem ser enfrentadas e reconhecidas para serem superadas.¹⁸

Em relação à tradução do termo “diferença” digital, propõe-se um uso equivocado. A diferença digital é usada para designar que as pessoas não são tratadas de forma igual. Acredita-se que há, sim, mais do que uma diferença, um tratamento desigual, há uma apropriação desigual do que e quais seriam os benefícios da inserção às tecnologias de informação e comunicação. Neste sentido, a diferença digital não conseguiria abranger a complexidade dos fenômenos exclusivos que são perpetrados dentro e fora do mundo virtual. Em espanhol, neste mesmo sentido de diferença, o termo aqui analisado foi traduzido para “brecha” digital.

Diante destas traduções carregadas de significados múltiplos, que traduzem exatamente a complexidade das lutas que dizem respeito à posição de homens/mulheres e o mundo digital, é importante resgatar o termo no original em inglês. *Digital divide*, pensada pelos norte-americanos em termos bem pragmáticos, é a separação daqueles que têm acesso às tecnologias dos que não tem.

¹⁸ Neste ponto, discordo do posicionamento, não nos fins mas nos meios, o que ocorre raramente, de Newton de Lucca (2003, p. 402), que assim sustenta: “Assinalei, na retro referida ocasião, que a expressão *brecha digital*, como se tornou conhecida no plano internacional, deveria ser substituída, no caso brasileiro, com maior propriedade, por *abismo digital*. Com efeito, o enorme fosso que separa dramaticamente a ínfima parcela da população brasileira com inteiro acesso ao mundo da informação, daquela que se acha infinitamente distante dele – pois mal consegue suprir a própria subsistência no mundo real – , chega a ser, no mínimo, desconcertante...” (grifos do autor).

Mark Warschauer (2009, p. 1.551) assim define:

O termo “digital divide” refere-se à diferença entre aqueles com acesso a computadores, à internet, à informação virtual daqueles que não possuem tal acesso. O digital divide tem sido discutido em relação ao rendimento de um grupo, a raça, a etnia, a idade, ao gênero e ao uso da linguagem entre as pessoas de uma comunidade ou país. Internacionalmente é geralmente usado para se referir a diferenças entre países que globalmente têm maior acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) para países que tem menos acesso.¹⁹

Mais adiante, Warschauer (2009, p. 1.551) complementa:

O termo foi originalmente usado para se referir à desigualdade do acesso físico, como ter a posse de um computador ou ter uma conta de internet. Recentemente, entretanto, as pessoas começaram a incluir outros fatores que possibilitam o uso efetivo de novas tecnologias tais como habilidades, conhecimento e suporte social²⁰.

Mark Warschauer, apesar de incluir outros fatores agregados ao termo *digital divide*, acredita que a tecnologia é o meio mais importante para o combate à exclusão. É, para ele, somente com a tecnologia que as diferenças sociais serão extintas (WARSCHAUER, 2006).

Assim, nas idas e vindas, o termo *digital divide* ainda está muito ligado ao acesso desigual às tecnologias. Contudo, tal definição não abrange satisfatoriamente todo o fenômeno da falta de acesso às tecnologias de informação e comunicação, pois desconsidera fatores e práticas sociais, históricas, culturais e econômicas que criam efetivamente as desigualdades e os desequilíbrios entre os que têm e os que não têm acesso. Estes sim são mais excludentes do que a simples falta de acesso à tecnologia que é só a consequência das outras barreiras.

1.1.2 Falta das condições sociais, culturais, históricas e econômicas para acesso às TIC: transformação digital, inclusão e exclusão digital, *digitale integration* e *digital inclusion*

Neste segundo grupo encontram-se os termos que estão mais em consonância com o que acreditamos ser mais condizente para traduzir a realidade multifacetada e difusa do que é

¹⁹ Tradução livre do excerto: “The term 'digital divide' refers to the gap between those with access to computers, the Internet, and online information and those who lack such access. The digital divide has been discussed in relation to income group, race, ethnicity, age, gender, and language status among people within a community or country. Used internationally, it is often used to refer to gaps between countries that overall have greater access to information and communication technology (ICT) and countries with lesser access”.

²⁰ Tradução livre do excerto: “The term was originally used to refer to inequality in physical access, as represented by home ownership of a computer or having an Internet account. Soon thereafter, people began to include other factors that enabled people to effectively use new technology, such as skills, knowledge, and social support.”

a inserção dos seres humanos às tecnologias de informação e comunicação na perspectiva de ação nas práticas sociais, históricas, econômicas e culturais. Cabe aqui discutir cada um dos termos.

A expressão “transformação” digital tem sido utilizada por estudiosos de meios de governo eletrônico para designar um processo estrutural de construção de acessibilidade, conteúdos e serviços disponibilizados, de apoio ao desenvolvimento e aumento do nível de participação democrática²¹. Transformar é converter, dar nova forma, mudar, modificar, transfigurar (HOLANDA, 1995, p. 786). Neste sentido, não se trata de converter ou mudar tudo, ou seja, tudo passaria a ter um viés digital. Não é esta a ideia. O que se quer é dar condições para que a relação homens/mulheres/mundo digital possibilite outras formas de atuação com as tecnologias de informação e comunicação.

A *digitale integration* é o designativo alemão para a inserção digital. Numa tradução literal, é a integração digital. Algumas vezes, a tradução é feita como inclusão digital, mostrando como os termos são contextualizados a partir de vários olhares. Integrar é tornar inteiro, completar, integralizar, fazer parte de, juntar, tornar-se parte integrante, incorporar-se (HOLANDA, 1995, p. 484). A perspectiva de integração digital comporta a dissonância que é constitutiva das redes que envolvem as tecnologias de informação e comunicação. Estas dissonâncias não se integram ou cessam com as tensões. Os embates são contínuos, dentro e fora, em cima e embaixo, não há consenso possível. A complexidade vive e se modifica nestas lutas. Os diferentes e a diversidade surgem, convivem e se ligam por laços instáveis e dinâmicos. A integração pode ser entendida como um modo de se inserir na diversidade, sem pretender subvertê-la.

Assim, pensar em integração digital, conceitualmente, é uma das formas possíveis de entender essa aproximação nossa ao mundo digital, entrando, de alguma maneira, no debate. Debate este que pode ficar cada vez mais interessante quanto mais as tecnologias são amoldadas a homens e mulheres e a suas práticas diárias.

Em relação aos outros termos utilizados para designar a inserção às benesses das TIC, falta analisar a inclusão/exclusão digital e sua tradução literal em inglês, *digital inclusion*. Diante de todas as análises empreendidas acima, cabe uma pergunta: por que ela é conceitualmente relevante, torna-se atualmente dominante em detrimento das outras?

²¹ Disponível em: <<http://igov.com.br/tigov/?p=92>>. Acesso em: 17 ago. 2010.

1.2 Inclusão digital e sua relevância conceitual

Desde o início das pesquisas sobre a questão da inclusão digital, a primeira pergunta foi: é correto utilizar este termo? Não há alguma incongruência acadêmica ou erro conceitual neste uso?

Vê-se, não raras vezes, o uso indiscriminado de termos e conceitos sem uma problematização de suas implicações.

Nesta direção, de ampliar mais a percepção do debate sobre a relação contemporânea de homens/mulheres às inúmeras possibilidades das TIC, tratar a inclusão digital é discutir todos os aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos que envolvem o conceito.

A inclusão digital como conceito tem os seus problemas e incongruências. A inclusão digital é uma apropriação do conceito de inclusão social, construído numa leitura, a partir dos anos de 1960 e 1970, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Leitura esta feita por estudiosos dos então países de terceiro mundo, que viram o aumento das diferenças entre os ricos e pobres (primeiro e terceiro mundo) e a não divisão dos ganhos sociais e econômicos do pós II Guerra Mundial. Isto se acentuou nas décadas de 1980 e 1990 com a difusão da globalização econômica. O grito por inclusão social tornou-se difundido e recorrente por aqueles excluídos. Universalização de direitos formais e materiais foi voz uníssona nos rincões dos excluídos socialmente.

O discurso da inclusão social tornou-se vivo e atuante em todos os níveis e extratos das sociedades do mundo todo. O discurso da inclusão social foi apreendido e apropriado por negros, índios, pessoas com deficiência, mulheres, homossexuais etc., enfim, todos os excluídos por práticas sociais, históricas, econômicas e culturais. Foi dentro deste contexto de contestação a práticas excludentes estabelecidas que surgiu a apropriação do termo inclusão para designar a luta pelo acesso às TIC como meio de superação das desigualdades. A esta luta foi atribuído o nome de inclusão digital.

Aliás, cabe ressaltar que a palavra digital foi apreendida e apropriada diferentemente do seu significado original de relativo a dedos e a dígito. O digital nada mais é do que a combinação de 0 e 1, códigos binários base dos programas de computador. Desta combinação de dígitos se formam as linguagens estruturais dos programas. Assim, o programa é uma estrutura variável que apresenta um feixe de possibilidades para infinitas combinações de dígitos. O programa é o resultado de escolhas humanas, dentre infinitas possibilidades

digitais, para alcançar certos objetivos e funcionalidades. O equívoco que se afigura em muitas interpretações é que a inclusão não será ao “digital”, mas às suas combinações finais, ou seja, às utilidades trazidas pelos programas contidos nas tecnologias de informação e comunicação. A crítica que se faz, por conta destas ilações de palavras, é a de que a inclusão não será condicionada à tecnologia, ao dígito, mas às práticas que a envolvem. O termo inclusão digital, por conta deste desdobramento analítico, pode levar, mesmo que inconscientemente, a esta perspectiva de inserção somente à tecnologia em detrimento a novas possibilidades de ação humanas.

É nítido, a partir desta análise, mesmo que superficial, de que a combinação de palavras que formam a expressão “inclusão digital” pode não ser a mais apropriada, academicamente, mas deriva de um ambiente forte de lutas sociais. Por isto, em termos de significado, a palavra inclusão apresenta um valor que é relevante para este trabalho. Incluir, para o Aurélio Buarque de Holanda (1995, p. 469), é conter ou trazer para si, compreender, abranger, fazer tomar parte, inserir, introduzir e relacionar. Inclusão, que é o ato de incluir e relacionar, diante destes significados, para este trabalho, é o movimento de se inserir algo ou alguém, num determinado espaço-tempo, digital ou não, que o excluiu. Para se inserir algo ou alguém, há que se descobrir o motivo, a razão, o sistema, enfim, o obstáculo ou a barreira que gerou a exclusão. Portanto, a expressão “inclusão digital” tem como eixo central a busca pela superação das barreiras e obstáculos que são instituídos nas relações sociais e que acabam por gerar as exclusões.

Diante disto, o conceito de inclusão digital enfrenta a exclusão onde ela se forma e aparece. É aí, neste lugar não muito bem definido deste surgimento, que a inclusão digital tem de enfrentar e transformar a fim de que não se perpetuem as causas da exclusão. Incluir é transformar o lugar onde ocorrem as exclusões, para que elas sejam superadas (SCHILLING, 2008)²².

Diferentemente dos outros termos discutidos anteriormente, a inclusão digital possui deslocamentos e desdobramentos que são dinâmicos e históricos. A expressão “inclusão digital” dá uma percepção mais larga das práticas sociais, históricas, culturais e econômicas relativas à necessidade humana de se inserir nas possibilidades das tecnologias de informação e comunicação assim como a percepção dos obstáculos a serem vencidos.

A inclusão digital, diante destas dificuldades, enfrenta, além das incongruências etimológicas e conceituais, quais barreiras históricas, sociais, econômicas e culturais? Como a

²² Sobre esta discussão de inclusão como transformação do lugar da exclusão, ver o capítulo 6.

inclusão, como discurso, é difundida e como, na prática, ela não se realiza? Como fazer funcionar a inclusão digital também como prática? Em relação às práticas do direito, como introduzir, sem ser excluído, as emergências tecnológicas na “estagnação” do positivismo formal jurídico que impede pensar além da lei?

Os próximos capítulos serão o enfrentamento destes problemas estruturais do conceito da inclusão digital, do que ele é como objeto de conhecimento, sua relação com o direito e quais são as possibilidades que podem surgir destas interações. A cada capítulo, será acrescida mais uma perspectiva, um olhar novo da complexidade que é desenhar e traçar as linhas do que seja a inclusão digital como um direito fundamental.

2 INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL

2.1 Inclusão e exclusão: duplo conceitual

A questão da inclusão digital aparece como uma necessidade humana que progressivamente se constrói e se insere em estruturas variáveis e dinâmicas que se fundem, entrecortam e se sobrepõem. É nestas interações, conflitos e negociações que surgem, mantém e se deslocam as possibilidades de inclusões e exclusões. Onde há uma necessidade de inclusão há o reconhecimento implícito da exclusão. É no reconhecimento deste duplo conceitual nas práticas históricas, sociais, econômicas e culturais das tecnologias de informação e comunicação, que surgem os questionamentos, os desafios, as ações, as omissões, as lutas, os conflitos.

Marcelo El Khouri Buzato (2007, p. 24) aprofunda ainda mais esta análise:

Dessa outra perspectiva, inclusão e exclusão não são sinônimos de estar dentro e estar fora, partilhar do consenso ou alienar-se totalmente: são dois modos simultâneos de estar no mundo. Trata-se de uma perspectiva baseada na heterogeneidade (da linguagem, da cultura, do sujeito e da tecnologia) a partir da qual é possível perceber que todos já somos irremediavelmente incluídos e excluídos ao mesmo tempo: o termo inclusão, nesse caso, pretende aludir à possibilidade de subversão das relações de poder e das formas de opressão que se nutrem e se perpetuam por meio da homogeneização, da padronização, da imposição de *nossas* necessidades ao *outro* e do fechamento de significados.

Ao se operar com os conceitos de inclusão e exclusão necessariamente está a se estabelecer relações, fixar parâmetros, reduzir as possibilidades para uma melhor análise, de forma a definir, precisar o objeto da pesquisa. Os cortes – em torno do objeto – são feitos e operados constantemente. Contudo, como questão de método, as escolhas serão anunciadas e proferidas até para servir de reflexão, de contraponto, pois as origens e distinções onde reluzem as inclusões e exclusões não são perceptíveis claramente. É somente através de um processo tortuoso de análises, desvendamentos de discursos, saberes e estratégias que surge a

dobra da inclusão e exclusão²³. Não numa suposta origem, mas nos conflitos e barreiras dos saberes-poderes e seus deslocamentos.

Para desvendar como se desenvolvem historicamente as inclusões e exclusões nos contextos sociais, econômicos e culturais, mais especificamente nos seus desdobramentos nos usos das tecnologias de informação e comunicação, são necessárias análises da complexidade que envolve e perpetua as exclusões, desvios, comportamentos e recepções que são, ao mesmo tempo, atuais e virtuais²⁴, materiais e imateriais.

O viés empreendido pela análise não é dizer como se fará a inclusão, pois seria muita pretensão apontar como ela ocorrerá e qual a melhor maneira de fazê-la. Não há uma resposta única e, mesmo que houvesse, esta com certeza se tornaria inócua perante os deslocamentos tecnológicos, culturais, históricos, econômicos e sociais. O objetivo neste capítulo é analisar como se formam, fortalecem e mantêm os obstáculos que geram situações de exclusão/inclusão. De onde surgem os discursos de inclusão e quais são os efeitos de exclusão que ainda restam ou são produzidos?

Assim, o recorte metodológico apresentará as práticas que incluem/excluem digitalmente no tempo/espço de suas atuações. Ou seja, questiona-se: há um lugar ou lugares específicos que geram as inclusões/exclusões? A inclusão/exclusão é localizável em determinados grupos de pessoas, instituições ou lugares? Quais são as práticas sociais (históricas, culturais e jurídicas) e econômicas que determinam e ampliam as inclusões/exclusões?

²³ Utiliza-se neste trabalho o conceito de dobra desenvolvido por Gilles Deleuze, ao fazer o seu estudo sobre Michel Foucault. Deleuze (2006, p. 111-112) apontou que a criação de sujeitos se faz em Foucault por dobras, efetivamente quatro dobras, “quatro pregas de subjetivação – tal como os quatro rios do inferno. A primeira concerne à parte material de nós mesmos que vai ser cerceada, presa na dobra: para os gregos, era o corpo e seus prazeres, os *aphrodisia*; mas, para os cristãos, será a carne e seus desejos, o desejo, uma modalidade substancial completamente diferente. A segunda dobra é a da relação de forças, no seu sentido mais exato; pois é sempre segundo uma regra singular que a relação de forças é vergada para tornar-se relação consigo; certamente não é a mesma coisa quando a regra eficiente é natural, ou divina, ou racional, ou estética... A terceira dobra é a do saber, ou a dobra da verdade, por constituir uma ligação do que é verdadeiro com o nosso ser, e de nosso ser com a verdade, que servirá de condição formal para todo saber, para todo conhecimento: subjetivação do saber que não faz da mesma maneira entre os gregos e entre os cristãos, em Platão, Descartes ou Kant. A quarta dobra é a do próprio lado de fora, a última: é ela que constitui o que Blanchot chamava uma 'interioridade de espera', é dela que o sujeito espera, de diversos modos, a imortalidade, ou a eternidade, a salvação, a liberdade, a morte, o desprendimento... As quatro dobras são como causa final, a causa formal, a causa eficiente, a causa material da subjetividade ou da interioridade como relação consigo. Essas dobras são eminentemente variáveis, aliás em ritmos diferentes, e suas variações constituem modos irreduzíveis de subjetivação. Elas operam 'por sob os códigos e regras' do saber e do poder, arriscando-se a juntar-se a eles se desdobrando, mas não sem que outras dobraduras se façam”. (grifo do autor).

²⁴ Ver a análise de Piérre Levy (1996) sobre virtual, oposto ao atual e não ao real como diuturnamente ocorre nos artigos e livros que discorrem sobre esta questão.

Cabe ressaltar que não há a intenção de que estes recortes sejam estanques ou unidades autônomas dissociadas do contexto em que se apresentam. Nestes recortes estarão as tensões históricas, culturais, sociais e econômicas que se articulam, entrelaçando-se e imbricando-se complementarmente. Mantém-se o uso do recorte para mostrar a complexidade das estruturas e atores que estão envolvidos na discussão, debate e luta em torno da inclusão/exclusão digital. Quais são os modos e meios de construção da inclusão/exclusão? A inclusão/exclusão digital reflete até que ponto o real, em seus desdobramentos e deslocamentos históricos, sociais, econômicos e culturais?

2.2 A inclusão/exclusão nas políticas públicas

Há um consenso de que as tecnologias de informação e comunicação são imprescindíveis para as demandas da sociedade atual. Desde o mercado financeiro, totalmente informatizado, até os sistemas de contabilidade de pequenas empresas no interior do Brasil, todos estão dentro do mundo digital. Os governos também participam do uso destas tecnologias de informação e comunicação para melhorarem a prestação de serviços que fornecem aos seus cidadãos.

Diante da complexidade que fazem surgir as práticas, o recorte metodológico que se fará pretende iluminar um aspecto importante da formação das exclusões digitais, aonde o discurso se conflita com as práticas efetivas do Estado, bem como pensar no lugar em que a aplicação da lei desvirtua-se da defesa do que é necessário para construir uma sociedade justa e igualitária. É preciso apontar e fazer emergir as práticas dissonantes e diacrônicas que fomentam e pioram as desigualdades sociais quando transpostas para o âmbito das tecnologias de informação e comunicação.

A despeito de existirem situações de exclusão digital nos países desenvolvidos, que são muito bem exemplificadas pelo Relatório Global de Tecnologia da Informação do Fórum Econômico Mundial²⁵, é, por outro lado, nos países em desenvolvimento ou

²⁵ O Relatório do Fórum Econômico Mundial foi escolhido, dentre outras fontes, pois os seus dados são baseados em estatísticas multidisciplinares da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Banco Mundial, universidades e grupos de estudo nacionais e internacionais com 10 anos de publicações seguidas, o que o coloca como uma fonte confiável de informação e servindo de apoio à pesquisa.

subdesenvolvidos, que os caminhos da exclusão são mais conclusivos e evidentes de certas práticas²⁶.

O Relatório do Fórum Econômico Mundial é claro ao apontar a necessidade de inclusão digital muito maior nos países da América Latina, África e Ásia, em que a maioria maciça da população encontra-se desacolhida das tecnologias de ponta produzidas.

Neste mesmo caminho, para elucidar ainda mais este ponto, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) criou um índice de oportunidade digital (IOD), que se baseou em 11 indicadores, que foram alocados em três grandes grupos: oportunidades, infraestrutura e utilização²⁷. Do levantamento de 118 países, foi feito um mapa global que demonstrou quais são os que têm mais oportunidades digitais²⁸.

Este mapa formatado, mesmo que não cite diretamente a questão da inclusão digital, mas que a retrata, aponta resultados semelhantes aos do relatório do Fórum Econômico Mundial²⁹: países da América Latina, Ásia e África são os que possuem menor índice de inclusão e oportunidades digitais. Se utilizarmos as pesquisas da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)³⁰ e OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico)³¹, os resultados apontam para os mesmos caminhos de consolidação da exclusão digital nestes países que antigamente formavam o terceiro mundo.

Desta forma, pode-se concluir que a exclusão digital é um prolongamento do posicionamento periférico em que estes países estão no sistema internacional. Contudo, somente esta constatação não faz jus ao que ocorre efetivamente: a situação destes países periféricos é pior. A diferença é abissal em termos tecnológicos, pois estes países não têm acesso às últimas tecnologias (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 310), ao capital financeiro necessário (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 347-351), às condições de

²⁶ Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-information-technology-report/content/pdf/wef-gittr-2010-2011.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

²⁷ Disponível em: <<http://www.itu.int/ITU-D/ict/doi/index.html>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

²⁸ Disponível em: <http://www.itu.int/ITU-D/ict/doi/images/doi_map.jpg>. Acesso em: 10 jul. 2009.

²⁹ Interessante notar que o relatório da UIT baseia-se nos seguintes critérios relacionados à infraestrutura de telecomunicações e acessos a caminhos, aparelhos, capacidade econômica dos cidadãos, cobertura de área e qualidade da transmissão. Disponível em: <http://www.weforum.org/issues/global-information-technology>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

³⁰ Disponível em: <http://new.unctad.org/upload/Data/Core%20indicators%20on%20use%20of%20CT%20by%20businesses%20and%20on%20the%20ICT%20sector_1.PDF>. Acesso em: 10 jul. 2009.

³¹ Disponível em: <http://www.oecd.org/departement/0,2688,en_2649_34449_1_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 10 jul. 2009.

infraestrutura de telecomunicações (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 332-336) e à acessibilidade ao conteúdo digital (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 341)³².

De acordo com estes resultados apontados, seria muito fácil localizar o problema da exclusão digital em termos econômicos, já que o investimento necessário para construir infraestrutura de telecomunicações é altamente dispendioso, ainda mais em extensões territoriais gigantescas em países como Brasil, Índia, China, Argentina, México, Argélia, para citarmos alguns exemplos. A infraestrutura de telecomunicações é a fundação para as tecnologias de informação e comunicação, sem a qual não se pode argumentar a favor da inclusão digital.

Entretanto, a maioria dos países em desenvolvimento, a partir de 1994, começou a realizar a regulamentação e a privatização do setor de telecomunicações (MEGGINSON, 2005, p. 278). Passou-se dos monopólios estatais para os monopólios privatizados com quase nenhuma concorrência, pois as barreiras estruturais para se ingressar nestes mercados são inúmeras, tanto financeiras, no plano de investimentos quanto regulatórias³³. As empresas que comproum as estatais monopolísticas, que são multinacionais de países como Inglaterra, Alemanha, Espanha, Japão e Estados Unidos³⁴, investem bilhões de dólares para refazer e modernizar o mercado de telecomunicações, porém com a garantia regulatória do Estado vendedor para que se mantenham protegidas da concorrência (MEGGINSON, 2005, p. 282-283). Aí, no quadro regulatório, os países que privatizaram a infraestrutura de telecomunicações, geralmente a rede fixa de telefonia, para resguardar o dinheiro estrangeiro investido nas suas redes, impuseram enormes barreiras para a concorrência, não só na entrada de concorrentes no mesmo setor, mas em outros diversos como telefonia por satélite, provimento de acesso à internet *wireless* e rádio, telefonia fixa sem fio etc. Assim, o preço monopolístico da privatização foi repassado para os cidadãos/consumidores, que passam a pagar altos valores para telefonia fixa, internet discada, celulares e banda larga³⁵.

A formação do alto preço da infraestrutura de telecomunicações é também ditada pela alta tributação que este setor, juntamente com os de informática, paga. Percebe-se que a

³² A acessibilidade ao conteúdo digital (textos, áudios e vídeos) com os diversos meios disponíveis (múltiplas plataformas – internet fixa, *wireless*, celular, via satélite) para buscar informações.

³³ Sobre a concorrência no setor de telecomunicações, cf. Calixto Salomão Filho (2002, p. 17-26).

³⁴ Para citar o exemplo de empresas de telecomunicações desses países: Telefonica na Espanha, Vodafone na Inglaterra, Deutsch Telekom na Alemanha, NTT no Japão e ATT no EUA, que foi desmembrada em outras empresas, dentre outras, em MCI e Verizon.

³⁵ Isto fica evidente na análise do Relatório de Tecnologia da Informação do Fórum Econômico Mundial (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011) em que os países em desenvolvimento cobram muito mais por telefonia fixa, tanto no custo mensal de uso como no pagamento de taxas (p. 347-349), no acesso à banda larga (p. 351) e no uso de celulares (p. 350).

exclusão digital tem um forte fator de impostos cobrados sobre as tecnologias de informação e comunicação (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 313-314), que ficam inacessíveis à camada mais pobre da população³⁶.

Aliás, o Relatório de Tecnologia da Informação do Fórum Econômico Mundial também realça outro ponto crucial na formação dos altos preços das tecnologias de informação e comunicação quando aponta, neste sentido, no tema “peso da regulação governamental”, a conclusão de que todos os países em desenvolvimento, que privatizaram as suas telecomunicações, exigem muito mais licenças e processos burocráticos para investimento, tempo de abertura e fechamento de empresas do que os países desenvolvidos (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 315-316), o que acaba gerando menor concorrência efetiva no mercado (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 330).

Os monopólios de telecomunicações estruturados em barreiras econômicas e regulatórias determinam as áreas de exclusão não só por capacidade econômica da população, mas naquela região em que o custo/benefício gera maiores lucros sem fiscalização atuante. Mesmo quando há concorrência, por exemplo, de celulares e produção de aparelhos de informática, três fatos confluem para impedir o aumento das vendas e a consequente diminuição do preço dos produtos e serviços: a alta tributação sobre estes mercados, a fiscalização concorrencial ineficiente e o custo equivalente dos produtos.

Assim, os cidadãos gastam enormidade de dinheiro, que não poderiam despendar, para ter acesso à tecnologia³⁷. O custo equivalente dos produtos é um problema micro e macroeconômico que depende muito do monopólio dos detentores da propriedade intelectual, em grande parte, dos países desenvolvidos. Eles estipulam os preços do seu monopólio e os repassam nos valores que querem³⁸. Deve-se ressaltar que muitos produtos e serviços prestados pelas multinacionais, que possuem a propriedade intelectual dos produtos e

³⁶ A necessidade de se informar e comunicar é tão grande que o grande fator inclusivo a todas estas estruturas exclusivas, pode ser verificado com os celulares. Neste Relatório fica nítido que o uso de celulares é altamente difundido nos países em desenvolvimento na sua modalidade pré-paga, cujos impostos, lucros e custos da operadora estão já incluídos no preço da ligação.

³⁷ Isto pode ser comprovado por meio desta reportagem que faz uma comparação entre o poder aquisitivo de cidadãos brasileiros, argentinos, mexicanos e chilenos. Brasileiros precisam de pelo menos 1 salário e meio para comprar um PC. Disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/computacao_pessoal/999/12/31/brasileiro-precisa-de-pelo-menos-1-salario-e-meio-para-comprar-pc/>. Acesso em: 13 jul. 2009.

³⁸ Pode-se pensar, para ilustrar este caso, no sistema operacional Windows da Microsoft, que roda em 90% dos computadores do mundo inteiro. Os preços são fornecidos pela empresa de acordo com o nível de concorrência e posição no mercado em cada região. Não raro se vê que o preço do produto é muito mais barato em países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento. Disponível em: <http://idgnow.uol.com.br/computacao_pessoal/2008/02/29/ms-anuncia-corte-nos-precos-do-vista-voltado-a-paises-em-desenvolvimento/>. Acesso em: 13 jul. 2009.

serviços, são fabricados em países em desenvolvimento, tais como China, Índia, Taiwan, Brasil, Singapura a custos bem baixos, revendidos a preços exorbitantes e impraticáveis para a grande massa da população desses mesmos países que os fabricam. Por outro lado, como apontado acima, as multinacionais detentoras da propriedade intelectual são as empresas que comprem as concessões públicas em regimes de monopólio ou oligopólio, definindo estruturalmente como e por quanto vão cobrar por seus produtos e serviços.

Em consonância com este movimento dos monopólios e oligopólios das multinacionais, as políticas públicas que definem as formas como estas empresas investem e retornam para o país são silentes nos seus objetivos e metas, fato que se adiciona à fiscalização ineficiente, sendo bem visível no seu viés arrecadatário, respaldado nas altas tributações que embutem nestes produtos e serviços, largando os seus cidadãos à voracidade das multinacionais³⁹. O Estado neoliberal, que foi instituído no final do séc. XX e começo do XXI, de “mínimo” apequenou-se ainda mais para ser “terceirizador”, que efetivamente entrega suas competências constitucionais e fica somente recolhendo impostos sem quaisquer afetações ao interesse público.

Por outro lado, estes mesmos países em desenvolvimento se utilizam do discurso da inclusão digital para divulgar ações governamentais que não enfrentam estes problemas estruturais. No Brasil, por exemplo, há todo um discurso de inclusão digital por meio de telecentros⁴⁰, banda larga nas escolas⁴¹ e uso do *software* livre⁴², que destoam do que ocorre de fato nas estruturas e das políticas públicas aplicadas pelo país.

O Brasil, por exemplo, possui: 21,4 linhas telefônicas instaladas por cada 100 habitantes, ocupando a 61ª posição de 134 países; é o 50º em uso de tecnologias avançadas; é o 138º mais burocrático em requisições legais e procedimentos exigidos pelo governo dentre 139 países; é o 138º dos 139 países analisados a ter tributação efetiva, ou seja, o impacto da tributação no trabalho e na capacidade de investimento, impedindo o florescimento

³⁹ Na Índia, isto pode ser confirmado por este artigo: India's Digital Divide: an ever-widening chasm. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/APCITY/UNPAN005099.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2009. No Brasil, os dados trazidos pelo Cetic.br em seu relatório anual são bem reveladores desta tendência. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/index.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2009. Na China, mesmo com todo o dinheiro investido, não foi solucionado o problema da exclusão digital. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/2003/Feb/55753.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2009. Para uma estatística mais ampla, ver o relatório da União Internacional de Telecomunicações. Disponível em: <<http://www.itu.int/wsis/tunis/newsroom/stats/>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.idbrasil.gov.br/menu_gestao/docs_telecentro/gestao>. Acesso em: 13 jul. 2009.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/links-outros-programas/programa-banda-larga-nas-escolas/>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

⁴² Disponível em: <<http://www.softwarelivre.gov.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2009.

econômico; e, no total de tributação sobre toda a cadeia, é o 128º de 139 países (WORLD ECONOMIC FORUM, 2011, p. 178). Diante disto, direcionando-se para a questão da inclusão digital dependente de conexão, isto perfaz, para a área de telecomunicações, o valor de 57,2% de imposto sobre o valor do serviço (KNIGHT, 2008).

Contudo, e não menos prejudicial, as legislações brasileiras que tratam do tema das telecomunicações e das tecnologias de informação e comunicação não estabelecem critérios claros de quais seriam os atores e seus posicionamentos nas estruturas, pois a fiscalização é ineficiente e direcionada para resguardar os monopólios estruturais, que possuem força financeira para impedir quaisquer alterações neste quadro regulatório. Aí, neste passo, os cidadãos não obtêm respostas satisfatórias das empresas concessionárias nem dos órgãos fiscalizadores, que burocratizam o acesso às informações e às decisões. Ao recorrerem ao Poder Judiciário, o acesso à justiça é obstaculizado pelos procedimentos formalistas que tendem a resguardar o *status quo* das decisões do Poder Executivo⁴³.

Dentre estas circunstâncias, os governos do Brasil, ao enunciarem programas de inclusão digital e fomentarem este discurso, mas sem enfrentarem as estruturas exclusivas, não estão no marco do que seria uma política pública que superasse barreiras e obstáculos existentes.

O discurso da inclusão digital, não só brasileira, como dos países da América Latina, Ásia e África, em sua maioria, tenta esconder a perversidade da exclusão da grande massa da população em detrimento do interesse das empresas multinacionais e, subsidiariamente, dos países desenvolvidos, que ampliam as diferenças e desigualdades. Aos Estados mínimos em desenvolvimento resta o viés arrecadatário de tributos. Tributos que não revertem em melhor qualidade dos serviços prestados nem permitem o acesso às estruturas necessárias à inclusão digital, em que grande parte de suas populações têm de buscar acessos comunitários em telecentros, limitados nos horários pré-agendados e na disponibilidade de velocidade de banda, ou buscar acesso caro nas *lan houses*⁴⁴, o que não atende às suas necessidades.

⁴³ Este também é o entendimento de Marcos Faro Castro (1990) em estudo sobre os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal (STF): “Portanto, uma conclusão feral, que se pode extrair das análises acima, é que, com exceção da política tributária, o STF preponderantemente não tem desenvolvido jurisprudência em proteção a direitos individuais e em contraposição às políticas governamentais”. Deve-se ressaltar que mesmo em relação às derrotas em política tributária para interesses privados, e isto não foi enfrentado pelo autor no trabalho, eles não são da pessoa física nem da microempresa, que possui regime tributário diferenciado, mas dos grandes conglomerados empresariais que demandam inúmeras discussões de grande valor, com estrutura jurídica altamente especializada.

⁴⁴ Uma hora em *lan houses* nas áreas centrais, em São Paulo, é de R\$ 5,00 (cinco reais) e na periferia é de R\$ 1,00 a R\$ 2,00, conforme esta reportagem do sítio G1, disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,MUL138999-5598,00.html>>. Acesso em: 13 jul. 2009. A

Nos quadros estruturais de ausência de políticas públicas frente ao discurso vazio da inclusão, a exclusão é potencializada no mundo digital, pois insere novos obstáculos e barreiras complexas, que se antepõem ao virtual, e limitam as possibilidades do cidadão.

2.3 Exclusão digital econômica

Após a análise do duplo inclusão/exclusões, no plano macroestrutural, seria fácil chegar à conclusão de se atribuir fator preponderante ao requisito econômico: os mais pobres são excluídos e não têm o acesso às possibilidades das tecnologias de informação e comunicação. Mas seriam somente os pobres e miseráveis que estão excluídos? Ou existiriam níveis de exclusão econômica? E, se existirem, como funcionariam estes níveis?

Dados obtidos no sítio *Internet World Stats*⁴⁵, com base de dados da União Internacional de Telecomunicações (UIT), apresentaram as seguintes informações sobre inclusão digital no mundo: a) na África, 11,4% da população; b) na Ásia, 23,8% da população; c) na Europa, 58,3% da população; d) no Oriente Médio, 31,7% da população; e) na América do Norte (só EUA e Canadá), 78,3% da população; f) na América Latina e Caribe, 36,2% da população; g) na Oceania, 60,1% da população⁴⁶.

Ao se inverterem os dados e focar a exclusão, vê-se que mais de 88% dos africanos, 76,2% dos asiáticos, 41,7% dos europeus, 68,3% dos que vivem no Oriente Médio, 21,7% dos norte-americanos, 63,8% dos latino-americanos e caribenhos e 39,9% dos que vivem na Oceania estão, de alguma forma, excluídos digitalmente. Deste modo,

mensalidade de um serviço banda larga na cidade de São Paulo é, em média, de R\$ 60,00 (Sessenta reais), conforme esta reportagem do UOLNews, obtido no sítio HTML Staff. Disponível em: <<http://www.htmlstaff.org/ver.php?id=11781>>. Acesso em: 13 jul. 2009. Trata-se de um preço muito maior do que os outros países da América Latina.

⁴⁵ A *Internet World Stats* é um sítio mantido por uma empresa de *marketing* na internet, que se utiliza do banco de dados de várias entidades internacionais e empresas de pesquisas, tais UIT e da UNCTAD para construir, coletar e organizar as suas estatísticas. O sítio se apresenta como: “Internet World Stats is an International website that features up to date world Internet Usage, Population Statistics and Internet Market Research Data, for over 233 individual countries and world regions. Internet World Stats is a useful source for e-commerce stats, online international market research, the latest Internet statistics, broadband and penetration data, world population statistics and telecommunications markets information and reports”. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com>>. Acesso em: 24 jun. 2011. A *Internet World Stats* é uma fonte importante na internet de pesquisas e dados, pois aglomera inúmeras fontes e estatísticas. Contudo, para fins deste trabalho, há a preocupação somente de se constatar, por meio dos números, o fato de existir a exclusão digital maciça da população mundial.

⁴⁶ Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>. Acesso em: 24 jun. 2011.

evidencia-se melhor que a exclusão digital não se refere apenas àqueles pobres e miseráveis que sempre estão nas estatísticas de não terem acesso à saúde, habitação e educação. A exclusão digital avança até a classe média em todos os seus níveis e até a classe média alta em alguns lugares.

É, em grande parte, um fator econômico que exclui grande parte de população do acesso a estes bens da tecnologia da informação e comunicação. Porém, não apenas esse fator é o determinante. Estamos trabalhando com uma determinada definição de “inclusão” digital. O que é, quais seriam os fatores que determinariam quem é incluído e quem é excluído? Ter computador em casa ou acessar de qualquer lugar aponta o *modus operandi* da exclusão? Ter banda larga ou conexão discada? Isso envolve determinado tempo diário para o uso das TIC, é uma questão de tempo, de horas, do uso que se faz da informação e comunicação? De alguma forma, como vimos, todos estamos em contato com as TIC, no dia a dia, no trabalho, quando usamos os meios de transporte, quando nos comunicamos por celulares (*e-mails* e dados). O que seria, então, determinante para estarmos “dentro” ou “fora”? Há possibilidade de falar em exclusão? Ou haveria a necessidade de falarmos de formas diferentes de inclusão/ exclusão?

As estruturas econômicas que excluem digitalmente estão interconectadas com as políticas públicas que anunciam uma estratégia de atuação: a desvinculação da inclusão digital como própria do interesse público. A inclusão digital é necessária, mas deve ser intermediada pelo interesse econômico. É ele quem definirá o *modus operandi* da inclusão digital. A estratégia de atuação é construída nas perguntas: é economicamente viável para o empreendimento multinacional prover acesso àquela determinada região? Existirão benefícios legais e fiscais? Qual será o custo-benefício do fornecimento de infraestrutura de telecomunicações para a região? Quem serão os potenciais clientes? Qual é a demanda de infraestrutura de velocidade e assistência técnica necessária?

Aí, nos recortes econômicos, traçam-se estratégias excludentes em que uma grande empresa da região pode ter acesso à internet de alta velocidade e a casa do muro ao lado, mesmo que de pessoa muito rica, estar totalmente desconectada. Logicamente, e não é raro que tal análise possa acontecer, que bairros e cidades inteiras fiquem desprovidas de acesso à internet enquanto que empresas são beneficiadas por estruturas magníficas. Cabe lembrar o exemplo da cidade de Hortolândia, no Estado de São Paulo. No Mapa da Exclusão Digital, feito pela Faculdade Getúlio Vargas, a cidade Hortolândia ficou, entre todas as cidades brasileiras pesquisadas, em 396º lugar com índice de 9,71% da população incluída

digitalmente. Nesta mesma cidade, a empresa multinacional IBM possui um complexo gigantesco de suporte informático e de telecomunicações, que fornece serviços *online* para o mundo, todos os dias do ano, 24 horas sem parar⁴⁷. E, para isto, eles precisam de infraestrutura de telecomunicações gigantesca para atender a sua demanda, mas que não é aproveitada pela população da região.

A exclusão digital econômica, diferentemente do que era feito até este momento nas práticas sociais, não é referente às características da capacidade do cidadão/consumidor e sim do quanto de lucro que as grandes empresas multinacionais de infraestrutura de telecomunicações podem auferir num espaço localizado. O cidadão/consumidor pode ter capacidade econômica/financeira para comprar computadores e aparelhos avançados de tecnologia de informação e comunicação, entretanto, não ter os meios estruturais necessários para acessar a internet, quantitativa e qualitativamente⁴⁸.

A exclusão digital, assim, é reforçada, mantida e aumentada por ser considerada econômica tanto na atuação das empresas multinacionais como na realização de políticas públicas dos Estados. É o mercado que define quem será incluído ou excluído, quanto de velocidade de transmissão (banda larga ou não), número de pessoas atendidas, assistência técnica, no que é apoiado pela contínua fiscalização ineficiente dos Estados. A exclusão digital, no seu viés econômico, está intrinsecamente ligada com a formatação neoliberal dos Estados contemporâneos.

Nestor Garcia Canclini (2007, p. 212), neste sentido, apontou, analisando outros aspectos da sociedade atual, para esta conclusão a que cheguei:

A exclusão e a segmentação desigual são as duas principais consequências da reestruturação. À diferença do liberalismo clássico, que postulava a *modernização para todos*, a proposta neoliberal leva-nos a uma modernização seletiva: passa da integração das sociedades para a submissão da população às elites empresariais, e destas aos bancos, investidores e credores internacionais. Amplos setores perdem seus empregos e sua segurança social básica. (grifos do autor).

⁴⁷ Disponível em: <<http://www-03.ibm.com/press/br/pt/pressrelease/26327.wss>>. Acesso em: 14 jul. 2009.

⁴⁸ Muitos Estados dos países em desenvolvimento tentam realizar programas de computadores mais baratos para a população de baixa renda ter acesso à internet. O Brasil tem o programa computador para todos (Disponível em: <<http://www.computadorparatodos.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2009). Contudo, o que parece básico, mas não é realizado, é que um computador para acessar a internet tem de ter infraestrutura de telecomunicações, o que não acontece. Este mesmo problema vê-se na Índia (Disponível em: <http://www.mit.edu/people/kken/PAPERS/Intro_Sage.html>. Acesso em: 14 jul. 2009) e no México (MARISCAL, 2005). Direcionar políticas públicas para consumo de computadores e aparelhos é deixar de analisar as estruturas que geram as exclusões e manter o *status quo*.

2.4 Exclusão digital cultural

A exclusão digital não necessariamente está relacionada somente aos aspectos econômicos e estatais. Estes aspectos influenciam e funcionam continuamente nas estruturas excludentes. Contudo, aqueles que superam os obstáculos ou que pretendem se inserir nas tecnologias de informação e comunicação, se deparam com outra luta: a barreira cultural dos “desconectados”.

No artigo *Exclusão Digital: Problemas Conceituais, Evidências Empíricas e Políticas Públicas*, Bernardo Sorj e Luís Eduardo Guedes (2005) analisaram os vários aspectos da exclusão digital por meio de pesquisas com moradores de favelas do Rio de Janeiro. Destacou-se nela que, com o avançar da idade, pessoas tendem a não se utilizar das tecnologias de informação e comunicação. E os mais novos a utilizam somente para procurar empregos, acessar *e-mails* e utilizar as redes sociais.

Há, nesse encontro entre homens/mulheres/mundo digital, estranhamentos e, não raro, a não aceitação do que está sendo oferecido como novo, diferente. A consequência é a apropriação desigual e refratária das tecnologias de informação e comunicação (SORJ; GUEDES, 2005).

Ao se enfrentar esta perspectiva, que se repete reiteradamente nos países em desenvolvimento, pode-se destacar estes níveis de exclusão digital cultural: nível educacional, a questão do monolinguismo das redes de informação e comunicação e a privatização do conteúdo cultural.

Das inúmeras pesquisas qualitativas existentes sobre inclusão digital⁴⁹, todas elas confluem para a análise que aponta como um dos fatores da exclusão países e comunidades que possuem nível educacional muito baixo. E não é diretamente interligado com o nível educacional formal provido pelo Estado, mesmo que com ele se confunda. Foi comprovado em pesquisas que crianças, mesmo sem educação formal, quando colocadas frente a computadores, conseguiam desenvolver habilidades para usufruir dos sistemas.

⁴⁹ Citamos neste trabalho o Relatório Global de Tecnologias de Informação do Fórum Econômico Mundial, Mapas da Exclusão Social da FGV, *Internet World Stats*, Relatório da União Internacional de Telecomunicações (UIT), da pesquisa de Bernardo Sorj e Luís Eduardo Guedes, do Relatório do NIC.br sobre Inclusão Digital, dentre outras.

Destas pesquisas educacionais surgiu o projeto *A Hole in The Wall*⁵⁰, que foi desenvolvido pelo indiano Prof. Sugata Mitra. A ideia do projeto foi concebida em 1982, entretanto colocada em prática em 1999. Sugata Mitra levantou a seguinte hipótese:

A aquisição das habilidades básicas de computação por quaisquer crianças pode ser adquirida através de ensino incidental, fornecido por aprendizes, quando lhes é dado acesso adequado às facilidades dos computadores com conteúdo divertido e motivante e alguma orientação humana⁵¹.

Os resultados foram tão favoráveis à hipótese que Sugata Mitra ganhou prêmio de Educação da Unesco.

A educação a que se refere o debate sobre a exclusão digital cultural é a incidental que introduz a pessoa aos sistemas informatizados, aos seus funcionamentos e usos. A partir disto, os sistemas informatizados são criados para serem intuitivos e facilitadores do uso humano, tal como a *web* semântica (PICKLER, 2007)⁵². A pessoa pode, por seus conhecimentos empíricos, empreender uma jornada de obtenção e produção de conhecimento⁵³. Não se exige educação formal para manusear os conteúdos. São orientações simples e diretas.

Diante desta constatação, refazemos a pergunta de Warschauer (2006, p. 15): há exclusão relacionada ao letramento, à educação formal? A resposta dada por Warschauer se constrói por meio dos estudos de Scribner e Cole sobre a etnia Vai da Libéria. Estes autores concluíram que os letrados na língua desta etnia, o *vai*, não traziam um “benefício cognitivo generalizável”, mas somente um conhecimento metalinguístico maior do que os não letrados. A conclusão a que chegaram os estudiosos é a de que não há uma exclusão associada à educação formal, “ao letramento, ao menos individualmente”⁵⁴.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.hole-in-the-wall.com>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

⁵¹ Tradução livre deste texto: “The acquisition of basic computing skills by any set of children can be achieved through incidental learning provided the learners are given access to a suitable computing facility, with entertaining and motivating content and some minimal (human) guidance”. Disponível em: <<http://www.hole-in-the-wall.com/Beginnings.html>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

⁵² Maria Elisa Valentim Pickler (2007), citando Souza e Alvarenga, definiu como objetivo da *web* semântica “criar e implantar padrões (*standards*) tecnológicos para permitir esse panorama, que não somente facilite a troca de dados entre os agentes pessoais, mas estabeleça uma língua franca para o compartilhamento mais significativo de dados entre dispositivos e sistemas de informação de uma maneira geral” (grifo do autor).

⁵³ Exemplo de que a educação formal não é necessária é a apropriação da internet feita por indígenas de toda a América Latina. São inúmeras as tribos indígenas que se utilizaram, quando introduzidas, da internet como meio de divulgar a sua cultura, suas lutas e seus conhecimentos. Caso clássico são os índios de Chiapas, tal como apresenta Sarah Gussing Abdel-Moneim, em *O Ciborgue Zapatista* (2002), e por Eliete da Silva Pereira, em *Ciborgues Indígen@s.Br* (2008).

⁵⁴ Mais adiante, Warschauer complementa: “O trabalho deles mostrou que não há um constructo único de letramento dividindo as pessoas em dois campos cognitivos. Ao contrário, há gradações e tipos de letramentos, com um conjunto de benefícios relacionado intimamente a funções específicas de práticas referentes ao letramento. Num sentido geral, não se pode dizer que o letramento causa desenvolvimento

É o mínimo de educação necessária para se incluir digitalmente e que não é dado. A exclusão digital cultural, relacionada ao nível educacional, que se confunde também com características das exclusões históricas, sociais e econômicas, tem no seu reconhecimento um desdobramento mais pernicioso do que a ausência da educação formal. É a constatação de que o pouco é muito, de que o pouco do mundo aberto a possibilidades é negado. É a exclusão digital do pobre e do miserável, que, para além do econômico, do histórico e do social, está frente a um mundo fechado de possibilidades⁵⁵. A exclusão digital relacionada à educação é um problema social e não tecnológico. Se o contexto educacional, formal e informal, exclui, interdita e afasta a compreensão da complexidade das relações sociais não há como se atribuir à tecnologia a condição de resgate do que se perdeu anteriormente. A tecnologia pressupõe conhecimentos histórica e culturalmente acumulados, que devem ser distribuídos dentro de um contexto social. Se o contexto social for de contínua exclusão dos meios tecnológicos e de suas complexidades, não há modo de se distribuir o conhecimento sobre eles entre todos. Assim, não há como se incluir aquele que não conhece ou não tem ideia do que seja computador, pois tal instrumento lhe é indiferente e irrelevante⁵⁶.

A exclusão digital cultural, ligada à educação, convive, em outro nível, com o monolinguismo das tecnologias de informação e comunicação. É o anglicismo que domina as terminologias, os padrões e a interconectividade das pessoas nas redes⁵⁷. São os *softwares*, os *hardwares*, os *standarts*, os *messengers*, os *e-mails*, os *sites*, todos os significantes e

cognitivo e social; pelo contrário, o letramento e o desenvolvimento social estão entrelaçados e são co-constituídos, como as tecnologias e a sociedade em geral”.

⁵⁵ Neste sentido, Paulo Freire (2008, p. 103), em sua batalha por uma educação brasileira mais democrática, segue neste passo de que ausência de criticidade inviabiliza a apreensão das mudanças: “Quanto mais crítico um grupo humano, tanto mais democrático e permeável, em regra. Tanto mais democrático, quanto mais ligado às condições de sua circunstância. Tanto menos experiências democráticas que exigem dele o conhecimento crítico de sua realidade, pela participação nela, pela sua intimidade com ela, quanto mais superposto a essa realidade e inclinado a formas ingênuas de encará-la. A formas ingênuas de percebê-la. A formas verbosas de representá-la. Quanto menos criticidade em nós, tanto mais ingenuamente (quando o texto citado é antigo devemos manter o português daquela época ou transformá-lo?) tratamos os problemas e discutimos superficialmente os assuntos.”

⁵⁶ Warschauer (2006) traz um exemplo pertinente e que corrobora com este entendimento construído acima. Em uma de suas viagens a trabalho ao Egito, Warschauer teve acesso a uma escola de ensino médio que tinha recebido do governo egípcio lousas eletrônicas para dar dinamismo às aulas e introduzir as tecnologias de informação e comunicação ao ensino. Contudo, estas máquinas ficaram quase dois anos acumulando poeira, pois os professores, direção e alunos não faziam a mínima ideia de como manusear e ensinar por este novo meio tecnológico.

⁵⁷ Em estudo produzido em 2005 (Disponível em: <http://dti.unilat.org/LI/2005/index_es.htm>. Acesso em: 16 jul. 2009), foi constatado que mais de 45% dos sítios da internet têm conteúdo em inglês.

significados produzidos de acordo com os padrões de quem os fornece e controla, que, neste caso, são os americanos do Norte⁵⁸.

Néstor Garcia Canclini (2007, p. 229) aprofunda mais neste sentido:

O lugar dominante das ciências modernas, de origem ocidental, no desenvolvimento das sociedades do conhecimento associa-se, cada vez mais, à globalização do inglês e a uma anglo-americanização econômica, sociocultural e político-militar do planeta. O domínio do inglês dá acesso a mais informação não só em publicações especializadas (no papel e *on-line*) mas também em redes comerciais, viagens, participação em congressos, serviços digitalizados exclusivos e outras instâncias de conhecimento e poder. O predomínio desta língua agrava a distância dos cientistas, técnicos, profissionais liberais e movimentos sociais anglófonos em relação aos que não o são. Mesmo entre os que conhecem o inglês, os níveis de competência geram diversidades e segregações não só entre as pessoas, mas também entre esta língua predominante e seus esquemas cognitivos e outros modos de elaboração simbólica e de comunicação.

O monolinguismo anglicista impõe estruturas exclusivas em dois níveis: ataca a alteridade e a própria ubiquidade da rede; e impede a apropriação das tecnologias de informação e comunicação, como meio de obtenção e produção de conhecimento. As tecnologias de informação e comunicação possuem características ímpares de serem complexas e abraçarem a diversidade de pessoas, línguas e culturas e a internet é o canal para que inúmeros significantes e códigos possam ser produzidos e reconhecidos. Contudo, com o monolinguismo anglicista, toda esta diversidade deve ser amoldada pelo código cultural dominante do inglês.

É o código por onde todos os códigos deverão ter sentido. É a correspondência que vira *e-mail* para ser enviada (*send*) ou encaminhada (*forward*), com um tema (*subject*), a um destinatário por meio de um *link* na *web*. Tudo o que pode ser original num outro código ou

⁵⁸ A internet foi criada nos EUA e até hoje é comandada pelo ICANN (*Internet Corporation for Assigned Names and Numbers*) que é “[órgão mundial responsável por estabelecer regras do uso da Internet] uma entidade sem fins lucrativos e de âmbito internacional, responsável pela distribuição de números de 'Protocolo de Internet' (IP), pela designação de identificações de protocolo, pelo controle do sistema de nomes de domínios de primeiro nível com códigos genéricos (gTLD) e de países (ccTLD) e com funções de administração central da rede de servidores. Esses serviços eram originalmente prestados mediante contrato com o governo dos EUA, pela *Internet Assigned Numbers Authority* (IANA) e outras entidades. A ICANN hoje cumpre a função da IANA.

“Sendo uma sociedade de capital misto, a ICANN se dedica à manutenção da estabilidade operacional da Internet, à promoção da concorrência, a obter uma ampla representação das comunidades globais congregadas na Internet e ao desenvolvimento de uma política adequada à sua missão, com processos consensuais, implantados através da abordagem 'bottom-up' (de baixo para cima)” (Disponível em: <<http://www.icann.org/tr/portuguese.html>>. Acesso em: 16 jul. 2009). O ICANN é órgão ligado à Secretaria de Comércio do governo dos EUA. Existem discussões fortes para que o comando da Internet saia do ICANN e vá para um órgão multilateral criado dentro da ONU (Disponível em: <<http://news.cnet.com/2010-1028-5181327.html>>. Acesso em: 16 jul. 2009).

utilizável diferentemente deve ser estreitado ao *modus operandi* daquele código linguístico de quem domina e controla os funcionamentos da internet.

Por outro lado, o monolinguismo impede a apropriação dos conteúdos e conhecimentos das populações que não têm no inglês a sua língua materna, o que ocorre na maioria dos países em desenvolvimento. Muito do estranhamento e das atitudes refratárias em relação às tecnologias de informação e comunicação sobrevoam na incapacidade de absorção do inglês como código determinante. Até para os estadunidenses⁵⁹ e indianos⁶⁰ que têm o inglês como língua oficial, esta apropriação é imbricada de confusões, descontinuidades e restrita à elite.

Há, também, outro lado: nunca tantos, ao estarem expostos ao monolinguismo da internet, puderam e quiseram se apropriar de uma nova língua, exatamente para poderem se articular, trocar, experienciar outras formas culturais. Uma nova língua, quem sabe, pode estar sendo criada na internet, por meio de jovens de todos os lados e idiomas, misturando suas línguas natais e o inglês. Nunca como antes essa exposição gerou tantas alianças novas e

⁵⁹ Este estudo do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), conduzido por Kenneth Keniston and Deepak Kumar (2003), chamado *The Four Digital Divides*, a respeito dos estadunidenses, trouxe um interessante aspecto: “A second digital divide, less often noted, is linguistic and cultural. In many nations this divide separates those who speak English or another West European language from those who do not. But even in the United States, where well over 95% of all inhabitants speak fluent English, there are large differences in access to ICTs among different ethnic and cultural groups. For example, in 1998, Asian American households (largely of South Asian or South Pacific Asian extraction) had 55% computer ownership, white Americans had 52%, while Americans of Hispanic origin had 25% and blacks 23% respectively. An even larger gap separated Asian Americans and whites from blacks and Hispanics with regard to Internet access. It might be argued that these differences in the U.S. are the simple corollary of the income disparities between Americans of European or Asian origin and Americans of African or Hispanic origin. This inference is only correct in part. For example among American households with annual incomes below \$35,000 (below the median), in 1998, Internet access among white and Asian American families was more than three times greater than among black or Hispanic families. Similarly, among college students, 80% of white students but only 40% of black students had Internet access. I know of no study that examines the 'culture' of American Web sites; but few sites in the U.S. specifically address the interests, concerns or assumptions of African Americans or Hispanic Americans, while most take for granted the prevailing outlook of the dominant, English-speaking 'Anglo-Saxon' culture”.

⁶⁰ “For Indians who speak no (or little) English, the barriers to the Information Age are almost insuperable. All widely-used operating systems require some knowledge of English or one of the 'Northern' languages. Thus, in practice, unless Indians know English, which most Indians do not, no matter how wealthy, brilliant, educated, prosperous or motivated they may be, computer use and Internet access are effectively out of the question. The result is a self-confirming prophecy: since there is so little software in any language other than English, virtually everyone in South Asia who uses computers knows English. Therefore, software manufacturers can argue - not incorrectly - that 'there is no market' for Indian language software. Of course the 50 or so million Indians who speak fluent English by no means constitute a representative sample of the Indian population: they again tend to be prosperous, urban, highly educated, concentrated in technical fields. They are, in a word, members of the Indian elite, where English is the lingua franca. For the great majority of Indians, however, computers are linguistically inaccessible and therefore useless. As Professor Vijay Chandru of the Indian Institute of Science commented, half seriously, at the 1998 conference BangaloreIT.com, 'The reason Indians don't have computers is because they are so smart. What can the average Indian do with a computer?'” (KENISTON; KUMAR, 2003).

possibilidades de ação, aparentes no mundo, como nas intervenções relâmpagos dos *flashmobs*, a força das manifestações anti-globalização, o poder dos *blogs* nas eleições.

Pierre Levy (2000, p. 242) acredita que, a despeito da predominância do inglês, o monolinguismo é uma questão não muito relevante, colocando-o sob a luz da dificuldade meramente técnica da internet: “Com exceção das dificuldades técnicas menores que acabo de expor, não há nenhum obstáculo à diversidade linguística na Internet, a não ser a falta de iniciativa ou ausência de atividade na rede dos locutores de uma ou outra língua minoritária”. Porém, há que se constatar que estas forças excludentes, que se reforçam no código linguístico único, são reproduzidas nos códigos tecnológicos que efetivamente determinam a privatização da cultura, da informação e do conhecimento, ao lado de sua explosiva publicização.

A privatização da cultura, por meio dos códigos tecnológicos, dá-se em dois caminhos, que podem ser apropriados por termos marxistas, de infra e superestrutura. Os códigos tecnológicos de infraestrutura são os determinados pelas empresas de telecomunicações provedoras de acesso à internet. Elas detêm as linhas estruturais por onde trafegam as informações. As provedoras de acesso à internet criam o caminho lógico do usuário e a infraestrutura (*backbone*) por onde a informação comunica humanos e máquinas (ECO, 2007). No controle dos aparelhos tecnológicos, estas empresas podem determinar qual informação deve trafegar e comunicar. Aparentemente, a proteção dos usuários está na quantidade enorme de informação para serem gerenciadas e analisadas, o que evita o controle do fluxo de dados e informações. Contudo, não raro, estas provedoras determinam a qualidade e quantidade da informação a ser trafegada em suas redes, sempre privilegiando interesses corporativos e econômicos (BERNERS-LEE, 2006).

Esta situação levantou a discussão da neutralidade da rede, que nada mais é a de que o código tecnológico da infraestrutura seja aberto e não controlado. Na superestrutura, a discussão segue o mesmo formato só que o código tecnológico controlado é o dos *softwares* (código-fonte). Lawrence Lessig (1999), em frase sempre repetida por estudiosos, sentenciou que quem controla o código comanda a internet. O código da superestrutura, reproduzido em cada sítio e lugar virtual, determina a forma e o conteúdo da inserção dos usuários, ao manipular, estreitar, direcionar e impor as interações, apreensões e apropriações do conhecimento. A superestrutura virtual produz resultados automaticamente, seja bloqueando, permitindo ou construindo formas de acesso à informação, que podem ser diferenciadas e

desiguais. Nesta atuação, o código da superestrutura, imbricado ao monolinguismo anglicista, tende a filtrar, na sua forma, as interações e os significados produzidos.

Neste passo, os códigos tecnológicos da infra e superestrutura funcionam e atuam sobre conteúdos e conhecimentos produzidos e transmitidos nas redes. Os conteúdos são transformados em dados e, assim que disponibilizados, são protegidos por leis de propriedade intelectual e termos de uso que não são mais dos produtores e sim dos sítios que publicaram as informações, mesmo que não tenham pagado nada por isto⁶¹.

A digitalização dos textos, obras, imagens, áudios, músicas e outras expressões artísticas, fisicamente, pertenciam aos seus produtores. Agora, elas são adquiridas pelos detentores dos códigos das superestruturas por termos de uso que lhe conferem propriedade

⁶¹ O Google utiliza-se desta prática de amearhar os conteúdos produzidos pelos usuários, tanto os dados cadastrais quanto as informações e conhecimentos disponibilizados. Mais evidente é o termo de uso do sítio da Globo.com que, em seu termo de uso, assim estabelece: “CLAUSULA TERCEIRA – DA CESSÃO DE DIREITOS: 3.1. O COLABORADOR, por este instrumento e na melhor forma de direito, cede e transfere à GLOBO.COM, na integralidade e a título universal e gratuito, para fins de utilização e/ou comercialização a qualquer tempo, no Brasil e/ou no Exterior, todos os direitos patrimoniais de autor sobre o Material ora cedido, sem quaisquer ônus, para veiculação através da Internet e/ou nas Tecnologias de Plataforma Wireless, bem como em qualquer outra mídia, incluindo, mas não se limitando a rádio, televisão aberta ou por assinatura, portais de voz, mídia impressa ou eletrônica, mala direta, entre outros. 3.2. O COLABORADOR autoriza, ainda, a realização de publicidade e promoções relativas à exploração dos ditos Direitos de Propriedade Intelectual e Autorais, concedendo à GLOBO.COM, que desde já expressa a sua aceitação, a Cessão total dos respectivos Direitos de Propriedade Intelectual e Autorais sobre tal Conteúdo necessários para a exploração dos mesmos. Em razão da Cessão de Direitos ora realizada, e tendo em vista tratar-se de obra coletiva, o Conteúdo utilizado durante a vigência deste Contrato e incorporado pela GLOBO.COM será explorado por esta a seu exclusivo critério e permanecerá armazenado, por tempo indeterminado, na Base de Dados da GLOBO.COM para consulta/pesquisa de seus Usuários, sem prejuízo do aqui estabelecido e sem qualquer custo para a GLOBO.COM. 3.3. Compreende-se nesta Cessão todo direito necessário para a exploração total e pacífica do Material pela GLOBO.COM, pelo prazo de vigência dos Direitos de Propriedade Intelectual a eles relativos, tais como o de editar, utilizar, fruir e dispor, no todo ou em parte, exibir ao público no meio internet, e/ou nas Tecnologias de Plataforma Wireless ou fora deles, bem como por qualquer outro tipo de mídia, incluindo o arquivamento em base de dados, armazenamento em computador e demais formas de arquivamento do gênero e todas as formas, presentes e futuras, de utilização e exploração dos mesmos, a exclusivo critério da GLOBO.COM, além da utilização dos direitos para divulgação do Conteúdo no meio Internet ou em qualquer outro tipo de mídia, conforme previsto neste Contrato. 3.4. O COLABORADOR está plenamente ciente e de acordo que todo e qualquer Material fornecido formará uma obra coletiva de titularidade da GLOBO.COM e ficará em arquivos da base de dados da GLOBO.COM passíveis de serem acessados por mecanismos de busca próprios da GLOBO.COM ou de terceiros por tempo indeterminado. 3.5. O COLABORADOR garante ser titular dos direitos autorais e patrimoniais sobre o Material fornecido, os direitos para exploração de voz, imagem e nome todos relativos ao Material, tendo inclusive o direito de dispor dos mesmos no Termo de Uso presente. 3.6. O COLABORADOR cede e transfere à GLOBO.COM, em caráter definitivo, irrevogável, irreatável e sem qualquer ônus, todo e qualquer direito patrimonial de autor relativo ao Conteúdo de cuja criação venha a participar ou que venha a fornecer como COLABORADOR, bem como, declara-se ciente de que o Material por ele enviado à GLOBO.COM poderá ser utilizado em associação com outros textos, títulos, documentos, gráficos e demais materiais de propriedade da GLOBO.COM, sem que para isso seja devida qualquer remuneração ao COLABORADOR. 3.7. Os direitos e obrigações decorrentes deste documento poderão ser cedidos a qualquer empresa pertencente direta ou indiretamente à GLOBO.COM. 3.8. A GLOBO.COM não efetuará qualquer tipo de remuneração em razão do envio do Material pelo COLABORADOR. Disponível em: <[http://login.globo.com/Servlet/do/contrato?servicoID=1107&url=javascript:history.go\(-1\)](http://login.globo.com/Servlet/do/contrato?servicoID=1107&url=javascript:history.go(-1))>. Acesso em: 16 jul. 2009.

intelectual sobre algo que não pagaram ou produziram. A cessão de direitos autorais é feita somente por um *click*, que, sequer, ao menos, a maioria dos usuários leem quando o fazem. E mesmo aquilo que já caiu em domínio público, é estrategicamente reutilizado para ser protegido por leis de propriedade intelectual altamente restritivas e favoráveis aos interesses econômicos dos grandes conglomerados⁶².

Assim, por vários caminhos, a cultura vai se tornando cada vez mais privatizada ao controle de interesses que são apresentados como democráticos, mas não o são. Claro que a internet, por definição, é aberta e incontrolável. Conteúdos surpreendentes emergem, novas visões aparecem. São publicizadas como nunca, ao contrário de outros tempos quando se dependia de uma editora. Muitas vozes aparecem, que não apareceriam em outro lugar. Mas, talvez, isso deve ser visto como residual, como resistência.

Neste sentido, cabe trazer a conclusão apontada por Néstor Garcia Canclini (1998, p. 327), que mostra os dilemas do tema:

[...] Quando a cultura deixa de ser assunto público, privatizam-se a informação e os recursos intelectuais nos quais se apóia parcialmente a administração do poder. E se o poder deixar de ser público, ou deixa de ser disputado como algo público, pode restaurar parcialmente sua verticalidade. Ainda que em princípio a expansão tecnológica e o pensamento pós-moderno contribuam para disseminá-lo, o desenvolvimento político o concentra. Quando essas transformações de fim de século não implicam democratização política e cultural, a obliquidade que propiciam no poder urbano e tecnológico se torna, mais que dispersão pluralista, hermetismo e discriminação.

2.5 Exclusão digital histórica e social

A união das duas perspectivas – histórica e social – faz com que, muito mais do que os outros recortes, se reconheça nestes dois aspectos relações muito fortes de afetação com o contexto das tecnologias de informação e comunicação. Cabe apenas apontar que apesar de existirem tratamentos históricos diferentes e desiguais, não significa, necessariamente, que exista um reforço nas exclusões digitais. Existem novas relações de aproximação e construção de sujeitos e grupos que enfrentam os obstáculos das exclusões, impondo novas apropriações

⁶² As legislações de direitos de propriedade intelectual, as TRIPS (*Trade Related aspects of Intellectual Property Rights*), definidas depois do Acordo de comércio, que gerou a Organização Mundial de Comércio, aumentaram ainda mais as restrições legais e os prazos para as obras caírem em domínio público, reforçando o interesse econômico dos detentores.

e relações de manutenção das diferenças. Um exemplo possível é o caso dos indígenas do Movimento de Chiapas como indicativo destas novas relações.

Contudo, mostrar o lado positivo das apropriações dos diferentes pelas tecnologias de informação e comunicação não significa afirmar que se encerraram as desigualdades. Muito pelo contrário. Elas aumentaram e tornaram-se ainda mais seletivas e direcionadas histórica e socialmente. É o caso, por exemplo, dos negros. Somente 13,3% dos negros no Brasil, com mais de 10 anos de idade, acessaram a internet, conforme dados do IBGE⁶³. Se considerarmos a presença de 50% da população brasileira formada por negros, ou seja, aproximadamente 100 milhões de pessoas. Apenas 13,3 milhões tiveram acesso à internet, maioria internet discada. A escravidão histórica dos negros está por trás tanto da exclusão econômica, social e digital. A exclusão digital reflete os espaços de fora ocupados pelos negros na sociedade brasileira. A maioria vive em favela ou na periferia das grandes cidades em que o acesso é somente comunitário e não atendido pelas empresas de telecomunicações. Pior é a situação da mulher negra e pobre que, por estar geralmente vinculada aos empregos domésticos ou trabalhos braçais, tem acesso à internet menor que os homens da mesma idade e condição social.

Bernardo Sorj e Luís Eduardo Guedes (2005) apontam isto:

O que acontece em ambos os casos (baixo acesso das mulheres e incremento do percentual da população negra de usuários). O trabalho atua como fator de exclusão digital no caso das mulheres e de igualação social no caso dos negros. A maioria das mulheres trabalha em serviços de limpeza ou como empregadas domésticas e não tem oportunidade de utilizar computador, enquanto um número maior de homens, inclusive muitos que trabalham como office boys, acaba convivendo em ambientes que incentivam e por vezes permitem o conhecimento dos usos básicos do computador.

Aliás, isto reforça outra exclusão histórica que acaba por fulminar na exclusão digital: as mulheres têm menos acesso à internet que os homens⁶⁴. Nos países em desenvolvimento, estas estruturas históricas e sociais exclusivas são mantidas só alterando-se os nomes dos atores; em vez de negros, são índios ou párias de alguma etnia dominada, mas as mulheres, em todas elas, são recorrentemente as excluídas das excluídas.

Outra exclusão digital histórica e social é a presentificação trazida pelas tecnologias da informação e comunicação. O excesso de informação para aqueles que se incluem traz uma dupla constatação no uso destas tecnologias: a sensação de que o conhecimento não é

⁶³ Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/noticia/governo-busca-formas-de-reduzir-desigualdade-racial-no-acesso-a-internet/>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

⁶⁴ Isto pode-se comprovar tanto da pesquisa do IBGE sobre acesso à internet (Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acessoainternet/internet.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2009) e na realizada pelo Registro.br (Disponível em: <<http://registro.br>>. Acesso em: 20 jul. 2009).

historicamente produzido; e de que o novo deve ser consumido rapidamente e torna-se velho e descartável na mesma velocidade.

Manuel Castells (2006, p. 572-573) entende que o tempo e o espaço são dissolvidos nas redes de informação e comunicação e que é certo de que esse fato aprofunda a desigualdade:

Em nível mais profundo, as bases significativas da sociedade, espaço e tempo estão sendo transformadas, organizadas em torno do espaço de fluxo e do tempo intemporal. Além do valor metafórico dessas expressões apoiado por várias análises e ilustrações nos capítulos anteriores, há uma hipótese importante: as funções dominantes são organizadas em redes próprias de um espaço de fluxos que as liga em todo o mundo, ao mesmo tempo em que fragmenta funções subordinadas e pessoas no espaço de lugares múltiplos, feito de locais cada vez mais segregados e desconectados uns dos outros. O tempo intemporal parece ser o resultado da negação do tempo – passado e futuro – nas redes do espaço de fluxos. Enquanto isso o tempo cronológico, medido e avaliado diferencialmente para cada processo de acordo com sua posição na rede, continua a caracterizar as funções subordinadas e os locais específicos. O fim da história, estabelecido na circularidade dos fluxos financeiros computadorizados ou na instantaneidade das guerras cirúrgicas, domina o tempo biológico da pobreza ou o tempo mecânico do trabalho industrial. A construção social das novas formas dominantes de espaço e tempo desenvolve uma meta-rede que ignora as funções não essenciais, os grupos sociais subordinados e os territórios desvalorizados. Com isso, gera-se uma distância social infinita entre essa meta-rede e a maioria das pessoas, atividades e locais do mundo. Não que as pessoas, locais e atividades desapareçam. Mas seu sentido estrutural deixa de existir, incluído na lógica invisível da meta-rede em que se produz valor, criam-se códigos culturais e decide-se o poder. Cada vez mais, a nova ordem social, a sociedade em rede, parece uma meta-desordem social para a maior parte das pessoas. Ou seja, uma sequência automática e aleatória de eventos, derivada da lógica incontrollável dos mercados, tecnologia, ordem geográfica ou determinação biológica.

Há, assim, na inclusão, a própria produção de novas exclusões e desigualdades. O que dizer, então, dos que estariam de fato “fora”? Porém, há contradições e conflitos que trazem o novo a público.

Além de Castells trazido acima, corrobora neste sentido Pierre Lévy (2000, p. 237-238) ao sustentar que:

De forma mais ampla, cada universal produz seus excluídos. O universal, mesmo se ele “totaliza” em suas formas clássicas, *jamais engloba o todo*. Uma religião universal possui seus descrentes ou hereges. A ciência tende a desqualificar as outras formas de saber, aquilo que ela chama de irracional. Os direitos do homem têm suas infrações e suas zonas de não-direito. As formas antigas do universal excluem por separação aqueles que participam da verdade, do sentido ou de uma forma qualquer do império e aqueles que se encontram relegados às sombras: bárbaros, infiéis, ignorantes etc. O universal sem totalidade não foge à regra da exclusão. Apenas não se trata mais de adesão ao sentido, mas sim de conexão. O excluído está desconectado. Não participa da densidade relacional e cognitiva das comunidades virtuais e da inteligência coletiva. (grifo do autor)

Aceitar a exclusão não foi a opção deste trabalho. O discurso da exclusão como fato a ser sempre enfrentado é admitir que há racionalidade na dominação e não permitir que ela se

mantenha no tempo. O excesso de informação que exclui a história nas tecnologias de informação e comunicação retira o que Tefko Saracevic (2006) denomina como relevância⁶⁵. Quer dizer, não retira. Transfere-a para os sistemas de informação que criam a relevância dentro do excesso de informação. Assim, a relevância é inferida por aquele que controla a ferramenta para vender, formatar e apresentar a sua ideia, produto ou serviço⁶⁶. Ou seja, o mesmo ator ou atores que criaram todas as formas de exclusão e interdição, pois possuem a enunciação do discurso. O tempo todo contestado.

⁶⁵ Tefko Saracevic (2006, p. 6) assim define o termo relevância: “Relevance is a relation. Relevance is a property. Relevance is a measure. Relevance has a context, external and internal. Relevance may change. Relevance has a number of manifestations or kinds. Relevance is not given. Relevance is inferred. Relevance is created or derived. Relevance involves selection. Relevance involves interaction. Relevance follows some intentionality”.

⁶⁶ O Google tem como objetivo apresentar informações relevantes para os usuários. Quem acessa o Google busca uma resposta sobre algo e, das milhões de opções que são dadas ao usuário, geralmente, ele se utiliza daquelas que foram apresentadas nos 3 primeiros tópicos de busca e dentro das 3 primeiras páginas (Disponível em: <http://www.searchenginelowdown.com/2005/02/search-engine-strategies-new-york_28.html>. Acesso em: 21 jul. 2009).

3 INCLUSÃO DIGITAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

A inclusão digital, como vimos, se é um conceito difundido, não é unanimemente entendido ou compreendido da mesma forma. Há certo consenso de que todos devem ser incluídos digitalmente para dar conta dos desafios existentes na complexidade das relações trazidas com as tecnologias de informação e comunicação. Existem programas que atendem parcelas da população que não têm acesso aos instrumentos necessários para estas tecnologias, principalmente, computador para a internet. Porém, a inclusão digital também deve ser pensada em outros meios, além da disseminação da internet por computador.

A questão que se coloca para a inclusão digital também se relaciona às redes que permitem o acesso, dominadas pelas tecnologias de telecomunicações por fios, que são insuficientes para atender às vastidões territoriais dos que vivem fora dos grandes centros e na periferia deles.

Possibilidades se abrem com celulares, a TV digital e as tecnologias de acesso à internet sem fio, que possuem capilaridades e custos de difusão muito menores que a infraestrutura de telecomunicações por fios e cabos.

Mas são possibilidades que dependem de uma análise estrutural e multidisciplinar dos problemas. Não há uma resposta simples e correta para eles. É um mundo multifacetado, diferente, desigual e desconectado (CANCLINI, 2007)⁶⁷. A aparente dicotomia inclusão e exclusão digital se insere dentro do contexto social e reflete as iniquidades existentes entre os cidadãos. Os Estados, principalmente dos países em desenvolvimento, buscam, através de discursos e soluções paliativas, geralmente ligadas à venda ou subsídios a computadores, resolver esta situação, que são insuficientes para as demandas sociais.

As tecnologias de informação e comunicação estabelecem novas fronteiras, embates, construções, soluções, enfim, são novos prolongamentos dos seres humanos. A inclusão digital, por tudo isto, é uma necessidade que não pode ser mais ignorada pelo direito e tem que ser incorporada nas suas instituições e institutos. Mas para localizarmos a inclusão digital dentro do direito, há que se indagar: Qual é a localização do direito nesta sociedade complexa e multifacetada? Será que todos estes fenômenos e movimentos terão que se inserir na forma

⁶⁷ Referência direta à obra de Néstor Garcia Canclini (2007), mas que traduz fielmente a situação da internet no Brasil e no mundo.

do direito? Qual é o papel do direito nas transformações das práticas sociais? O que o conceito de inclusão digital influi e é influenciado pelo direito?

O direito ainda não enfrentou diretamente estas questões que surgem com a necessidade contemporânea da inclusão digital. Trata-se da inclusão digital como algo que está fora do que é um direito. É necessário, mas não é para já.

Há todo um discurso sobre a inclusão digital de distanciamento, de não urgência, em comparação com temas que seriam mais importantes, tais como a fome, o acesso à água potável, luz, saúde, habitação e educação. Contudo, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que desenvolve uma série de estudos em inclusão digital, apontando os caminhos que devem ser realizados para serem atendidas as perspectivas sociais⁶⁸, em relatório de 2008, considerou o acesso à internet banda larga tão importante como o acesso à água potável e à luz⁶⁹.

No mesmo sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), na formulação da metas do milênio, estipulou que os países, principalmente os mais pobres, devem, dentre outros: usar projetos de infraestrutura como oportunidades para aprendizado tecnológico; adotar novas tecnologias e associá-las à qualidade de seu sistema de ensino superior; promover empreendimentos na área de ciência, tecnologia e inovação⁷⁰.

São discursos que apontam à necessidade da inclusão digital, mas não a transformam em direito a ser exigido pelo ser humano. É um discurso que continua a perpassar o direito e o humano, até porque se atentam mais às questões tecnológicas. Aliás, a maioria dos documentos produzidos faz referência às tecnologias, desenvolvimento tecnológico, tecnologias de informação e comunicação. Eles visam somente ao acesso à máquina, ao instrumento, como sinônimo de direito. A inclusão digital não é somente uma busca pela ferramenta de conectividade ou de certas competências e habilidades.

Neste sentido, por incrível que pareça, mesmo tendo sido construída há mais de 60 anos, a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 é muito mais avançada do que o que se tem produzido recentemente, até mesmo em documentos produzidos pela própria ONU. Em seu art. XXVII, a Declaração estipula que “todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/10/0/27128723.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.oecd.org/document/20/0,3343,en_2649_33757_41892820_1_1_1_1,00.html>. Acesso em: 11 jun. 2009.

⁷⁰ A apresentação deste estudo encontra-se, em português, no sítio da ONU Brasil. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/milenio/ft13.php>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

seus benefícios”. A Declaração entende o progresso científico e seus benefícios como meio e não fim. É o direito de participar e usufruir que pode ser traduzido como o direito de se apropriar das tecnologias e da cultura produzida. A apropriação é uma característica humana de utilização do objeto e ser por ele atingido com a finalidade de dar um uso, utilidade, disposição, fruição, semelhante ou diversa do que foi pensado inicialmente.

Pierre Levy (2000, p. 196) apresentou a questão da apropriação de forma clara:

Acesso para todos, sim! Mas não se deve entender por isso um “acesso ao equipamento”, a simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará de toda forma muito barata, nem mesmo um “acesso ao conteúdo” (consumo de informações ou de conhecimentos difundidos por especialistas). Devemos antes entender um acesso a todos aos processos de inteligência coletiva, quer dizer, ao ciberespaço como sistema aberto de autcartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca, e de livre navegação nos saberes. A perspectiva aqui traçada não incita de forma alguma a deixar o território para perder-se no “virtual”, nem a que um deles “imite” o outro, mas antes a utilizar o virtual para habitar ainda melhor o território, para tornar-se seu cidadão por inteiro.

Pois, ao se apropriar do instrumento, o ser humano reinventa, desloca, transforma, modifica, molda para expressar, comunicar, informar. As tecnologias de informação e comunicação estão localizadas neste contexto imenso de duplicidades, conflitos e possibilidades abertas de significantes e significados, lutas e vivências. O distanciamento não se realiza somente pelo trato da questão sob o viés tecnológico⁷¹, mas pelo entendimento de que a inclusão digital é algo a mais⁷². A interpretação corrente é a de que a inclusão digital está relacionada a uma parte dos direitos (BECHARA, 2006) ou, quando inserida no contexto

⁷¹ Viés tecnológico tal como exposto por Ivar Alberto Martins Hartmann (2008), Irving William Chaves Holanda (2007) e Eury Pereira Luna Filho (1999).

⁷² Cabe aqui trazer a crítica feita por Miguel Reale (1990, p. 254-255) a este fenômeno: “Infelizmente, nós, os juristas, temos vivido em abdicação crescente. Abdicamos diante de qualquer novidade científica que surja, como se fôssemos cientistas de segunda classe, em busca do que nos podem oferecer, ora os psicólogos, ora os físicos, ora os químicos, na deturpação de um patrimônio bimilenar que é a técnica lógica e expressional do Direito. Não se contesta que, às vezes, a pesquisa da experiência jurídica pode nos levar a conclusões análogas ou correspondentes às alcançadas por outros cientistas – o que se deve, no fundo, à unidade fundamental das ciências –, mas nada justifica que, por simples mimetismo, se transladem princípios e leis da Física para a tela do Direito, independentemente da pesquisa autônoma no âmbito da realidade que nos cabe estudar.

A determinação, que estamos fazendo do mundo do Direito, tem, entre outras vantagens, a de mostrar que nós não podemos procurar, às cegas, em outras ciências aquilo que só a nossa situação, nos limites ônticos do Direito, nos pode dar. O jurista, portanto, realiza um trabalho de compreensão, quer dizer, de estimativa, procurando interpretar a regra em seu significado, em seu sentido, subordinando-lhe o fato, que a prova dos autos retrata, na totalidade de sua força”.

A crítica é válida e pertinente, mas ela tem dois pontos que são questionáveis. O direito não é formado somente pelas regras positivadas que influenciam os comportamentos sociais. Reduzir o direito a isto é interpretá-lo aquém do que ele mesmo propõe na leitura de sua obra. As outras ciências devem servir de apoio, em caráter multidisciplinar, para ampliar e melhorar a interpretação legal, e mesmo para servirem de ponto de apoio de transformação social e jurídica. Aí residiria o dinamismo jurídico.

de direitos, ela não é considerada um direito fundamental (HOESCHL; MARINHO; RIBEIRO; COSTA, 2003).

É por isto que a análise da inclusão digital pode avançar, em sua relação com o direito, dependendo de como se compreende a inclusão digital. Se pensarmos a tecnologia como acima do direito, logicamente será difícil controlar e regulamentar os fenômenos tecnológicos. Contudo, esta visão tem se consolidado não só para os juristas e magistrados, mas também para os legisladores nacionais. Não raro, os legisladores buscam frear o avanço tecnológico e os instrumentos, em interpretações superestimadas dos fenômenos das tecnologias de informação e comunicação, na tentativa vã de conseguir parar os processos tecnológicos, muitas vezes sob *lobbies* de grandes empresas e interesses privados de pessoas públicas. As restritivas legais dos processos tecnológicos de alta capacidade de transformação não têm mais sentido. É correr atrás de algo que nunca se alcançará, pois a mutação tecnológica⁷³ destrói discussões e pautas legislativas que demoram anos para se consolidar⁷⁴.

A questão da inclusão digital, como direito, não se localiza em processos de inteligência coletiva ou nos processos tecnológicos. A inclusão digital é localizada por suas particularidades, situações, envolvimento, estruturas que se repetem globalmente, mas não são iguais. A necessidade de inclusão digital é semelhante em qualquer canto do globo, porém, as respostas, as maneiras de se interagir e os processos para se lidar com ela são diferentes em cada lugar. A inclusão digital para índios mexicanos é diferente para o homem que vive na periferia de São Paulo⁷⁵. É a mesma necessidade

⁷³ Tentativas, neste sentido, por pressão dos detentores de direitos autorais, é feita na criminalização das redes *peer-to-peer* (P2P), que são redes de trocas de arquivos (sons, imagens, vídeos, enfim, dados em geral). A Lei de Direitos Autorais Brasileira (Lei n. 9.610/98) é pró-detentores dos direitos autorais. Apesar de tentar resguardar os direitos destes e ser altamente restritiva, o que é visível no seu art. 46 que trata das limitações de direitos autorais, determinando em seu inciso II, “a reprodução, em um só exemplar de pequenos trechos, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro”, ela não consegue o seu intuito. Com as redes P2P, os arquivos, protegidos ou não por direitos autorais, são transferidos em pedaços de várias fontes, na grande maioria das vezes, sem o intuito de lucro, o que efetivamente está dentro dos ditames da lei. Aliás, e até porque não há a possibilidade de você descobrir o conteúdo dos arquivos pelo tráfego na rede, a não ser que se viole a privacidade dos usuários.

⁷⁴ Exemplo é o Projeto de Lei de Crimes Informáticos tramitando no Congresso Nacional brasileiro, desde 1998.

⁷⁵ É clássico, neste contexto, a inclusão digital dos povos indígenas americanos. Cabe lembrar que o maior movimento social dos últimos anos foi o do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) de Chiapas e Oaxaca, apresentados pelo subcomandante Marcos, que começou em 1994, contra o Acordo do NAFTA, pois os índios maias, habitantes desta região, querem manter a sua forma de vida social e cultural. O governo mexicano, a partir de 1996, pretendia impor a homogeneização cultural e acabar com os conflitos nesta região, mediante o uso da força militar. Em 2000, o presidente mexicano eleito, Vicente Fox, decidiu encerrar a desobediência civil com intervenção militar mais forte contra os revoltosos, que são pacíficos, mas que tiveram, diante da situação, de se armarem. Os Zapatistas, em clara menção ao herói mexicano Emilio Zapata da Revolução Mexicana de 1910, em razão das dificuldades existentes de entrar e sair da região de Oaxaca e Chiapas, a partir de 2000, começaram a utilizar das tecnologias de informação e comunicação para divulgarem os seus ideais e princípios contra o governo central mexicano. A repercussão internacional do movimento foi

que será alcançada de forma diversa com várias finalidades, pois a construção histórica de cada região difere e é particular (BARROS, 2003)⁷⁶.

3.1 A inclusão digital como direito

É nestes desdobramentos e apropriações históricas que a inclusão digital pode ser pensada como um direito. É a necessidade da inclusão digital que fundamenta a construção de novos valores sociais a serem recepcionados pelo direito, não necessariamente sob o signo da lei e da norma, mas através de princípios que vincularão os diversos atores (cidadão, Estado, associações etc.), bem como as suas crenças, convicções, aspirações e anseios (BULOS, 1997, p. 3), às estruturas econômicas, sociais, históricas e culturais existentes⁷⁷.

Aliás, todo o direito tem por princípio a representação de bens culturais que são prezados pelo homem vivendo em sociedade. Há sempre um direito novo quando há valores culturais criados e vivenciados socialmente.

tão intensa e profunda, que trouxe visibilidade ao EZLN e apoio. Este apoio internacional fez com o que o governo mexicano recuasse no uso da força militar, bem como trouxe dinheiro para a sustentabilidade das comunidades indígenas da região. O sítio continua ativo e bastante utilizado pelas comunidades para divulgação de causas e culturas locais (<http://www.ezln.org.mx/index.html>). Talvez, sem a internet, a situação na região de Chiapas e Oaxaca fosse outra, mais uma história triste de crime contra a humanidade, mas a visibilidade que a inclusão digital permitiu antecipou um possível massacre daqueles povos.

⁷⁶ Sérgio Resende de Barros (2003, p. 2), ao afirmar sobre a importância da preservação dos fatos e dos valores da comunidade humana fundamental, assim definiu: “Nesse *princípio-fim comunitário* está a fundação histórica e o fundamento lógico dos direitos humanos: o histórico e o lógico correlacionados entre si, a partir do reflexo das necessidades históricas na mente humana, bem como da reflexão desta sobre aquelas, para resolvê-las. Refletindo as necessidades e sobre as necessidades que os afligem no curso da sua história, os seres humanos se fixam fins, que se tornam valores, que informam deveres, que sustentam poderes. Estes nascem, assim, com o dever de atender às necessidades que lhes deram origem, por força e na medida das quais eles são *poderes-deveres*; e não poderes arbitrários. São limitados pelos deveres que lhes são inerentes em razão dos seus próprios fins, traduzidos nos valores que os justificam, no processo histórico de realização do ser humano pela superação de sua carência, verificada nos indivíduos humanos em que ele deve ser realizado pelo esforço da sociedade destes, em cada momento de sua história”(grifo do autor).

⁷⁷ Nesse passo, é sempre bom acrescentar a esta ideia o estudo de Miguel Reale (1990, p. 224-225) sobre bens jurídicos: “Falando para estudiosos do Direito, vamos tomar um exemplo do complexo mundo jurídico. Vejamos um cheque ou uma letra de câmbio. Eis um bem cultural que tem suporte material, um pedaço de papel apresentando palavras e números, que nossos olhos veem, de cuja efetividade nos certificamos. Este pedaço de papel, com o que nele está impresso, alberga um significado jurídico. Os bens jurídicos não são senão espécies de bem cultural.

Não devemos pensar que só existem bens econômicos. Nos estudos de Economia Política, aprende-se, por exemplo, que bem econômico é aquele que é capaz de satisfazer a um desejo, de atender a uma necessidade, sendo suscetível de troca ou permuta etc. Ora, o bem econômico é apenas um dos bens culturais, como o são os artísticos, os jurídicos ou os religiosos.

O bem jurídico pode ser, como no exemplo citado, algo de material, a que adere um significado ou um valor, assim como pode não ter suporte tão aparente, sem que isto altere a sua natureza” (grifo do autor).

A inclusão digital é um direito a partir do momento que, por suas características, ela não é somente uma necessidade, mas um valor que acrescenta ao ser humano potencialidades e maneiras de se realizar como tal, realçando e ativando outros direitos inerentes à sua condição, como a liberdade, a igualdade, a dignidade etc.

É um direito positivo, que não quer dizer positivado em leis, que não se impõe contra algo ou alguém, pois a sua fluidez e dinamismo faz com que ele atue de forma diversa de outros direitos existentes. A inclusão digital pode modificar estruturalmente a sociedade. A inclusão ou a exclusão digital traz à tona as lutas contidas nos discursos. Surgem as lutas, os enfrentamentos, os conflitos e as forças contrárias. As barreiras se tornam visíveis a cada caminhada de inserção. Não há como se utilizar de discursos paliativos para o não enfrentamento e se esquivar da luta. É impossível a harmonização tranquila e pacífica frente à necessidade da inclusão digital. A pacificação social é deslocada e encontra-se em outro lugar, num outro horizonte, que não está livre de novos embates e conflitos.

Neste trânsito fluido em que emergem combates e regiões de não composição, a inclusão digital não se localiza no atual ou no virtual. Está em ambos, pois há o imbricamento e afetação ontológica e fenomenológica⁷⁸. O atual e o virtual são construções do ser humano, prolongamentos de seus pensamentos e de suas percepções *a priori* e empíricas. Nas palavras de Pierre Lévy (1996, p. 18)⁷⁹, “A virtualização é um dos principais vetores da criação da realidade”. E, neste contexto de simbiose estrutural, a inclusão digital, como direito, enfrenta

⁷⁸ Muitos juristas e magistrados trabalham nesta distinção como se tratassem do real e virtual como a dicotomia clássica do Direito em Público e Privado. Ao se construir dois mundos para o mesmo fenômeno, é sempre grande a possibilidade de não se entender nenhum deles. Não raro, vê-se julgamentos de fatos virtuais tratados de forma diversa do que, em caso semelhante, fariam no mundo real. A incoerência que se analisa nestes muitos julgados recentes surge da incompreensão e da supervalorização do viés tecnológico, em detrimento dos aspectos históricos e sociais. As tecnologias de informação e comunicação não mudaram o mundo na revolução social. Em muitos aspectos, elas reacenderam e reavivaram as diferenças e desigualdades da realidade (Disponível em: <<http://www.agencia.fapesp.br/materia/4672/especiais/desigualdades-digitais.htm>> e <http://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&ct=res&cd=2&url=http%3A%2F%2Fwww.ritla.net%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D225&ei=6U81SsjyJtOLtgfrkJT5Dg&usg=AFQjCNHtNTAWasPCZKjn3WroaWZ-NxpErg&sig2=ANkW5zQNLOVTBrbDbRMKMw>). Acesso em: 14 jun. 2009.

⁷⁹ Anteriormente, Pierre Lévy (1996, p. 17-18) assim construiu uma teoria sobre virtual e real: “Compreende-se agora a diferença entre a realização (ocorrência de um estado pré-definido) e a atualização (invenção de uma solução exigida por um complexo problemático). Mas o que é *virtualização*? Não mais o virtual como maneira de ser, mas a virtualização como dinâmica. *A virtualização pode ser definida como o movimento inverso da atualização*. Consiste em uma passagem do atual ao virtual, em uma 'elevação à potência' da entidade considerada. A virtualização não é mais uma desrealização (a transformação de uma realidade num conjunto de possíveis), mas uma mutação da identidade, um deslocamento do centro da gravidade ontológico do objeto considerado: em vez de se definir principalmente por sua atualidade (uma 'solução'), a entidade passa a encontrar sua consistência essencial numa campo problemático. Virtualizar uma entidade qualquer consiste em descobrir uma questão geral à qual ela se relaciona, em fazer mutar a entidade em direção a essa interrogação e em redefinir a atualidade de partida como resposta a uma questão particular”. (grifo do autor)

estes dois lugares, o atual e o virtual, onde as barreiras se impõem, deslocam e sobrevivem. Não há atenuantes que fazem cessar a necessidade da inclusão digital, que reinventa as ferramentas e instrumentos dentro da sua perspectiva, para, estrategicamente, questioná-las em seus usos, funcionamentos e apreensões. É nestes obstáculos tecnológicos, no seu duplo de ferramenta atual e virtual, e humanos, inseridos no contexto histórico, social, político, cultural e econômico, que se efetiva o exercício da inclusão digital como direito.

3.2 A inclusão digital e a reação em cadeia dos direitos fundamentais

Assim, a inclusão digital funciona, dentro do arcabouço sócio-histórico-jurídico, numa perspectiva tática de atuação. A inclusão digital é tática ao não se ater somente ao caso específico, o que não quer dizer que evita as particularidades existentes, porém ataca as estruturas dos obstáculos recortados, tecnológicos e humanos, de onde nascem e se perpetuam as exclusões. É uma resistência contra as estratégias do poder⁸⁰. É nestas estruturas exclusivas perenes que funciona a inclusão digital, trazendo à tona as quantificações e as qualificações das desigualdades e das diferenças existentes.

As tecnologias de informação e comunicação, por serem ferramentas de cálculos e rastreamento por conta dos infinitos dados que acumula e produz⁸¹, permitem reconhecer as fraturas e as lutas existentes em prol da inclusão digital. É lá, onde se reconhece faticamente a

⁸⁰ Marcelo Buzato (2008) utiliza-se dos conceitos de estratégias e táticas de Michel de Certeau, que percorre caminho semelhante do conceito foucaultiano, para estabelecer que: “*Estratégia e tática* são conceitos de que o autor lança mão para descrever as relações de força que caracterizam a produção como imposição ou como *uso* nas práticas quotidianas. Por *estratégia*, Certeau (1994, p. 99) concebe 'o cálculo (ou manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado'. *Estratégia* é, assim, a ação autônoma do forte sobre um espaço que lhe é próprio ou propriamente delimitado.

Tática é, por sua vez, a arte do fraco que se realiza no espaço do forte, é algo que aproveita falhas na vigilância para defletir a influência das *estratégias*. Seu poder está justamente na imprevisibilidade. *Usos e táticas*, contudo, não são sinônimos de resistência, pois a formulação da *estratégia* é, em geral, uma resposta aos *usos e táticas*, isto é, usos e táticas frequentemente definem os contornos e limites das estratégias e não o contrário, como no caso da resistência pura e simples”.

⁸¹ Na biopolítica das exclusões digitais, os dados relativos às infraestruturas de telecomunicações, vendas de computadores, usos profissionais e domiciliares das ferramentas tecnológicas são atualizados mês a mês pelas operadoras de telecomunicações, empresas de informática e órgãos estatísticos nacionais e internacionais, públicos e privados (exemplos: OCDE – www.oecd.org, IBGE – www.ibge.gov.br, Rede Nacional de Pesquisas – www.rnp.br), bem como também, em tempo real, na internet por sítios de informação (tais como o Alexa, www.alexa.com, e o Sitemeter, www.sitemeter.com) e pesquisas mais complexas. Exemplo disto, no Brasil, é o Cert.br (www.cert.br). Por outro lado, as informações são obtidas facilmente por vários meios e formas. Todos os computadores podem produzir dados e informações quantitativas sobre visitas, tempo de permanência e páginas vistas.

ausência de direitos constituídos, que surge a inclusão digital para fazer emergir as necessidades do ser humano e resistir sobre estruturas exclusivas econômicas, históricas, sociais e culturais. Não só resiste, a inclusão digital interfere nas estruturas e faz reavivar os direitos que ficaram adormecidos e não foram exercitados, porque obliterados em discursos e estratégias.

Como será mostrado mais adiante, a inclusão digital é utilizada estrategicamente quando páginas dos sítios são bloqueadas, fatos distorcidos, acessos cortados, tais como foram mostradas nas revoltas populares do Egito, Tunísia e Síria. Na China, os bloqueios são constantes e as informações são diuturnamente filtradas dentro da ideologia do Partido Comunista.

A inclusão digital deve ser pensada estratégica e taticamente. Se por um lado, analisando-se taticamente, a resistência ativa visa atender a complexidade de estruturas, impedimentos, restrições, atuações, enfim, apreende-se a sociedade multifacetada nos locais onde a necessidade aparece. Por outro lado, estrategicamente, a inclusão digital também é meio de dominação e controle em que se analisam e se esquadrinham informações e comportamentos contínua e ininterruptamente.

É por meio da inclusão digital que os discursos de poder são trazidos à tona nas suas visibilidades, conflitos, inconsistências e incongruências, para serem questionados e enfrentados. A inclusão digital será o lugar e o tempo para onde se deslocarão as relações de força das práticas sociais.

Nestas revelações e desnudamentos, como o direito, enquanto discurso da “harmonização”, da racionalidade, vai enfrentar estes desafios multifacetados trazidos tanto pelas tecnologias de informação e comunicação como pelas práticas dispersas e globalizadas da sociedade atual, a fim de que possa se tornar efetivo como sistema de valores?

Como foi dito acima, o direito sofre com o assédio de outros campos de conhecimento e é inundado, sem critérios de apreensão e uso, por conceitos novos. A multidisciplinaridade é condição essencial para o direito sobreviver a estes desafios, bem como é meio para reformular a interpretação dos seus institutos. Para evitar a continuidade do *status quo*, o direito à inclusão digital tem de ser encarado neste viés de abertura jurídica a outros campos de conhecimento, porém com o uso cuidadoso na análise de sua inserção, sem, contudo, enrijecer o seu *modus operandi* de resistência à estratégia.

A inclusão digital não resiste negativamente frente às estratégias de poder. Ela funciona positivamente para produzir efeitos, valores e comportamentos. Mas não o faz

solitariamente. A inclusão digital movimenta-se e é movimentada dentro do sistema jurídico. A inclusão digital, proativamente, insere-se nas estruturas tecnológicas e humanas para realizar a desobstrução dos impedimentos existentes. Assim, demolindo estes impedimentos, a inclusão digital efetiva outros direitos protegidos, tais como o acesso à informação, igualdade, liberdade de expressão, privacidade etc., explodindo uma reação em cadeia⁸², que incidirá sobre o fato e suas repercussões, deslocamentos e desvios.

A ideia de se transpor este conceito físico-químico de reação em cadeia para o Direito⁸³ tem como escopo o reconhecimento de um funcionamento da natureza e do comportamento humano, ambos dinâmicos, complexos e instáveis. O Direito, fruto de prática sociais e históricas, sempre se realizou e atuou, interpretativamente, nos desenhos e contornos de uma reação em cadeia, em que vários direitos funcionam, colidem e coexistem em torno de fato ou fatos.

Na reação em cadeia, os direitos são ativados por fato ou fatos geradores⁸⁴, que ativam o sistema de direitos, em que, diante destes conflitos e colisões, atribuirão valores historicamente construídos a eles, para depois escolher a aplicação de um deles ou alguns deles⁸⁵. Ao se escolher entre um dos direitos, desloca-se o fato e a necessidade humana para outra nova questão, que será enfrentada por um ou novos direitos distintos, e, assim por diante, incessantemente, tornando-se, de certa forma, autossustentável na sua lógica de

⁸² A reação em cadeia é a expressão “usada, na física e na química, para se referir a qualquer reação cujos subprodutos disparam uma sequência de reações idênticas, que se repetem até que sua matéria-prima se esgote. ‘São processos que se auto-sustentam, ou seja: que se mantêm funcionando sozinhos, livres de interferência’, afirma a física Alinca Lepine, da Universidade de São Paulo (USP). Um dos exemplos mais conhecidos é a fissão nuclear, com a qual se produz energia atômica dentro de um reator. A reação começa com uma molécula de urânio sendo bombardeada por um nêutron, o que faz com que seu núcleo se divida em duas partes praticamente iguais. Essa divisão libera outros nêutrons que, em seguida, reagirão com outras moléculas de urânio. Enquanto restarem núcleos desse elemento químico, eles continuarão se separando em dois. Na natureza, o modo como a gordura se torna rançosa também é uma reação em cadeia.” (CABRAL JÚNIOR, 2001).

⁸³ Miguel Reale (1990, p. 258), em diferença que se deve salientar nesta construção da reação em cadeia dos direitos, aponta: “Há, pois, uma diferença fundamental entre esses dois grupos de leis, das leis físicas e das leis éticas, de ordem causal umas, teleológicas as outras; insancionáveis as primeiras, sancionáveis as segundas; leis não referidas ao mundo dos valores, as físicas; leis essencialmente axiológicas, as que regem o mundo do direito ou da Moral. São dois mundos, que não se repelem nem se excluem, mas, ao contrário, se completam, porque na base do mundo da cultura está sempre o mundo da natureza”. Mais adiante prossegue Miguel Reale: “O jurista ou cultor das ciências morais não desprezam o que é natural, mas o ‘compreendem’, aceitando as explicações que as ciências exatas lhes propiciam, delas se servindo para a consecução de seus fins”. É neste sentido de compreensão e apreensão destes conceitos das leis físicas que se constrói o conceito de reação em cadeia de direitos.

⁸⁴ Interessante notar que a ideia de fato gerador já é reconhecida pelo direito tributário nos artigos 4º, 16, 19, dentre outros, do Código Tributário Nacional.

⁸⁵ Virgílio Afonso da Silva (2005, p. 154), a partir do conceito de Robert Alexy, define a lei da colisão dos direitos fundamentais por meio do sopesamento das condições sócio-históricas à aplicação dos direitos, em que esquematiza desta forma: “quando maior for o grau de não-realização ou de restrição de um princípio, maior terá que ser a importância da realização do princípio que com ele colide”.

funcionamento. O cessar das reações somente ocorrerá no esgotamento dos fatos ou numa mudança tal que não haja mais prolongamentos em ilações de direitos dentro do contexto surgido. O efeito do cessamento das reações é a sensação da pacificação social, que é o escopo social de todo o direito (DINAMARCO, 2000, p. 159). É sensação de pacificação social, porque não há a eliminação de conflitos e sim deslocamentos⁸⁶.

O sistema de direitos funciona intensamente para responder a estes deslocamentos de discursos e posicionamentos. Na aplicação dos direitos, a partir da fenomenologia da reação em cadeia, não se permite pensar soluções estanques que somente atingem uma parte do problema. O direito precisa gerar novas questões que atendam os desdobramentos das descontinuidades humanas. A partir disto, a reação em cadeia de direitos passa a funcionar não somente para responder aos fatos simples, como sempre foi pensado o direito, mas para construir caminhos ampliativos de questionamentos e soluções multifacetadas e complexas.

Como exemplo casuístico desta visão de reação em cadeia de direitos, temos o caso Marcel Claude Reyes e outros contra a República do Chile, que foi julgado na Corte Interamericana de Direitos Humanos de San José, na Costa Rica (CORTE IDH, 2006).

O caso consiste na demanda de Marcel Claude Reyes e outros, que eram diretores da Fundação Terram, cujos objetivos eram de “participar ativamente no debate público e na produção de informação científica para apoiar a luta social e civil da cidadania chilena com relação ao desenvolvimento sustentável”⁸⁷, no direito de acesso à informação do Projeto Rio Condor e da empresa estrangeira Trillium, todos eles a serem realizados no Chile. O projeto Rio Condor envolvia o desflorestamento das árvores nativas chilenas, o que poderia trazer

⁸⁶ Neste ponto de vista, discordo de Cândido Rangel Dinamarco, que defende como escopo social do direito a eliminação do conflito. Acredito que o conflito seja sempre parte constituinte das práticas sociais. Não há harmonização jurídica que submeta a todos a um discurso único, unânime. O discurso do vencedor subentende o discurso do que foi vencido, que luta para não ser mais dominado. A racionalidade da dominação política, através das normas jurídicas, torna visível a luta por detrás do enunciado. Neste sentido, Foucault (2005, p. 58-59) traduz de forma clara: “A lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores; a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm sua data e seus heróis de horror; a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas; ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo. [Mais adiante continua:] Mas isto não quer dizer que a sociedade, a lei e o Estado sejam como que o armistício nessas guerras, ou a sanção definitiva das vitórias. A lei não é pacificação, pois, sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder, mesmo os mais regulares. A guerra é que é o motor das instituições e da ordem: a paz, nas outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz, na menor de suas engrenagens, faz surdamente a guerra. Em outras palavras, cumpre decifrar a guerra sob a paz: a guerra é a cifra mesma da paz. Portanto, estamos em guerra uns contra os outros; uma frente de batalha perpassa a sociedade inteira, continua e permanentemente, e é essa frente de batalha que coloca cada um de nós num campo ou no outro. Não há sujeito neutro. Somos forçosamente adversários de alguém”.

⁸⁷ Tradução livre do depoimento de Claude Reyes: “participar activamente en el debate público y en la producción de información sólida y científica para apoyar la lucha social y civil de la ciudadanía chilena en relación al desarrollo sustentable” (CORTE IDH, 2006).

prejuízos ao direito fundamental ao meio ambiente saudável, bem como o desenvolvimento sustentável da região, que estão ligados diretamente ao direito à vida e à dignidade da pessoa humana.

A Fundação Terram queria ter acesso a todas as informações existentes sobre este investimento, a fim de avaliar o impacto ambiental dele na comunidade local. No Chile, todo o processo de investimento estrangeiro fica a cargo de um órgão do governo, o Comitê de Investimentos Estrangeiros, ligado à presidência através do Ministério da Economia⁸⁸. O Comitê de Investimento, dentro de suas funções⁸⁹, possui o controle sobre toda a informação necessária para a avaliação do projeto, das empresas e sócios, impactos sociais e ambientais, bem como as garantias financeiras para colocá-lo em prática. Contudo, as informações requisitadas pela Fundação Terram foram negadas pelo órgão público chileno. Ou seja, foi-lhe negado o direito fundamental de acesso à informação, conforme determina o art. 13.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos⁹⁰.

A Fundação Terram, por meio de seus dirigentes, em face da negativa, requereu, via judicial, o acesso a essas informações. O Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, negou seguimento dos pedidos por falta de fundamentos, sem, contudo, motivar o *decisum*, em negativa ao direito fundamental do provimento de mérito jurisdicional, desconforme com o art. 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos⁹¹. Tal negativa fez com que o processo

⁸⁸ Compõem o órgão o Ministro da Economia (presidente), o Ministro da Fazenda, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro do ramo a que se trate o investimento estrangeiro, o Ministro do Planejamento e Cooperação e o Presidente do Banco Central. (CORTE IDH, 2006, p. 20-21).

⁸⁹ São especificamente as seguintes funções: “a) recibir, estudiar e informar las solicitudes de inversiones extranjeras y las demás que se presenten a la consideración del Comité; b) actuar como órgano administrativo del Comité, preparando los antecedentes y estudios que requiera; c) cumplir funciones de información, registro, estadística y coordinación respecto de las inversiones extranjeras; d) centralizar la información y el resultado del control que deban ejercer los organismos públicos respecto de las obligaciones que contraigan los titulares de inversiones extranjeras o las empresas en que éstos participen y denunciar ante los poderes y organismos públicos competentes, los delitos o infracciones de que tome conocimiento; e) realizar y agilizar los trámites ante los diferentes organismos que deban informar o dar su autorización previa para la aprobación de las diversas solicitudes que el Comité debe resolver y para la debida materialización de los contratos y resoluciones correspondientes; y f) investigar en Chile o en el extranjero sobre la idoneidad y seriedad de los peticionarios o interesados”. (CORTE IDH, 2006, p. 21).

⁹⁰ Art. 13 - Liberdade de pensamento e de expressão

1. Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, sem considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística ou por qualquer meio de sua escolha.

⁹¹ Art. 25 - Proteção judicial

1. Toda pessoa tem direito a um recurso simples e rápido ou a qualquer outro recurso efetivo, perante os juízes ou tribunais competentes, que a proteja contra atos que violem seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, pela lei ou pela presente Convenção, mesmo quando tal violação seja cometida por pessoas que estejam atuando no exercício de suas funções oficiais.

2. Os Estados-parte comprometem-se:

a) a assegurar que a autoridade competente prevista pelo sistema legal do Estado decida sobre os direitos de

fosse analisado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que julgou favorável à Fundação Terram por infrações aos direitos humanos fundamentais da liberdade de expressão e de pensamento, o direito de acesso à informação, à negativa de proteção judicial, dentre outros.

É muito claro na leitura do caso, bem como neste resumo, mais que sucinto, de que em relação ao fato do investimento estrangeiro no Projeto Rio Condor, suscitou o primeiro questionamento: não estará este projeto de desflorestamento ferindo o direito humano ao meio ambiente saudável e ao desenvolvimento sustentável⁹²? Deste questionamento surgiu a necessidade de se ter acesso às informações produzidas, tanto pelo governo chileno como pelas empresas estrangeiras investidoras, para saber detalhes do projeto. Diante da negativa de amplo acesso às informações, recorreu-se à proteção judicial deste direito, que também é um direito fundamental: acesso ao judiciário. O Poder Judiciário, ao se negar analisar, conforme o

toda pessoa que interpuser tal recurso;

b) a desenvolver as possibilidades de recurso judicial; e

c) a assegurar o cumprimento, pelas autoridades competentes, de toda decisão em que se tenha considerado procedente o recurso.

⁹² Tais direitos humanos estão garantidos na Constituição brasileira de 1988 no art. 225 que determina:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

devido processo legal, e julgar o mérito, feriu outro direito fundamental, que somente foi enfrentado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, que se atentou à complexidade dos direitos e decidiu sobre eles. Porém, não pôde esgotá-los, já que, desde 1998 a 2006, a empresa estrangeira Trillium havia desistido do projeto por pressão social e falta das garantias financeiras⁹³.

Percebe-se, neste caso, que é exemplo de todos os casos envolvendo direitos, de como eles funcionam por meio da reação em cadeia. Um fato ou fatos que acionam direito ou direitos, que se ativam e reagem sobre os fatos, surgindo novas dúvidas, incertezas e questionamentos até o esgotamento das questões ou o total deslocamento delas para outras instâncias, procedimentos e processos.

Para que não fiquemos somente num caso, e para elucidar o que estamos defendendo neste trabalho, cabe aqui citar o Caso Ellwanger, HC n. 82.424-2/RS, julgado pelo STF em 12 de setembro de 2002.

O caso refere-se a Siegfried Ellwanger, editor de livros, em Porto Alegre, que possui pensamento favorável ao nazismo. Ellwanger escreveu o livro “Holocausto – Judeu ou Alemão? Nos bastidores da mentira do século”. Dentre outras coisas, a obra nega a existência do crime de genocídio dos nazistas contra os judeus na II Guerra Mundial. Ellwanger, por incitar a discriminação e o preconceito, foi condenado, em outubro de 1996, pela prática do crime de racismo pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Ellwanger impetrou o remédio constitucional do Habeas Corpus, em novembro de 2000, no Superior Tribunal de Justiça, sendo o mesmo denegado em dezembro de 2001. A defesa de Ellwanger alegava que não havia sido cometido o crime de racismo, mas o de incitamento contra judeus. Ellwanger, em face da negativa do STJ, ingressou com novo Habeas Corpus no Supremo Tribunal Federal (STF)⁹⁴. O STF decidiu por indeferir também o Habeas Corpus em 17.09.2009, mantendo a decisão do Tribunal de Justiça gaúcho.

Ellwanger, ao publicar obra em que exercita o seu direito à liberdade de expressão, acionou a reação em cadeia de direitos, contradireitos, que abriram questionamentos: O exercício da liberdade de expressão pode extrapolar limites e atacar direitos à liberdade religiosa, à dignidade da pessoa humana, à integridade, à não discriminação? Nas colisões de

⁹³ A Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao final da sentença, determina ao Estado chileno a revisão de atos administrativos e construção de leis que garantam os direitos humanos, deslocando internamente as questões suscitadas no pedido deste caso e procurando ampliar o *decisum* para todos os cidadãos chilenos.

⁹⁴ Acórdão disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/obterInteiroTeor.asp?numero=82424&classe=HC>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

direitos fundamentais, quais serão acolhidos e quais os fundamentos da escolha? Qual é o alcance do núcleo dos direitos fundamentais envolvidos na questão? A liberdade de expressão está ligada ao conteúdo histórico, político ou ideológico? Existe direito fundamental à alteridade de posicionamentos?

Diferentemente do caso anterior de Claude Reyes e outros *versus* Chile, neste caso Ellwanger, os direitos são ativados em cadeia por fato ou fatos que acionam direitos colidentes, contraditórios e complementares, cuja escolha da aplicação de um direito, sopesando-se os critérios jurídicos e aspectos históricos e sociais de cada momento, nos conduzem a sequências descontínuas, que facilmente podem nos dar respostas incoerentes e díspares⁹⁵.

Entretanto, é importante ressaltar, em relação a estes casos, que não há na reação em cadeia de direitos um molde a ser seguido. Cada reação é única e constrói questionamentos e soluções diferenciadas e o seu produto é a reatualização e relevância do Direito frente às mudanças sociais e históricas trazidas.

Assim, em que sentido deve-se pensar em reação de cadeia de direitos na perspectiva da inclusão digital? Por que é importante? A partir do momento que todas as informações e comunicações estão sendo direcionadas às tecnologias, virtualizadas, as obstruções a estes meios por suas várias possibilidades, tal como demonstradas no capítulo acima, inviabilizam a apropriação de todos estes direitos. Coloca o ser humano como agente passivo das movimentações de direitos, tornando-os inalcançáveis. A inclusão digital é a ferramenta que possibilita o reconhecimento e o enfrentamento destas situações.

A partir da análise da reação em cadeia, vislumbram-se dois aspectos (imagens) do Direito para serem analisados⁹⁶. Dois aspectos foucaultianos do Direito, muito bem delineados por Márcio Alves da Fonseca (2002), o normalizado e o normalizador. Ou seja, o

⁹⁵ A decisão do STF enfrentou alguns destes pontos diretamente, outros passou ao largo, e as escolhas de aplicação de certos direitos desta reação em cadeia tendeu a resolver o conflito, mas não provocar questionamentos nem prever os prováveis deslocamentos que poderão surgir na questão, principalmente, na área penal. Todo direito tem, por definição histórica e jurídica, um limite que é imposto pelo próprio sistema, com a liberdade de expressão não é diferente. Mas admitir e ligar ao fato histórico, mesmo reconhecido e provado, a aura de inquestionável, de verdade, impede o direito de alteridade de posicionamentos, de se realizar pesquisas que apontem novos desdobramentos do fato, que, à época, eram velados e desconhecidos. Assim, a solidificação de uma “verdade” no tempo acaba por ferir o direito à verdade que surge em outro momento ou contexto histórico e social. Aí, na decisão do STF, cabe questionar se o fato histórico é imutável e até que limite ele é político e ideológico, estancando quaisquer dinamismos e novos rearranjos tão salutares para o desenvolvimento da ciência do Direito. Neste sentido, cf. “Temos direito à pornografia?” (DWORKIN, 2005).

⁹⁶ Estou pensando Direito e não direito. Direito como sistema e não como regras, princípios e direitos. Até porque, fenomenologicamente, num olhar microscópico, a reação em cadeia de direitos ocorrem dentro do sistema do Direito.

Direito, na perspectiva normalizada, é afetado e construído por práticas e discursos externos ao seu funcionamento. Como normalizador, o Direito transforma as práticas e discursos externos. Ultimamente, há predominância de encarar o Direito como normalizado, fruto de algo anteriormente construído sócio-historicamente, onde ele somente solidifica o *status quo ante*, por meio da lei. Não há enfrentamentos e questionamentos. A lei é a racionalização “harmonizadora” dos conflitos. A lei, assim, torna-se discurso de dominação e de visibilidade de um poder que esconde os dominados, fabrica desigualdades e obsta o surgimento das necessidades.

O Direito como normalizador abre a possibilidade positiva de atuar nas estruturas que constroem as desigualdades e impedimentos. Aí, o Direito deixará de reagir hegelianamente depois dos fatos concretizados, como um avalizador da história do vencedor, quando as exclusões e desigualdades se realizam na prática. O Direito será construído pela ação do ser humano na História, que adquirirá os meios necessários para se apropriar de direitos que lhes foram retirados⁹⁷.

Contudo, a discussão que se abre em relação às tecnologias de informação e comunicação, é a profusão de legislações de controle destas redes. Da sensação de que tudo pode e “terra de ninguém”, surge o contra-ataque, geralmente em contornos conservadores, de restrições e criminalizações não só de comportamentos delituosos e ilícitos, mas de tudo que se faz na rede. Não invariavelmente estas legislações se fazem em nome da segurança. Entretanto, a mão pesada da lei, quando procura um alvo, vislumbra uma gama enorme de possibilidades que podem advir daquelas novas práticas instituídas, invariavelmente, instituindo práticas disciplinares de vigilância e controle do fluxo de dados⁹⁸. Aí, o Direito normalizado torna-se normalizador.

⁹⁷ O materialismo marxista trabalha com este conceito de que o homem age na sua própria história e faz história. Mas, neste caso específico, estou trabalhando com o materialismo dialético na perspectiva do Amartya Sen, em *Pobres e Famintos – Um Ensaio de Atribuições de Direito e Privações (Poverty and Famines – An Essay on Entitlement and Deprivation)*.

⁹⁸ Neste sentido, ver Amaro Moraes e Silva Neto (2001) e Michel Foucault (1999). O caso típico é o da permissão dada pelos governos a empresas provedoras de telecomunicações de terem acessos aos acessos, dados e conteúdos do tráfego de informações sem quaisquer regulamentações. Inúmeros projetos de lei estão sendo concatenados ao redor do mundo neste sentido. Contudo, as informações obtidas ou são amealhadas para serem negociadas como banco de dados ou são apreendidas pelos governos que não tem condições estruturais para manter o sigilo delas. Vide o caso da venda de declarações do Imposto de Renda de brasileiros nos centros das grandes metrópoles. Outro caso de invasão à privacidade e vigilância, são os perpetrados pelas notas fiscais eletrônicas estaduais do Brasil, em que o usuário determina a inclusão de seu cadastro de contribuinte da receita para gerar míseros descontos em algum imposto. Contudo, as informações obtidas com esta inclusão poderão determinar, se descobertas por empresas e utilizadas pelo próprio governo, padrões de consumo e comportamento que são sensíveis dos seres humanos, o que é inconstitucional.

Pensar o Direito abraçado à inclusão digital é um direito novo de transformação social, que reconhece a sua própria historicidade e faz dela um instrumento que reconhece e questiona as racionalidades tecnológicas de dominação e sujeição. O Direito amalgamado à inclusão digital retoma a sua importância como prática positiva de construção de seres humanos, talvez sujeitos diferentes. A inclusão digital como direito faz com que se transformem as relações entre governantes e governados escapando dos antigos registros de legitimação/tutela⁹⁹.

3.3 O direito fundamental à inclusão digital¹⁰⁰

Uma das questões que se coloca frente às características acima descritas da inclusão digital, enquanto direito, é: por que alçá-la como direito fundamental do ser humano?

Direitos humanos são muito mais do que o simples direito aplicado, até porque o Direito, atualmente e em tempos não muito distantes, foi utilizado por nações para defender desigualdades e diferenças baseadas na raça, religião, sexo e orientação sexual.

Há que se localizar a relevância da inclusão digital dentro da teoria dos direitos humanos, apontar os seus funcionamentos, descobrir semelhanças e diferenças, estabelecer conexões, enfim, buscar conceber as suas atuações neste subcampo de conhecimento do sistema jurídico.

Dentro dos caminhos fluidos, dinâmicos e não localizáveis existentes nas práticas sociais, a inclusão digital, como direito inserido no rol dos direitos fundamentais do ser humano, é uma necessidade histórica, pois não há como ignorar que estes fenômenos tecnológicos afetam a forma do entendimento e da compreensão do ser humano, que deve se

⁹⁹ Não estou pensando no Direito enquanto lei, normas. Neste estudo, o Direito é analisado como um sistema de valores, que tem como um modo de expressão a lei. Mas a lei, enquanto corpo, não pode ser a prisão do Direito e muito menos a sua única fonte, pois estaríamos construindo e perpetuando situações de desigualdades injustificáveis. E, muito pior, a permanente dissonância do mundo jurídico com a realidade social e histórica, o qual não poderá mais servir de tábua valorativa para pautar comportamentos humanos.

¹⁰⁰ Neste trabalho, serão utilizadas indistintamente as diversas formas para se designar direitos construídos historicamente a partir de valores universais, denominados de direitos humanos, direitos fundamentais, direitos humanos fundamentais etc. Para as discussões envolvendo a terminologia e seus debates, dentre outros: André de Carvalho Ramos (2005), Sérgio Resende Barros (2003), Fábio Konder Comparato (2008), José Afonso da Silva (1998) e Flávia Piovesan (2002).

adequar às transformações trazidas por eles, bem como apropriá-las de acordo com o seu entendimento particular¹⁰¹.

Está-se cada vez mais impelido a se utilizar estas tecnologias de informação e comunicação, desde a utilização de *internet banking* até a declaração de imposto de renda¹⁰². Uma nova esfera pública de atuação governamental e privada está sendo construída¹⁰³. Novas formas de individualidades estão sendo moldadas por meio de redes sociais¹⁰⁴. Empresas impensadas no século XX, vendem conhecimento e serviços.

Contudo, isto não é suficiente para construir o caminho da inclusão digital como direito fundamental do ser humano. Como se ressaltou acima, alguns juristas entendem a inclusão digital como direito difuso e inserido no contexto dos direitos civis infraconstitucionais, com o qual não concordamos. A inclusão digital pode ser pensada com algumas qualidades intrínsecas e extrínsecas que lhe conferem o atributo de direito humano fundamental, pois diretamente ligada à dignidade da pessoa humana¹⁰⁵.

¹⁰¹ Amaro Moraes e Silva Neto (2001, p. 96) refletem bem a urgência da internet na existência humana: “Consoante um velho brocardo, *necessariae sunt res utiliores* (necessidade é o que se torna útil). Sim! A Internet é um serviço de utilidade pública, eis que sua utilidade é unívoca e inequívoca. Ela passou a ser um bem integrante do patrimônio dos inquilinos de nosso Planeta, seja na esfera do privado ou na do público, relativamente a comércio e entretenimento, ou comunicação e pesquisa. [E adiante conclui:] Aliás a Internet é mais que um simples serviço de utilidade pública: a Internet é o **MAIOR** serviço de utilidade pública jamais concebido, haja vista que é mundial e, concomitante e paradoxalmente, regional”. (grifo do autor).

¹⁰² Algumas fontes apontam que há um crescimento muito grande de internautas na América do Sul (Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats15.htm>>. Acesso em 16 jun. 2009). E, na América do Sul, o país que tem mais usuários é o Brasil, que possui uma das melhores pesquisas qualitativas, ano a ano, sobre as tecnologias e formas de acesso de todos os brasileiros, que vem crescendo tanto na utilização de serviços públicos como privados (Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/index.htm>>. Acesso em 16 jun. 2009).

¹⁰³ O governo eletrônico, atuando no exercício do princípio da publicidade estatal, está sendo difundido em vários países do mundo. O acesso às informações públicas está sendo disponibilizado via internet, em estados democráticos, no chamado princípio da transparência pública. O Brasil, recentemente, aprovou a Lei Complementar n. 131/2009, chamada de Lei da Transparência (Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em 16 jun. 2009). O Chile, ano passado, aprovou a Lei de Transparência da Função Pública e de Acesso à Informação da Administração do Estado (Lei 20.285).

¹⁰⁴ Em recente estudo, os usuários brasileiros foram apontados como os que mais acessam as redes sociais (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u414183.shtml>>. Acesso em 16 jun. 2009). Conforme salienta a reportagem: “Em abril deste ano (2008), 17,5 milhões de pessoas utilizaram essas páginas por meio de internet residencial, o equivalente a 78,2% dos internautas ativos do mês. Depois do Brasil, vem o Japão, com 67,1%, seguido por França (60,9%), Espanha (59,6%), Itália (59%), Reino Unido (56,6%), Estados Unidos (56,3%), Austrália (52,2%), Suíça (42,7%) e Alemanha (37,7%)”.

¹⁰⁵ Segundo Kant, trazido por Ingo W. Sarlet (2011, p. 41), a dignidade está relacionada no campo do valor: “no reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode pôr-se em vez dela qualquer outra coisa como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade... Esta apreciação dá pois a conhecer como dignidade o valor de uma tal disposição de espírito e põe-na infinitamente acima de todo o preço. Nunca ela poderia ser posta em cálculo ou confronto com qualquer coisa que tivesse um preço, sem de qualquer modo ferir a sua santidade”.

3.3.1 Inclusão digital – universal com diversidade

A inclusão digital, primeiramente, e deve-se reforçar isto a todo momento, não pode ser confundida com os instrumentos tecnológicos de informação e comunicação, que são suportes por onde trafega este direito. A força e a novidade da inclusão digital advêm desta fluidez entre o atual e o virtual, destes movimentos dos sujeitos de se apropriarem dos objetos e superá-los para outros deslocamentos de forma crítica. Tudo isto foi analisado até agora.

Um dos desafios deste trabalho foi enfrentar duas questões contraditórias e que convivem em campos de conhecimento diferentes. Como a multidisciplinaridade é a perspectiva deste estudo, há que se colocar lado a lado a complexidade dos desdobramentos do estudo do tema. Sem a intenção de harmonizar, mas de trazer as tensões existentes no estudo da inclusão digital, não se pode fugir de uma questão que é recorrente nos direitos humanos, e no Direito, e na Filosofia: o problema dos universais.

Foucault (2008) enfrentou, como questão de método, os universais no *Nascimento da Biopolítica*, com a seguinte problematização: “suponhamos que os universais não existam”¹⁰⁶. A partir desta indagação, construiu os seus estudos por meio de sua problematização, tentando perceber como se formam as essências e as imanências. Assim, trouxe à tona as inconsistências do que se dizia haver e não existia, pois já não estava mais lá. É nesta perspectiva metodológica que encaramos este estudo da inclusão digital. Não como um dado e sim como algo a ser construído, tanto na teoria como na práxis.

Contudo, não se pode ignorar que no campo da ciência do Direito o reconhecimento dos universais (Estado, sociedade etc.) é recorrente. A própria Carta dos Direitos Humanos estabelece universais para negociar com as diversas culturas e povos que queiram adotá-lo. Negociação de totalidade e de universais que se chocam, por momentos, com a diversidade.

¹⁰⁶ A indagação de Foucault (2008, p. 5 e 6) encontra-se neste contexto metodológico: “O historicismo parte do universal e passa-o, de certo modo, pelo ralador da história. Meu problema é o inverso disso. Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existam; e formulo nesse momento a questão à história, se não admitem a priori que algo como Estado, a sociedade, o soberano, os súditos existe? Era a mesma questão que eu formulava quando indagava, não se a loucura existe, vou examinar se a história me dá, me remete algo como a loucura; não, ela não me remete algo como a loucura, logo a loucura não existe. Não era esse raciocínio, não era esse o método, de fato. O método consistia em dizer: suponhamos que a loucura não exista. Qual é, por conseguinte, a história que podemos fazer desses diferentes acontecimentos, dessas diferentes práticas que, aparentemente, se pautam por esse suposto algo que é a loucura? Portanto é exatamente o inverso do historicismo que eu gostaria de estabelecer aqui. Nada, portanto, de interrogar os universais utilizando como método crítico a história, mas partir da decisão da inexistência dos universais para indagar que história se pode fazer”.

Diante disto, como estrategicamente lidar com as tensões entre os “universais” e os particularismos, as singularidades, a diversidade? Deve-se reconhecer que na enunciação dos “universais” transparecem as lutas de quem os enuncia e como estes são enunciados. Qual é o lugar e a posição daqueles que determinam um universal no Direito? Compreende-se aí quais valores foram selecionados, aqueles que foram desconsiderados e como foram desenhados seus contornos. Não há imanência ou transcendência do universal sobre as coisas, se as forças incessantes de lutas e combates agem transformando-as e deslocando o seu ponto de partida. Assim, o universal deve ser visto como um resultante, como algo *a posteriori*, inserido nas particularidades em constante mudança.

Diante disto, a inclusão digital tem uma característica de certa universalidade possível, pois as particularidades se repetem com as mesmas características em vários lugares e são apropriadas por diversas culturas. Neste funcionamento do Direito, reconhecem-se os mesmos contornos e moldura em qualquer lugar. No Reino Unido¹⁰⁷, trabalham-se os mesmos conceitos que em Bangladesh¹⁰⁸. As infraestruturas de telecomunicações, para serem implantadas em qualquer lugar do globo, são ditadas por regras e práticas semelhantes e intercambiáveis. Os *hardwares* e *softwares* podem ser de diferentes empresas, concepções e sistemas, porém eles devem ser compatíveis. Ou seja, um computador conectado à internet em Macau, na China, tem os mesmos requisitos técnicos do que no Brasil. Neste aspecto, o próprio Foucault aponta para este caminho ao reconhecer na cidadania internacional que todos são governados: “acima de tudo, nós somos todos governados e, a esse título, solidários” (apud FONSECA, 2002, p. 290).

É nesta característica universal, pois inserida em todas as coisas e pessoas, que a inclusão digital se diferencia dos outros direitos fundamentais. Assim, a inclusão digital, no

¹⁰⁷ No Reino Unido existem comunidades e políticas governamentais que enfrentam o tema da inclusão digital. Exemplo é o sítio do projeto Communities do governo britânico: “Digital Inclusion – Developments in digital technologies over the last decade have generated a period of extraordinary social and cultural change. Digital technologies impact on almost every aspect of modern society, creating huge social benefits. They can improve how we work, how we are entertained, how we communicate with each other, the healthcare available to us, and how information and knowledge can be brought together and used for our benefit. We now take for granted the technologies that give us these new opportunities. Our lives have been transformed by technology.

But these benefits are not enjoyed by all. While the majority of people in the UK are active participants in the digital revolution, these benefits are not distributed equally to all groups and communities. Inequality in the use and application of digital technologies is a new driver of social exclusion in the 21st century, which risks accelerating existing social divides and creating new ones. Digital exclusion is a symptom of wider exclusion, but also a cause”. Disponível em: <<http://www.communities.gov.uk/communities/digitalinclusion/>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

¹⁰⁸ Disponível em: <<http://www.futuregov.net/articles/2008/aug/12/bangladesh-boosts-digital-inclusion-mobile-broadba/>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

aspecto universal, contribui positivamente para a sua efetivação no rol dos direitos fundamentais e para o funcionamento dos outros, a partir do momento em que eles são questionados e atravessados por discursos novos das tecnologias de informação e comunicação.

Pierre Lévy (2000, p. 113), neste aspecto, amplia a noção:

Quaisquer que sejam seus avatares no futuro, podemos prever que todos os elementos do ciberespaço continuarão progredindo rumo à integração, à interconexão, ao estabelecimento de sistemas cada vez mais interdependentes, universais e “transparentes”. Esse traço caracteriza diversos sistemas técnicos contemporâneos como a aviação, o automóvel ou a produção e distribuição elétricas. Ainda assim, o ciberespaço tende à universalidade e à sistematicidade (interoperabilidade, “transparência”, irreversibilidade das escolhas estratégicas) em um sentido ainda mais forte que os outros grandes sistemas técnicos [...].

O universal da inclusão digital não é aquele que se confunde com o totalitarismo, com totalidade, nem muito menos se compõe com eles. São dois conceitos diferentes: o totalitário e o de totalidade. O totalitário é o discurso que se impõe sobre o universal e suprime qualquer diversidade, alteridade ou contraponto. Ele se impõe e faz valer. O conceito de totalidade diverge do discurso totalitário, pois nele há a imposição indireta, uma estratégia da necessidade da harmonização, a fim de que se estabeleça a “pacificação social”. Na totalidade, há luta de saberes-poderes, de discursos e também existe certa negociação. Negociação de diferentes e desiguais em que o dominador tentará sempre prevalecer em todos os seus argumentos, podendo, contudo, em nome da pacificação social, ceder em partes da sua demanda¹⁰⁹.

O universal com totalidade é uma imposição de valores e termos que ignoram as diferenças, o que vai contra a perspectiva da inclusão digital¹¹⁰. O universal sem totalidade, como defende Pierre Lévy, é possível, pois há um reforço do que seja a inclusão digital em sua prática positiva de atuação: o reforço da diversidade e da alteridade. A inclusão digital abre os caminhos para possibilidades de diversidade e alteridade.

Pierre Lévy (2000, p. 119-120) entende que a cibercultura é um universal sem totalidade, pois quanto mais ela é universal menos totalizável seria:

¹⁰⁹ Para discussões filosóficas sobre universal, totalitarismo e totalidade, cf. Pierre Lévy (2000, p. 111-121) e Nestor Garcia Canclini (2007).

¹¹⁰ Conforme a leitura de Jürgen Habermas (1984), esta imposição do universal com totalidade está mais na perspectiva das grandes mídias de comunicação em massa, que corrompem as diferenças para impor uma racionalidade de dominação.

Por meio de computadores e das redes, as pessoas mais diversas podem entrar em contato, dar as mãos ao redor do mundo. Em vez de se construir com base na identidade de sentido, o novo universal se realiza por *imersão*. Estamos todos no mesmo banho, no mesmo dilúvio de comunicação. Não pode mais haver, portanto, um fechamento semântico ou uma totalização. (grifo do autor).

A inclusão digital é, por outro lado, ampliando a conceitualização de Pierre Lévy, um universal com diversidade.

Supera-se na perspectiva da inclusão digital a discussão eterna dos direitos humanos entre universal e relativismo¹¹¹. Com as tecnologias de informação e comunicação, o diferente e o regional reafirmam-se e mantêm-se relevantes no universal da inclusão digital, que faz desta diversidade a sua forma de expressão e de construção de novas realidades, contextos, conexões e relacionamentos.

Aí, nestes rearranjos, ressalta-se como a inclusão digital, como direito humano fundamental, derruba os argumentos das objeções do relativismo ao universalismo: nas percepções valorativas do mundo, na adesão dos Estados e, principalmente, no que concerne à preponderância geopolítica e cultural.

Já discurremos acima que a inclusão digital, em seu conteúdo axiológico, agrega-se à diversidade para realizar um novo modo de sujeito possível.

Em relação à adesão dos países, é impensável, mesmo para os países não democráticos, deixarem de participar das redes de informação e comunicação, já que está posta a inclusão digital, mesmo que para uma parcela da população, que exigirá a manutenção destas ferramentas de informação e comunicação¹¹². Por outro lado, os governos não podem e

¹¹¹ Para uma contextualização do debate entre universalismo e relativismo veja os argumentos de André de Carvalho Ramos (2005, p. 179-197).

¹¹² Os países não democráticos, tais como China, Cuba e Irã, por exemplo, permitem, controladamente, o acesso de seus cidadãos à internet e às ferramentas de informação e comunicação. Contudo, mesmo com o uso de filtros de navegação, em que sítios e serviços são bloqueados, os cidadãos conseguem burlar os sistemas para abrirem-se e trazerem o mundo para si. Exemplo disto é o que está ocorrendo no Irã. A reeleição de Ahmadinejad para presidente fez com que a população saísse às ruas para protestar contra a fraude eleitoral. As informações ao estrangeiro são bloqueadas. As informações oficiais são de total tranquilidade e que tudo foi resolvido. Contudo, por meio de mensagens na internet de cidadãos iranianos, por meio de sítios de relacionamento, o mundo fica sabendo que pessoas morreram em protestos nas ruas de Teerã. Vídeos de agressões e ataques armados, até com tiros, são postados em sítios como o Youtube (www.youtube.com). Blogs diários alimentam o mundo do que está acontecendo. Tudo isto fez com que o governo iraniano, bem como o Conselho dos Guardiães, que validam a eleição, voltassem atrás e admitissem as fraudes, mas que não mudariam as eleições. Se estes iranianos dissidentes não tivessem acesso à internet, ou seja, não estivessem incluídos digitalmente, não haveria o compartilhamento da situação no Irã nem o conhecimento dos fatos.

não querem controlar, estrategicamente, o tempo todo o acesso e conteúdo destas redes, por impossibilidade técnica face à capilaridade da rede¹¹³.

A objeção geopolítica do relativismo de prevalência dos valores de países ocidentais e a supervisibilidade e opacidade de alguns temas de direitos humanos caem por terra nas redes de informação e comunicação. Os valores e posicionamentos que surgem nas redes são aqueles passados e trazidos pelas pessoas que vivem localmente e ampliam a sua visão de mundo, respondendo e confrontando-se, interna e externamente, num movimento constante. A questão da supervisibilidade e da opacidade não será mais determinada pelos governos e interesses econômicos. Aqueles dissidentes e diferentes têm nas tecnologias de informação e comunicação um meio de se insurgir contra as opressões e dominações, de se fazer ouvir, de mostrar informações, de debater opiniões. Ao que está opaco, oferece-se a luz das redes interconectadas. À supervisibilidade, indaga-se, colocando-a nas imagens, sons, vídeos e dados da contradição. Nestes dois sentidos, de iluminar o opaco e apontar as sombras da supervisibilidade, a inclusão digital atua taticamente, trazendo o desconectado a este novo campo de batalha da necessidade de sua sobrevivência.

3.3.2 O *locus* da inclusão digital e a sua interdependência com os direitos humanos fundamentais

A inclusão digital pode ser localizada dentro do contexto e na sistemática dos direitos humanos fundamentais. Assim, a inclusão digital pode ser vista como um direito-meio ou direito-garantia dos direitos humanos fundamentais. Direito-meio ou direito-garantia é o caso de um direito acessório a outro direito do qual depende intrinsecamente. Foi o que vimos anteriormente, com a inclusão digital sustentando o artigo XXVII da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito à cultura (não apenas em sua fruição, mas em sua produção).

¹¹³ Ver artigo de John Palfrey, Bruce Etling e Robert Faris (2009), onde concluem: “Afim, parece que as pessoas que vivem em regimes autoritários como o do Irã são tão viciadas em internet quanto todos nós. Muito embora, em geral, os governos reprimam, não podem manter a internet fechada por muito tempo sem uma forte reação dos cidadãos. As autoridades iranianas têm o poder de fechar a internet da mesma maneira que já fecharam os jornais reformistas, mas talvez estejam mais preocupados agora com a possibilidade de que qualquer ação empurre àqueles que estão apenas assistindo – ou blogando ou twittando – para junto das multidões de manifestantes que já estão nas ruas”.

Porém, assim, seria pensado como um direito que não tem vida própria, que fica à mercê do funcionamento de outro para que obtenha a sua razão de existir. Esta, com certeza, não é a única característica da inclusão digital. É o direito do modo novo. A inclusão digital não destrói os direitos consolidados, entra em cena para fazer com que eles se tornem relevantes novamente, tenham um sentido, uma efetividade. Ela faz parte da interdependência dos direitos humanos¹¹⁴.

A interdependência da inclusão digital em relação aos direitos humanos se faz não somente na desobstrução dos impedimentos, mas na ativação deles por meio da apropriação da necessidade. Para ir além de sua visão como direito-meio ou garantia, há que se fazer a confrontação deste direito com outros fundamentais, a fim de se estabelecer uma imagem de seu *locus*. O *locus* da inclusão digital é no interstício em que os direitos permanecem, por momentos, inertes. Está no espaço¹¹⁵ da luta, do conflito e do enfrentamento, para a realização dos direitos humanos fundamentais. Há, assim, um novo espaço público de construção e surgimento de novos sujeitos. A necessidade de reverberação de conhecimentos, informações e opiniões é extensão do falar, do se comunicar, e com as tecnologias de informação e comunicação tudo fica mais perto, mais fácil e interconectado.

A inclusão digital está ligada profundamente com a igualdade e a liberdade. O direito à igualdade é mais do que a igualdade perante a lei: tem a ver com a igualdade material via redução das desigualdades sociais, as discriminações, a distinção de salários por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, a não garantia de implementação do direito à educação, à saúde, à seguridade social etc. (SILVA, 1998, p. 216). O conceito de igualdade tem como fulcro, formal e material, impedir que as estruturas sociais, históricas e econômicas diferenciem indevidamente aqueles que serão beneficiados e usufruam dos direitos garantidos, gerando grupos ou indivíduos privilegiados, e evitar que, no exercício de seus direitos, pessoas sejam desqualificadas e desconsideradas.

¹¹⁴ Carlos Weis (1999, p. 118) explica o conceito de interdependência: “A interdependência diz respeito aos seus direitos humanos considerados em espécie, ao se entender que um certo direito não alcança a eficácia plena sem a realização simultânea de alguns ou de todos os outros direitos humanos”.

¹¹⁵ Marcelo Buzato (2008), citando Michel de Certeau, introduz este conceito de espaço: “Para Certeau (1994, p. 201) um *lugar* é 'a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...], uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade'. *Espaço* é 'o efeito produzido pelas operações que o orientam, circunstanciam-no, temporalizam-no e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais'. Retomando o problema da enunciação como modelo, Certeau (1994, p. 202) explica que 'o espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um termo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas'. Em suma: 'o *espaço* é um *lugar* praticado'”. (grifo do autor).

No caso do direito à liberdade, este direito está necessariamente ligado a uma resistência da constrição indevida: a circulação física e de ideias. O sujeito precisa circular, movimentar-se pelos espaços, a fim de apreender o mundo em sua volta. Desta circulação, constrói vivências e sensações que, culturalmente, partilha com os seus semelhantes no transcurso da vida, devolvendo e apresentando de volta a sua visão de mundo. A liberdade só é completa – se é que essa completude é passível de ser pensada – muito mais do que a determinada pela lei, quando a sua autodeterminação permite, desembaraçadamente, locomover-se pelo espaço-tempo, atual e virtual.

Com as tecnologias de informação e comunicação, a perspectiva do direito à igualdade e à liberdade foi deslocada. Eles não são somente a questão do acesso às tecnologias, do tratamento igual em sítios de internet e da livre circulação nestes meios. A liberdade e a igualdade não conseguem enfrentar o discurso do técnico que determina a distribuição das redes de telecomunicações, do desenvolvedor de *software* que implementa ferramentas de navegação em sítios, dos desconhecimentos de informática avançada que impedem a contestação das práticas. Movimentos estes que impedem o funcionamento desses direitos e geram os desequilíbrios e impedimentos de apreensão das técnicas e apropriação de direitos. A inclusão digital enfrenta, estruturalmente, estes discursos técnicos, aonde surge a necessidade dos sujeitos, produzindo o questionamento (como incluir o excluído digital?) e implementando o acesso e a circulação deles nas redes, para que assim apareçam a igualdade e a liberdade em toda a sua potencialidade formal e material.

Outra questão que a inclusão digital enfrenta é em relação à restrição ao direito à liberdade da informação, que faticamente não é possível nos meios de comunicação em massa tradicional, que estão sob o controle de oligopólios e monopólios. Habermas (1984, p. 265) já enunciava há mais de 40 anos atrás:

A liberdade de exprimir a opinião através da imprensa não pode mais ser considerada como parte das tradicionais manifestações de opinião dos indivíduos enquanto pessoas privadas. Pois a todas as demais pessoas privadas, só através da garantia da estrutura do Estado é que se assegura uma igualdade de chance de acesso à esfera pública; uma mera garantia de não-intromissão do Estado não basta mais para isso.

Em resposta a esta formatação estrutural da esfera pública, a inclusão digital amplia as possibilidades, as fontes de conhecimento e informação e fornece um meio com inúmeras

variações de forma que atingem milhões de pessoas sem custos¹¹⁶, subvertendo a maneira como as empresas de comunicação em massa produzem as informações¹¹⁷.

Neste aspecto, a inclusão digital não se confunde com acesso à informação. Acesso à informação é a disponibilização de um canal, físico ou virtual, de comunicação e informação. Contudo, este canal pode estar obstruído porque: a repartição pública é em outra cidade; está disponibilizada na internet a informação para uma região, que não possui acesso à internet; o programa que contém as informações é só para quem tem um sistema operacional proprietário caro e inacessível, dentre outros exemplos. A inclusão digital ataca o suposto acesso à informação que não efetiva o acesso, atual ou virtual, à informação, pois obstaculizado por problemas estruturais que, pensados ou não, impedem o exercício de direitos fundamentais. A apropriação da inclusão digital entre os direitos fundamentais é uma forma de não aceitar passivamente estas estruturas exclusivas. No agir criticamente sobre elas que se constroem, não conhecimentos técnicos da informática e telecomunicações, mas um conhecimento tático sobre como influir nas estruturas estatais e privadas que obstem a consecução desta inclusão e da implementação dos direitos fundamentais que surgirão em cadeia.

É na formação de um espaço público diferenciado, com a ampliação das fontes, reforçando a alteridade difusa das redes, que a inclusão digital dá vazão a uma nova forma de publicidade dos atos estatais e privados e do empoderamento do indivíduo face ao controle exercido sobre ele. De fato, o sujeito tem, até este momento, a chance de produzir conhecimentos diretamente, que não quer dizer de qualidade superior, mas que podem não ser mediados por estruturas exclusivas. Aliás, se estas estruturas exclusivas surgirem há um deslocamento do sujeito dentro das redes para outros espaços atuais ou virtuais, que poderão acolhê-lo com ou sem restrições¹¹⁸.

¹¹⁶ As redes sociais, os blogs e microblogs são exemplo de como a produção de informação estão sendo reinventadas neste séc. XXI.

¹¹⁷ Jürgen Habermas (1984, p. 289), citando C. W. Mills, expõe as formas da comunicação em massa: “Numa massa, muito menos gente expressa opiniões do que as recebe, pois a comunidade do público torna-se uma coleção abstrata de indivíduos que recebem impressões dos meios de comunicação em massa. 2. As comunicações que prevalecem são organizadas de tal modo que é difícil ou impossível para o indivíduo responder de modo imediato ou com qualquer eficácia. 3. A efetivação da opinião em ação é controlada por autoridades que organizam e controlam os canais de tal ação. 4. A massa não tem autonomia frente às instituições; pelo contrário, agentes de instituições autorizadas penetram essa massa, reduzindo qualquer autonomia que ela possa ter na formação de opinião através da discussão”. (grifo do autor).

¹¹⁸ Se não existir acesso à internet nas residências, ela pode ser feita nas *lan houses*. Se não existem *lan houses*, nos cibercafês, redes sem fios de aeroportos, lojas e repartições públicas. Se uma lei define que é crime publicar textos na internet brasileira, o cidadão publicará os seus textos na internet russa e continuará a usar a internet para este intuito. Enfim, a dificuldade não impedirá a necessidade.

O próprio princípio democrático sofre a mutação daquilo do que ele prometeu e não cumpriu¹¹⁹. A inclusão digital, no seu mote de acesso a todos os seres humanos à internet, pode, em termos hipotéticos, permitir que todos possam conseguir implementar o ideal democrático de que, de fato, o poder emana e é exercido pelo povo. A onicracia (governo de todos) não será concretizada com a inclusão digital de todos os cidadãos, mas a participação democrática do indivíduo no governo tornar-se-á muito mais ativa. O cidadão participativo, incluído digitalmente, ampliará o espaço público além daqueles atores já conhecidos (partidos políticos, associações, governos, sindicatos etc.) impedindo o governo invisível. (BOBBIO, 2000, p. 41-43)¹²⁰.

Uma polêmica, que mostra o caráter multifacetado da questão, é o que trata da inclusão digital na suas intersecções com a privacidade, o direito de estar só. A inclusão digital pode ser pensada, nessa polêmica, como ferramenta para se opor, dentro dos mecanismos de produção de informações e banco de dados, à visibilidade que devassa a privacidade e a intimidade.

Aliás, inclui-se digitalmente também para a defesa da integridade moral em relação a abusos que podem ser cometidos nas redes de informação e comunicação. Casos, não raros, de ofensas em sítios de relacionamento são perpetrados contra a integridade moral, que são os valores imateriais conectados ao direito à vida, daqueles que se utilizam da internet. Aquele que não está incluído digitalmente não tem condições de se defender das injúrias e acusações caluniosas, que denigrem a sua honra e imagem. Destarte, somente os incluídos têm condições de exigir o direito à verdade de informações falsas expostas por governos, empresas ou por pessoas.

Há que se colocar também o *locus* da inclusão digital na perspectiva da dignidade humana, que, para Ingo Wolfgang Sarlet (2011, p. 73) seria:

[...] a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida.

¹¹⁹ Nesta parte do texto em que aponto a questão da democracia, pretendo fazer um diálogo com Norberto Bobbio (2000).

¹²⁰ Ver o Capítulo 5 sobre a discussão mais aprofundada entre democracia e inclusão digital.

Para a Constituição Brasileira de 1988 (art. 1º, inc. III), a dignidade da pessoa humana é a base de todos os direitos humanos. Nada está fora ou desconectado, na perspectiva dos direitos fundamentais, da irradiação de valores vinda do princípio da dignidade da pessoa humana.

Dentro desta perspectiva axiológica, a inclusão digital está inserida no contexto dos direitos fundamentais, pois, sem ela, a vida em sociedade estará sendo restringida em sua capacidade de participação ativa em seus rumos, diminuindo as possibilidades de desenvolver e ter acesso ao conhecimento e à informação¹²¹.

A questão que se coloca não é a de impor a inclusão digital como direito humano fundamental. Ela não é um dado, uma verdade, um algo concreto. São movediços os percursos de construção do conceito de inclusão digital, até mesmo pelo termo utilizado para designar uma série de práticas que envolvem direitos e tecnologias.

A inclusão digital, este universal com diversidade, acrescenta e se insere nos direitos fundamentais dentro das estruturas históricas e culturais para prover estes questionamentos e construir as respostas que se dobram e articulam, positivamente, em inúmeras reações em cadeia de direitos e transformações sociais. É nesta perspectiva que a inclusão digital torna-se relevante para os direitos humanos fundamentais.

¹²¹ Neste sentido, a ONU apresentou um Relatório Especial para a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão, A/HRC/17/27, em 16.05.2011, que no seu item 22, em tradução livre, aponta: “O direito à liberdade de opinião e expressão é tanto um direito fundamental por si mesmo quanto um ‘facilitador’ de outros direitos, incluindo os econômicos, sociais e culturais, tais como o direito à educação e o direito de acesso à vida cultural e gozar dos benefícios do progresso científico e suas aplicações, bem como os direitos civis e políticos, tais como os direitos à liberdade de associação e assembléia. Assim, como catalisador para os indivíduos exercerem seus direitos de liberdade de opinião e de expressão, a Internet também facilita a realização de uma ampla gama de outros direitos humanos”.

4 INCLUSÃO DIGITAL E A PRÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS NAS CORTES INTERNACIONAIS DE JUSTIÇA

Um dos grandes desafios das políticas de direitos humanos é a busca constante de ultrapassar a barreira do formalismo dos discursos e alcançar conquistas efetivas e materiais para todos.

Dentro deste novo ambiente de quebra de paradigmas e padrões, abriram-se novas possibilidades e oportunidades de implementação da política e da educação de direitos humanos com a difusão das tecnologias de informação e comunicação. O discurso dos direitos humanos não está ainda se utilizando das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como ferramenta e como meio para a efetivação dos direitos, um direito entre direitos.

Neste sentido, há que se levantar alguns questionamentos sobre o uso das TIC para a implementação dos direitos humanos, mais especificamente, como estão sendo usados a internet, os celulares, a televisão digital etc., para a universalização do acesso às cortes internacionais de direitos humanos? Quais são as ferramentas tecnológicas disponibilizadas pelas cortes internacionais, as decisões, procedimentos, legislações, enfim, os materiais produzidos? As cortes internacionais buscam utilizar as TIC dentro da sua característica de interatividade, compartilhamento e ubiquidade? E, talvez, em termos de indagação provocativa, por que as cortes internacionais ainda não se apropriaram do discurso da inclusão digital como forma de catalisador dos direitos humanos?

Por uma questão de método, as cortes internacionais a serem analisadas, a fim de se realizar um recorte condizente com o fôlego deste trabalho, serão: a Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Europeia de Direitos Humanos. A justificativa é traçar dois perfis diferenciados de atuação e uso das TIC, que podem apontar diferentes abordagens da forma como estão caminhando as perspectivas de confluência e implementação de novos discursos de universalização do acesso às cortes.

4.1 Universalização e democracia

Antes de adentrarmos às análises da questão técnica das TIC na universalização do acesso às cortes de justiça internacionais, é preciso apresentar o discurso da universalização

dos direitos humanos em que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”¹²², no sentido de justificar o porquê da exigência de sua efetiva abertura ao acesso dos particulares.

Abraçar as tecnologias de informação e comunicação e, principalmente, a inclusão digital é implementar a universalização do acesso às cortes internacionais de justiça pelos particulares. Assim, reconhece-se ao particular sua condição de titular e sujeito de direitos no plano internacional. Para assegurar a universalização e o acesso dos particulares ao exercício efetivo dos direitos humanos, há que se reforçá-los pelo princípio democrático que, nas palavras de José Afonso da Silva (1998, p. 130), “é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história”¹²³.

A democracia somente se realiza por meio da participação dos sujeitos, com igualdade e liberdade, nas cortes internacionais de justiça. A função jurisdicional internacional necessita assegurar a participação de todos, a fim de que se legitime como sistema protetivo¹²⁴.

A definição de Norberto Bobbio (2000, p. 30-31) sobre democracia é relevante para o desenvolvimento deste estudo:

Afirmo preliminarmente que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia, entendida como contraposta a todas as formas de governo autocrático, é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. Todo grupo social está obrigado a tomar decisões vinculatórias para todos os seus membros com o objetivo de prover a própria sobrevivência, tanto interna como externamente.

¹²² Art. 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

¹²³ Mais adiante José Afonso da Silva (1998, p. 133) desvela ainda mais este pensamento: “Finalmente, os que reclamam que a democracia nunca fora realizada em sua pureza em lugar algum concebem-na como um conceito estático, absoluto, como algo que há que instaurar-se de uma vez e assim perdurar para sempre. Não percebem que ela é um processo, e um processo dialético que vai rompendo os contrários, as antíteses, para, cada etapa da evolução, incorporar conteúdo novo, enriquecido de novos valores. Como tal, ela nunca se realiza inteiramente, pois, como qualquer vetor que aponta a valores, a cada nova conquista feita, abrem-se outras perspectivas, descortinam-se novos horizontes ao aperfeiçoamento humano, a serem atingidos”.

¹²⁴ Esta ideia caminha na direção do que defende Cândido Rangel Dinamarco no escopo político do sistema processual, que pode ser ampliado para o âmbito internacional. Dinamarco (2000, p. 168) aponta três aspectos do escopo político do sistema processual: “Primeiro, afirmar a capacidade estatal de decidir imperativamente (pode), sem a qual nem ele mesmo se sustentaria, nem teria como cumprir os fins que o legitimam, nem haveria razão de ser para o seu ordenamento jurídico, projeção positivada do seu poder e dele próprio; segundo, concretizar o culto ao valor liberdade, com isso limitando e fazendo observar os contornos do poder e do seu exercício, para a dignidade dos indivíduos sobre as quais ele se exerce; finalmente, assegurar a participação dos cidadãos, por si mesmos ou através de suas associações, nos destinos da sociedade política. Poder (autoridade) e liberdade são dois polos de um equilíbrio que mediante o exercício da jurisdição o Estado procura manter; participação é um valor democrático inalienável, para a legitimidade do processo político. Pois a função jurisdicional tem a missão institucionalizada de promover a efetividade desses três valores fundamentais no Estado e na democracia, para a estabilidade das instituições”.

Contudo, sonegar o exercício democrático, tanto no âmbito nacional como no internacional, é impedir o acesso e a participação do sujeito e, de certa forma, não legitimar os sistemas protetivos de Direitos Humanos. As cortes internacionais de justiça nascem do desejo político dos povos para a consecução maior da universalização dos direitos humanos. Se a participação direta democrática é obstada, não há como protegê-lo da arbitrariedade, das ameaças e da falta de transparência. Para o exercício da democracia e do respeito dos direitos humanos, o acesso à justiça internacional é medida protetiva necessária de superação contra o não cumprimento estatal dos tratados e convenções.

Antônio Augusto Cançado Trindade e Manuel E. Ventura Robles (apud PIOVESAN, 2009, p. 59-60) explicitam este entendimento direcionando a sua análise à Convenção Americana de Direitos Humanos:

O direito de acesso à justiça no plano internacional é aqui entendido *lato sensu*, configurando um direito autônomo do ser humano à prestação jurisdicional, a obter justiça, à própria realização da justiça, no marco da Convenção Americana. Com efeito, o acesso direto dos indivíduos à jurisdição internacional constitui, em nossos dias, uma grande conquista no universo conceptual do Direito, que possibilita ao ser humano reivindicar direitos, que lhe são inerentes, contra todas as manifestações de poder arbitrário, dando, assim, conteúdo ético às normas tanto de direito público interno como de direito internacional.

Entretanto, sem quaisquer fundamentos na teoria dos direitos humanos, as cortes aqui estudadas, num primeiro momento, impediram o acesso dos particulares às suas decisões. Nenhum dos tratados e convenções fundadores destas cortes instituiu o amplo acesso do particular à proteção jurisdicional do cidadão.

A Convenção Americana de Direitos Humanos ainda sustenta o impedimento dos particulares de terem acesso à Corte Interamericana de Direitos Humanos, obstando o direito de petição. A Corte Europeia, que foi usada de modelo pela Convenção Americana, somente com a edição do Protocolo n. 11, de 01 de novembro de 1998, permitiu o acesso do particular e o seu direito de petição.

O impedimento dos particulares às cortes é injustificável do ponto de vista teórico, mas poderia estar fundada em viés prático, nas incertezas dos caminhos e turbulências existentes na construção de um sistema protetivo internacional, na incapacidade de entender a posição dos particulares frente ao novo rearranjo internacional de forças pós II Guerra Mundial¹²⁵.

¹²⁵ Neste sentido, são inúmeros os exemplos onde surgem as preocupações com relação ao sistema protetivo internacional, principalmente, no tocante à questão da soberania dos Estados que poderiam perder conquistas

Aliás, em relação a este último ponto levantado, é importante constatar a resistência enfrentada em casos de integração econômica. André de Carvalho Ramos (2008, p. 62), após citar Biglino Campos, Weiler, Rubio Llorente, Rasmussen e Pi Llorens, apresenta que o ponto inicial seria mesmo exclusivamente econômico e que os direitos humanos estariam ao largo dele, mas conclui apontando as mudanças de rumo:

Com isso, engendrou-se uma “ilusão economicista”, que consistia na pretensão de que os temas da integração regional eram estranhos à proteção de direitos humanos, o que foi inicialmente aceito pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Européias, como se verá. Essa ilusão não durou muito, pois a própria expansão do processo de integração contribuiu para destruí-la.

Mas a superação da inclusão dos temas de direitos humanos na integração econômica não resolve problemas que estão insertos nas ausências da democracia nas cortes de direitos humanos estudadas: o poder invisível e a obstrução dos acessos. Estes dois pontos nevrálgicos da democracia estão interligados e funcionam na falta de universalização dos sistemas protetivos de direitos humanos.

Kant, citado por Bobbio (2008, p. 42), afirma que “todas as ações relativas ao direito de outros homens cuja máxima não é suscetível de se tornar pública são injustas”. Neste sentido, Bobbio percebe que a democracia não resolveu o problema do poder invisível dos *lobbies* e interesses privados de classe, entidades e grupos, que, na maioria das vezes, não estão em consonância com o interesse público *pro societatis*. Bobbio denominou de poder invisível estes interesses particulares, em que a decisão ocorre longe dos holofotes públicos, no modelo de *arcana imperii*. Estas decisões políticas dos *arcana imperii* acabaram por justificar a existência da razão de Estado para não publicizar seus atos. Assim, inverter-se-iam as premissas do Estado democrático em que os cidadãos controlariam o poder, para serem controlados por ele (BOBBIO, 2000, p. 42-43). O poder invisível também está ligado à falta de clareza e acesso aos procedimentos, que acabam por gerar a ausência de legitimidade da decisão.

O gigantismo da área de atuação e dos cidadãos atingidos por estas cortes constrói por si só o distanciamento de seus procedimentos e decisões. A publicização dos atos e procedimentos é primordial para se evitar a influência das razões de Estado sobre a implementação e construção dos direitos humanos. Contudo, a possibilidade, mesmo que

já realizadas em termos de direitos, como no caso da Alemanha pós nazismo em relação aos direitos humanos, tal como demonstrado por André de Carvalho Ramos (2008, p. 111-122) nos casos Solange I e II, e nas discussões fundantes da Corte Interamericana de Direitos Humanos assinada em 1969, em sua maioria por Estados antidemocráticos e violadores dos Direitos Humanos, tais como o Brasil.

remota, que existe em ambas as cortes, de se descumprir as decisões e de se ter a avaliação de um Conselho de Ministro ou de Estados sobre se prosseguir ou não com processos, remonta à formação de um poder invisível inalcançável pelos direitos humanos.

No caso da obstrução dos acessos, vê-se que as cortes de direitos humanos sentem que não podem dar suporte às demandas dos particulares diante da sua estrutura administrativa mínima. Neste sentido, cabe lembrar a lição de Bobbio (2000, p. 48-49), que reconhece, neste obstáculo, o que a democracia não está conseguindo superar na prática:

Além do mais, diante da rapidez com que são dirigidas ao governo as demandas da parte dos cidadãos, torna-se contrastante a lentidão que os complexos procedimentos de um sistema político democrático impõem à classe política no momento de tomar as decisões adequadas. Cria-se assim uma verdadeira defasagem entre o mecanismo da imissão e o mecanismo da emissão, o primeiro em ritmo sempre mais acelerado e o segundo em ritmo sempre mais lento. Ou seja, exatamente ao contrário do que ocorre num sistema autocrático, que está em condições de controlar a demanda por ter sufocado a autonomia da sociedade civil e é efetivamente muito mais rápido na resposta por não ter que observar os complexos procedimentos decisórios próprios de um sistema parlamentar. Sinteticamente: a democracia tem a demanda fácil e a resposta difícil; a autocracia, ao contrário, está em condições de tornar a demanda mais difícil e dispõe de maior facilidade para dar respostas.

Assim, de acordo com este pensamento de Bobbio, as cortes de direitos humanos internacionais não estão implementando a perspectiva democrática de atuação. O particular não tem acesso à decisão judicial e, quando supera inúmeras dificuldades e obstáculos, não consegue ter a resposta rápida destas cortes. Quando o particular tem acesso, diante do excesso de demandas, por questões oblíquas aos seus direitos, as cortes, por sua estrutura funcional, por meio de juízos de admissibilidade, realizam a adequação ou não da demanda para serem analisadas e julgadas. Decisões estas que, em alguns casos, são decisões políticas que não passam no crivo da transparência¹²⁶.

Diante desta perspectiva da falta de democracia, que gera a não universalização do acesso aos direitos humanos a todos os cidadãos, há que se recorrer a outros meios para se combater ao mesmo tempo o poder invisível das decisões destas cortes, tanto no aspecto

¹²⁶ Cabe aqui lembrar que, no Sistema Americano de Direitos Humanos, há a Comissão de Direitos Humanos que faz o juízo de admissibilidade de ação contra os Estados, conforme o art. 45 da Convenção Americana de Direitos Humanos. A Convenção Americana copiou o Sistema Europeu construído pela Convenção Europeia de Direitos Humanos. Contudo, a Convenção Europeia foi alterada pelo Protocolo n. 11 que extinguiu a Comissão de Direitos Humanos e instituiu o acesso direto dos particulares. Contudo, o juízo de admissibilidade de ação foi mantido e passará a ser feito por juízes singulares. Tanto no sistema protetivo europeu quanto no americano, as execuções das sentenças deverão ser avaliadas ou pela OEA ou pelo Comitê de Ministros, decisões estas que são políticas e não jurídicas, que podem vir a inviabilizar a aplicação da sentença final. Os Ministros ou a OEA justificarão suas decisões de não cumprimento das sentenças das cortes? Dificilmente poder-se-á confiar que serão defendidos os direitos humanos por quem os viola.

procedimental quanto na execução de sentenças, como no acesso efetivo a se peticionar e controlar a transparência dos andamentos e formações do convencimento dos juízes.

O meio que poderia enfrentar estas ausências democráticas, mais inclinadas às autocráticas, de sufocamento do acesso, de lentidão do processo decisório e da falta de transparência, que não permitem aos cidadãos o empoderamento necessário para se construir os direitos humanos, localiza-se no uso das tecnologias de informação e comunicação¹²⁷.

Contudo, inexplicavelmente, há pouco uso nas Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos destas ferramentas de informação e comunicação nas suas características mais marcantes de compartilhamento e colaboração. E será com o olhar focado nestas características de compartilhamento e colaboração promovidas pela inclusão digital que serão analisados os sítios das cortes e o que eles disponibilizam para os cidadãos jurisdicionados por elas.

4.2 Dos sítios das cortes internacionais de justiça

Os dois sítios das cortes de direitos humanos serão analisados abaixo com relação a alguns critérios estabelecidos, dentro da perspectiva de inclusão digital, quais sejam: 1º) acessibilidade; 2º) línguas utilizadas nos sítios e documentos; 3º) transparência; 4º) canais de interatividade e colaboração; e 5º) intuitividade.

Em relação aos critérios acima estabelecidos, o entendimento e os conceitos construídos sobre eles estarão em consonância com a seguinte perspectiva de internet já trazida anteriormente de compartilhamento e de colaboração.

Para este trabalho, acessibilidade são as ferramentas tecnológicas, *hardwares* e *softwares*, fornecidas pelos sítios das cortes para melhor navegabilidade do usuário, a compatibilidade dos sítios com vários sistemas operacionais e *browsers*, usuários que são

¹²⁷ É sempre bom mostrar o alerta e a desconfiança de Norberto Bobbio (2000, p. 43) em relação às tecnologias de informação e comunicação: “Inútil dizer que o controle público do poder é ainda mais necessário numa época como a nossa, na qual aumentaram enormemente e são praticamente ilimitados os instrumentos técnicos de que dispõem os detentores do poder para conhecer capilarmente tudo o que fazem os cidadãos. Se manifestei alguma dúvida de que a computadorocracia possa vir a beneficiar a democracia governada, não tenho dúvida nenhuma sobre os serviços que pode prestar à democracia governante. O ideal do poderoso sempre foi o de ver cada gesto e escutar cada palavra dos que estão a ele submetidos (se possível sem ser visto nem ouvido): hoje este ideal é alcançável. Nenhum déspota da antiguidade, nenhum monarca absoluto da idade moderna, apesar de cercado por mil espíões, jamais conseguiu ter sobre seus súditos todas as informações que o mais democrático dos governos atuais pode obter com o uso dos cérebros eletrônicos”.

abrangidos pelas ferramentas e em que extensões de arquivos e tamanhos são disponibilizados os documentos e conteúdos.

A questão da língua é de suma importância para a compreensão do usuário sobre como navegar nos sítios e acessar efetivamente os seus conteúdos.

No quesito transparência, estão contidos os materiais disponibilizados pelo sítio das cortes, que envolvem julgamentos, processos, sentenças e prestação de contas dos trabalhos desenvolvidos. Diante do critério da transparência serão analisados quais dentre esses arquivos podem ser acessados pelo sítio da corte e estão em consonância com o espírito democrático de visibilidade e acessibilidade¹²⁸.

Os canais de interatividade e colaboração são aqueles fornecidos pelos sítios em clara abertura aos usuários de contribuir com denúncias, sugestões e críticas, a fim de construir respostas diferenciadas pelas cortes, além das decisões tradicionais.

E um último critério, que possui um caráter subjetivo, mas não menos importante, é o da intuitividade do sítio. A intuitividade do sítio é excelente para se quebrar e superar possíveis barreiras enfrentadas pelos usuários nos usos das tecnologias de informação e comunicação.

Estes critérios de avaliação, que, logicamente, não são exaustivos, mas indicadores do que se considera importante nos limites deste trabalho, poderão servir de parâmetro para as avaliações, problematizações e possíveis sugestões de como lidar com estas perspectivas novas trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Um ponto que poderia ser levantado, mas que no trabalho não se consegue desenvolver satisfatoriamente, é o da velocidade na resposta dada pelas cortes, através ou não dos seus sítios, das demandas dos usuários. Dentro da perspectiva democrática, a demora na resposta é impeditiva de aquisição e consolidação de direitos humanos. Tal preceito da duração razoável do processo, do procedimento ou da demanda é previsto na Convenção Interamericana de Direitos Humanos (art. 8º)¹²⁹ e na Convenção Europeia de Direitos

¹²⁸ Neste sentido, Nelson Nery Junior (2009, p. 315) sintetiza: “Essa globalização deu maior visibilidade às vantagens e desvantagens, acerto e equívocos dos poderes públicos em virtude da exposição a que eles estão sujeitos, situação que é decorrente da transparência que deve existir no estado democrático de direito”.

¹²⁹ Art. 8º – Garantias judiciais – 1. Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.

Humanos (Art. 6º, 1)¹³⁰. Neste passo, foram obtidas informações de que os julgamentos destas cortes já estão demorando mais de dois anos e a tendência parece ser de maior demora.

4.2.1 Corte Europeia de Direitos Humanos

A Corte Europeia de Direitos Humanos tem como endereço na internet: <<http://www.echr.coe.int/echr>>.

A Corte foi criada em 18 de setembro de 1959 e os documentos foram redigidos em duas línguas: francês e inglês. Aliás, cabe reforçar que a Corte possui todos os seus procedimentos de funcionamento publicados em francês e inglês, tanto nos documentos quanto no sítio. A Corte foi criada para garantir a aplicação da Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950, que entrou em vigência em 1953. No sítio da Corte Europeia encontram-se traduções da Convenção Europeia de Direitos Humanos em 31 línguas.

O sítio possui uma página central que, na sua parte direita, apresenta as notícias, acontecimentos e informações sobre o funcionamento da Corte. À esquerda, ficam os tópicos e direcionamentos mais importantes que são: a Corte; Textos Básicos; Casos Julgados; Relatórios; Casos Pendentes; Imprensa; Peticionários; e Visitantes.

Na seção A Corte, estão disponibilizados, à direita, informações gerais aos usuários, tabela de violações, uma apresentação em folder da Corte, um relatório sobre cada país signatário da Convenção Europeia de Direitos Humanos na Corte e um relatório de perguntas e respostas sobre a Corte. À esquerda, estão as informações sobre os juízes da Corte, as seções, câmaras, o Presidente da Corte e suas informações (fotos, *curriculum*, entrevistas etc.), o funcionamento da Corte (o registro, o orçamento, tabela de estrutura administrativa, informações básicas de procedimentos perante a Corte, fluxograma de fluência administrativa

¹³⁰ Artigo 6.º (Direito a um processo equitativo) – 1. Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos e obrigações de carácter civil, quer sobre o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigida contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público durante a totalidade ou parte do processo, quando a bem da moralidade, da ordem pública ou da segurança nacional numa sociedade democrática, quando os interesses de menores ou a protecção da vida privada das partes no processo o exigirem, ou, na medida julgada estritamente necessária pelo tribunal, quando, em circunstâncias especiais, a publicidade pudesse ser prejudicial para os interesses da justiça.

das demandas, uma resolução de ética judicial, execução dos julgamentos e empregos) e eventos na Corte.

Na seção Textos Básicos, encontra-se a Convenção Europeia de Direitos Humanos e o Protocolo n. 14, que irá alterá-la. Encontra-se também nesta página o regimento procedimental da Corte e seus adendos, instruções práticas da Corte, o Acordo Europeu para a participação de pessoas físicas diretamente na Corte e o procedimento piloto de julgamento de causas com mesmo objeto, bem como *links* úteis, tais como o Conselho da Europa e dos 50 anos da Corte.

Na seção Casos Julgados, o sítio apresenta o seu sistema de busca de base de dados chamado Hudoc. Com base neste sistema, pelo sítio, o usuário pode encontrar a lista dos casos recentes julgados e em julgamento, lista de todos os julgamentos e decisões realizadas, acontecimentos acerca dos julgamentos, análises dos casos na Corte, efeitos dos julgamentos e os relatórios e estatísticas. Além do mais, existem relações completas dos processos e composições de todos os julgamentos desde 1999.

Na seção Relatórios, são disponibilizados todos os relatórios publicados pela Corte desde 2001, bem como estatísticas anuais de pesquisas e atividades. Nesta seção existe um item, que é muito interessante, de diálogos entre os juízes da Corte.

Na seção Casos Pendentes, aparecem os casos que serão julgados pela Corte com informação atualizada a cada semana. O sítio informa quais serão julgados na Grande Câmara, quais são as comunicações dos casos e as recentes declarações de fatos e questionamento às partes (o que seria o equivalente à nossa instrução). Nesta seção pode-se considerar que há um protoprocédimento eletrônico de autos, que, no caso, é uma orientação e publicização às partes de como está sendo encaminhado o processo.

Na seção Imprensa, encontram-se o arquivo de notícias, o calendário de audiências, os recentes julgamentos e decisões da Corte, a lista semanal de casos publicados e recentes fatos e reclamações, bem como conferências de imprensas, encontros e visitas oficiais e abertura do ano judicial. Existe ainda a possibilidade de se ver o vídeo dos julgamentos. Contudo, a ferramenta necessária para a visualização não pôde ser instalada, por problemas de configuração do sítio, o que impossibilitou ver o vídeo do julgamento. Na seção existem as regras para o uso e publicação dos casos e dos arquivos.

Na seção Peticionários, nas informações gerais, existe um relatório de perguntas e respostas sobre o funcionamento da Corte. Logo após, abaixo, existe o item Acesse a Corte que é dividida em dois subitens Documento de Queixa ou Reclamação e Queixa *online* no

sítio. No subitem Documento de Queixa, existem arquivos para registro de reclamação em 32 línguas, que orientam como se deve proceder perante a Corte. No subitem Queixa *online*, só há possibilidade de fazê-la em duas línguas: sueco e holandês.

Na seção Visitantes, existem informações básicas e procedimentos para aqueles que querem visitar o prédio da Corte Europeia de Direitos Humanos e ver uma audiência ao vivo¹³¹.

4.2.1.1 Acessibilidade

Antes de adentrarmos para a análise concreta dos dados e estruturas levantadas acima, há que se ressaltar dois pontos primordiais: o direcionamento e a forma como o cidadão europeu pode acessar a internet e o entendimento pessoal deste autor do que é uma boa navegação para um sul-americano que fala, escreve e entende em português.

O europeu possui velocidade média de acesso à internet em banda larga de 6 Mbps, enquanto que no Brasil é de 2,17 Mbps¹³². Além disso, a formatação dos computadores europeus é muito mais robusta e avançada em termos de tecnologia do que a dos sul-americanos. Com base nisto, o programador europeu pode exigir muito mais do sistema do que um programador sul-americano. Assim, o sítio na Europa tende a ter muito mais recursos, que exigem muito mais da máquina do usuário, o que pode dificultar a avaliação de acessibilidade de alguém que não tenha os mesmos recursos¹³³.

Diante disto, estabelecer critérios rígidos e estanques de avaliação da acessibilidade de um sítio europeu, mesmo que de uma corte judicial, é tarefa difícil. Assim, para entender as diferenças existentes dentro do mesmo continente, há que se estabelecer um olhar que foca os que são excluídos e não têm condições de acesso à máxima e melhor tecnologia. Por exemplo, a Albânia, que faz parte da Convenção e da Corte Europeia de Direitos Humanos e possui índice de velocidade abaixo do Brasil.

¹³¹ Disponível em: <http://www.echr.coe.int/ECHR/EN/Header/Visitors/Information+for+visiting+groups/How+to+request+a+visit/>. Acesso em: 26 nov. 2009.

¹³² Conforme estatística fornecida pelo sítio SpeedTest: <http://www.speedtest.net/global.php>. Acesso em: 26 nov. 2009.

¹³³ A máquina em que nos baseamos para realizar as avaliações está dentro de uma configuração muito boa para padrões sul-americanos e boa para padrões europeus.

Dentro desta perspectiva, fez-se a análise da acessibilidade do sítio por meio do sistema operacional Windows Vista Professional e três navegadores de internet: o Mozilla Firefox, o Google Chrome e o Internet Explorer. Nos três diferentes navegadores, o sítio pode ser acessado em todos os seus conteúdos de forma rápida e consistente. Todas as páginas e documentos foram acessados. Não há necessidade de uso de senhas ou aberturas de contas. A acessibilidade é praticamente total em termos tecnológicos. Os aplicativos multimídia existentes foram abertos e funcionaram nos três navegadores. O sítio não é cansativo para se ler e possui ambiente agradável à pesquisa contínua de conteúdos.

O sítio da Corte Europeia possui um problema grave de não ter acessibilidade para pessoas com deficiência. Não existem ferramentas para pessoas com deficiência visual superarem as suas barreiras e poderem acessar os conteúdos do sítio. Tal esquecimento afasta milhões de pessoas dos julgados e decisões da Corte.

Contudo, deve-se fazer uma reserva, reiterando o que foi dito acima, de que a velocidade da internet e a configuração são preponderantes para o sucesso na experiência de acessibilidade e navegabilidade dentro do sítio da Corte Europeia de Direitos Humanos. Com velocidade e configuração de computador nestas características, o sítio da Corte Europeia de Direitos Humanos é excelente em termos de acessibilidade.

4.2.1.2 Línguas

Como já dito anteriormente, o sítio da Corte Europeia de Direitos Humanos é feito em duas línguas: o inglês e o francês. A única concessão feita é para a parte na qual está sendo instalado o sistema processual *online*, em que o sueco e o holandês são preponderantes. Do resto, o inglês e o francês são as únicas línguas existentes no sítio. Somente a Convenção Europeia foi redigida em 31 línguas.

Os documentos produzidos também o são nestas duas línguas. Alguns são produzidos somente em inglês ou em francês. Poucos documentos estão nas línguas de todos os países que assinam a Convenção Europeia de Direitos Humanos. Aliás, somente a Convenção e o documento básico para ingresso de ação na Corte é que estão em todas as línguas.

A questão da língua é uma das barreiras que mais impedem o acesso dos cidadãos às potencialidades das tecnologias de informação e comunicação e dos sistemas providos pela

Corte Europeia de Direitos Humanos. A barreira da língua inviabiliza a apropriação dos cidadãos no uso de seus direitos e das ferramentas disponibilizadas. Dessa forma, somente os cidadãos que possuem o conhecimento do inglês e do francês poderão usufruir com plenitude das benesses do sítio.

4.2.1.3 Transparência

O quesito da transparência é plenamente realizado pelo sítio da Corte Europeia dos Direitos Humanos. O sistema disponibilizado pelo sítio, chamado Hudoc, seleciona e mostra todos os documentos atuais e históricos produzidos pela Corte, em quaisquer processos ou procedimentos realizados.

As buscas podem ser realizadas por nome, temas, assuntos e casos relevantes, últimos julgados; enfim, inúmeras são as possibilidades de se achar a informação de que necessita. Em termos de transparência, nota-se que a Corte coloca ao escrutínio público até as suas contas e orçamento¹³⁴.

Assim, a transparência é implementada pelo sítio da Corte Europeia de Direitos Humanos.

4.2.1.4 Canais de interatividade e colaboração

O sítio da Corte peca pela falta de interatividade e de colaboração. O sítio é mão de via única. Só produz informações e não abre espaço, além dos canais formais e tradicionais de petição, para a participação do cidadão.

Não há a intenção do sítio em buscar no cidadão o material fático e opinativo de como as relações de direitos humanos estão se desenvolvendo nas diversas sociedades que compõem e assinam a Convenção. As tecnologias de informação e comunicação permitem uma nova forma de implementação e educação em direitos humanos, e estão sendo

¹³⁴ Disponível em: <<http://www.echr.coe.int/ECHR/EN/Header/The+Court/How+the+Court+works/Budget/>>. Acesso em: 1 dez. 2009.

desperdiçadas pela Corte, que não se abre às dúvidas, aos questionamentos, aos posicionamentos e às percepções dos cidadãos europeus na prática dos direitos humanos.

Diante disto, vê-se o distanciamento da Corte Europeia de Direitos Humanos até mesmo em relação ao que determina a Convenção no seu art. 10¹³⁵, que prevê a liberdade de expressão, e, principalmente no art. 36, em relação à participação de terceiros nos autos:

Artigo 36.º (Intervenção de terceiros)

1. Em qualquer assunto pendente numa secção ou no tribunal pleno, a Alta Parte Contratante da qual o autor da petição seja nacional terá o direito de formular observações por escrito ou de participar nas audiências.
2. No interesse da boa administração da justiça, o presidente do Tribunal pode convidar qualquer Alta Parte Contratante que não seja parte no processo ou qualquer outra pessoa interessada que não o autor da petição a apresentar observações escritas ou a participar nas audiências.

Instalar canais de interatividade e colaboração melhora a qualidade e a velocidade da resposta do Tribunal e, o mais importante, estabelece um canal de legitimidade da Corte perante as sociedades europeias.

4.2.1.5 Intuitividade

A intuitividade é um quesito que analisa a desobstrução de acesso a conteúdos e informações pela disponibilidade destes elementos dentro do sítio. O usuário tem que entender facilmente como se realiza o fluxo de informações e conteúdos dentro do sítio. Ele não pode ter obstáculos ou dificuldade de entender como os mecanismos postos à sua disposição o encaminham para a obtenção da informação que procura.

E, neste sentido, o sítio da Corte é bem intuitivo e simples de navegar, mesmo com a gama infundável de informação. As seções, para quem entende o inglês e o francês, são complementares e autoexplicativas. As seções não transformam a navegação em labirintos de

¹³⁵ Artigo 10.º (Liberdade de expressão) – 1. Qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras. O presente artigo não impede que os Estados submetam as empresas de radiodifusão, de cinematografia ou de televisão a um regime de autorização prévia. 2. O exercício desta liberdade, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a protecção da saúde ou da moral, a protecção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial.

informações desencontradas. Existem vários caminhos a serem percorridos para se chegar à mesma informação.

A navegação, tal como a assinatura, é algo que cada ser humano a faz do seu jeito e o sítio da Corte permite isto, atendendo a perspectiva da intuitividade.

4.2.1.6 Conclusão sobre o sítio da CEDH

O sítio da CEDH é muito bom, se pensarmos na perspectiva europeia de que uma maioria possui boas condições de acesso aos computadores e internet em banda larga de alta velocidade. O sítio está implementando as condições para prover o acesso universal a todos os seus procedimentos e processos, com tendência de abraçar todas as línguas dos países signatários da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Contudo, ainda não o faz, pois peca nas línguas em que externa as suas manifestações no sítio, na falta da mão dupla de interatividade e colaboração, como se o usuário pudesse obter maiores compreensões e apreensões de seus direitos por meio de perguntas e respostas já feitas¹³⁶. Este é um erro que induz ao pensamento de que a CEDH considera os cidadãos incapazes de produzir informações e conhecimentos consistentes sobre a sua realidade.

Outro problema é a falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual. O sítio não produz conteúdos nem fornece ferramentas para a superação e a inclusão das pessoas com deficiência visual, o que é um fato a se lamentar.

4.2.2 Corte Interamericana de Direitos Humanos

A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui o seu endereço na internet que é <<http://www.corteidh.or.cr/>>.

A Corte foi criada em 1969 pela Convenção Americana de Direitos Humanos.

¹³⁶ Disponível

em: <<http://www.echr.coe.int/ECHR/EN/Header/Applicants/Information+for+applicants/Frequently+asked+questions/>>. Acesso em: 1 dez. 2009.

Contudo, somente entrou em funcionamento com a primeira reunião na Organização dos Estados Americanos em 29 de junho de 1979, quando foram eleitos os primeiros juizes da Corte. Somente em agosto de 1980 foi feito o Estatuto da Corte. A sede da Corte é na Costa Rica.

O sítio da Corte Interamericana é todo ele feito em espanhol e inglês. Mas a língua primordial é o espanhol, principalmente nos documentos.

O sítio tem na sua página inicial um quadro de boas-vindas e algumas chamadas de Jurisprudência atualizada e ao lado um modo rápido de pesquisa simples, avançada e através das Supremas Cortes Judiciais da Costa Rica e de El Salvador, sendo que esta última encontra-se desativada e fora do ar. Na página inicial encontram-se também comunicados e avisos da Corte.

Na parte superior do sítio da Corte, encontram-se as seções e divisões de páginas, que são feitos baseados na tecnologia flash 10. Esta é uma tecnologia gratuita, mas que exige máquinas um pouco mais avançadas, rápidas e com internet de banda larga para a abertura. Além do Início, são sete seções: Informação, Jurisprudência, Instrumentos, A Corte no Dia, Biblioteca, Publicações e Sítios de Interesse.

A seção *Informação* é subdividida em sete partes: História, Composição da Corte, Estágio e Visitas, Denúncias e Consultas, Oportunidades de Trabalho, Regulamento e Estatuto. Dentre estas sete subseções, há que se destacar, por não ser autoexplicativa, a parte de Denúncias e Consultas.

Denúncias e Consultas é uma seção que explica e encaminha o usuário do sítio para documentos e informações relevantes para se proceder à realização de denúncias de lesão a direitos humanos pelos Estados-parte e a verificação dos andamentos dos processos e execuções deles. Em relação às denúncias, o sítio da Corte encaminha, por meio do *link* “formulário de denúncias”, o usuário ao sítio da Comissão de Direitos Humanos, que, conforme a Convenção Americana de Direitos Humanos, irá avaliar a pertinência do pedido e investigará os fatos denunciados. No sítio da Comissão de Direitos Humanos, que está em português também, há a possibilidade do usuário de abaixar o formulário em pdf para a impressão ou realizar a denúncia no sistema *online* fornecido pelo sítio.

A seção *Jurisprudência* está dividida em sete subseções: Casos Contenciosos, Opiniões Consultivas, Medidas Cautelares, Supervisão de Sentenças, Por País, Expedientes e Busca Avançada. *Casos Contenciosos* são processos sentenciados pela Corte Interamericana de Direitos. As *Opiniões Consultivas* são dúvidas, acerca dos temas e artigos da Convenção,

que os Estados-parte colocam à Corte para se orientarem em como promover os direitos humanos em seus territórios. As *Medidas Cautelares* são determinações liminares sobre fatos jurídicos que, pela demora do pronunciamento de uma sentença, possam causar prejuízos às partes, que, em vista disto, a Corte determina ao Estado parte que evite a lesão ou a ameaça de lesão. A *Supervisão de Sentenças* são os relatórios de acompanhamentos de cumprimento de sentença feitos pela Corte perante e dentro do Estado parte condenado, gerando assim publicidade a todos que os direitos humanos serão cumpridos no Sistema Interamericano. A seção *Por País* é uma forma de busca de Casos Contenciosos, Opiniões Consultivas, Medidas Cautelares e Supervisão de Sentenças, através dos países que estão sob a égide da Corte. A seção *Expediente* são os andamentos processuais dos processos existentes na Corte. A seção *Busca Avançada* é outra maneira de se localizar informações destes processos na Corte por outras formas, temas e datas. Todos os documentos disponibilizados são em pdf e word.

Na seção *Instrumentos*, a Corte disponibiliza para o usuário a experiência de compartilhar quais são os instrumentos jurídicos existentes nos vários sistemas protetivos de Direitos Humanos: Sistema Universal, Sistema Interamericano, Sistema Europeu e Sistema Africano. É interessante o diálogo que a própria Corte Interamericana faz, por meio desta seção, com outros sistemas de proteção de Direitos Humanos, apontando uma permeabilidade e sensibilidade com o que os outros estão desenvolvendo nesta matéria¹³⁷.

Na seção *A Corte no Dia*, existem quatro subseções: Comunicados para Imprensa, Manchetes, Sessões de Julgamento e Aportes e Doações. Nesta última, são listadas todas as pessoas e entidades que realizam doações à Corte Interamericana de Direitos Humanos e qual foi o volume do aporte e para que atividade.

A seção *Biblioteca* possui as divisões: Informações Gerais, Serviços, o Novo (recentes aquisições), Catálogo, Notícias, Base de Dados¹³⁸ e um Tesouro. O usuário não tem acesso aos

¹³⁷ E por quê não podemos apontar que há neste indicativo um vislumbre de fertilização cruzada das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos ao que é produzido juridicamente nos outros Sistemas? É, neste sentido, que se recorre a André de Carvalho Ramos (2008, p. 460), que conclui os seus levantamentos desta forma: “Assim, no atual momento é possível conviver com tal pluralidade jurisdicional por meio do diálogo e troca de informação entre os diversos órgãos judiciais, sem desprezar eventuais modificações futuras nos tratados voltadas a criar um *sistema judicial internacional integrado e coerente entre as áreas da integração econômica e dos direitos humanos*” (grifo do autor). Cabe dizer que isto somente é possível por causa da força expansiva dos direitos humanos sempre em termos positivos no caminho da ampliação dos direitos conquistados e da instituição de novos direitos. Assim, a Corte, neste passo, está buscando, nesta pequena abertura um rumo à inovação.

¹³⁸ “Las Bases de Datos de la Biblioteca Conjunta son una colección de datos que representan el campo de actuación de la Corte Interamericana de Derechos Humanos y del Instituto Interamericano de Derechos Humanos. Su objetivo es ser una representación fidedigna de la temática de los derechos humanos, de esta manera se ha procurado que las Bases de Datos tengan: Coherencia asociada a la validez de los datos;

documentos da biblioteca, o que somente pode ser obtido mediante cadastro e pagamento de taxa.

Na seção de *Publicações*, estão inseridos os temas de Informes Anuais, Livros publicados pela Corte e Discursos. Todos estes documentos são disponibilizados gratuitamente no sítio em documentos formato pdf.

Na seção de *Sítios de Interesse*, há o direcionamento do usuário para sítios que a Corte considera relevantes no trato das questões relativas a Direitos Humanos. Ele é dividido em: Tribunais Internacionais, ONGs, Organismos Internacionais, Organismos Governamentais, Universidades e Outros.

4.2.2.1 Acessibilidade

O mesmo alerta que se fez para o sítio da Corte Europeia de Direitos Humanos deve ser feito para o sítio da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Porém, nas Américas, com exceção de EUA e Canadá, o nível de acesso aos computadores e à internet ainda não atinge um grande contingente populacional. Mais de 50% da população não tem acesso à internet, conforme os dados fornecidos pela Internet World Stats¹³⁹. Retirando-se EUA e Canadá, mais de 70% não tem acesso à internet. Destes 70% de excluídos digitais, quase 50% de cidadãos americanos que tem acesso à internet o fazem por meio de conexão discada e mais lenta¹⁴⁰.

Diante destes dados, percebe-se que o sítio da Corte Interamericana de Direitos Humanos não pode ser rebuscado a ponto de inviabilizar o acesso da grande maioria dos que têm acesso, mesmo que precariamente, à internet. Como trazido acima, o sítio da Corte utiliza-se de um *software* chamado Flash, que gera imagens em movimento e melhor poder gráfico da página. Entretanto, este recurso, em algumas máquinas, pode não ser reconhecido,

Integridad, sobre el total de la información a representar; Seguridad y confidencialidad, como garantía de que los datos se accedan de acuerdo a las políticas de la organización y que los mismos son fidedignos. Siguiendo estas pautas, se ofrecen enlaces a otras bases de datos internacionales que enriquecen la oferta y permiten a la Biblioteca participar en las diferentes redes para ofrecer información sobre la actividad de los Derechos Humanos a nivel global.” Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/bd_biblio.cfm>. Acesso em: 3 dez. 2009.

¹³⁹ Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats2.htm>>. Acesso em: 3 dez. 2009.

¹⁴⁰ Disponível em: <<http://www.ipsos-na.com/news/pressrelease.cfm?id=3443>>. Acesso em: 3 dez. 2009. Este sítio da Ipsos New Center, de pesquisa na internet, apresenta somente dados de Brasil, México, EUA e Canadá. Contudo, por meio de parâmetros, sabe-se que a média dos acessos à internet, via conexão discada, são maiores em outros países.

bem como demora para abrir as seções existentes para aqueles que não possuem acesso à internet banda larga. Este recurso Flash é utilizado em algumas outras páginas, tais como na seção Biblioteca e na subseção Composição da Corte existente na seção Informação. No navegador Internet Explorer 8, o Flash foi desabilitado para navegação, devendo ser autorizado pelo usuário. Se o usuário não habilitar o Flash, não poderá ter acesso às seções e conteúdos do sítio da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A estética não pode prevalecer sobre o acesso e as barreiras que os cidadãos em sua maioria têm com relação à tecnologia. O sítio da Corte Europeia, em que se poderia exigir mais dos computadores e *softwares* de seus cidadãos, não realizou tal tipo de inserção de Flash e, por isso, a navegabilidade é muito mais simples e rápida do que na Corte Interamericana.

Outra questão a se colocar, relacionada com acessibilidade e conexão discada, é que o tamanho dos documentos torna impraticável a navegação para quem não possui conexão banda larga. Uma conexão discada demora, para baixar cada arquivo, mais de 4 horas, o que desestimula os usuários a acessá-los e navegar no sítio.

O sítio da Corte Interamericana pode ser acessado pelos três navegadores: Internet Explorer 8, Google Chrome e Mozilla Firefox 3.5.5. A única ressalva que se faz, e que foi feita anteriormente, é sobre a abertura do *software* Flash 10, da Adobe, no navegador Internet Explorer 8.

Para quem possui internet banda larga, o sítio da Corte abre todas as páginas requisitadas, mas não dispõe de um bom sistema de fluxo de informações. A disposição das ementas das sentenças de Jurisprudência não é clara e causa confusão sobre qual é a informação que está se oferecendo. O sítio da Corte poderia disponibilizar o nome das partes mais o tema de que se trata o processo (caso contencioso, medidas cautelares etc.). Outra situação desconfortável direciona-se para a incompreensão das informações dispostas no sítio. Há um excesso de caixas de assuntos na página inicial e na forma de abertura das seções, o que causa grande dificuldade de entendimento na busca de documentos e informações.

Ademais, há que se ressaltar que o sítio não possui acessibilidade para pessoas com deficiência visual, o que as impede de ter acesso aos conteúdos fornecidos pela Corte. Isto é uma falha grave que atinge milhões¹⁴¹. A despreocupação acerca destes milhões não pode ser

¹⁴¹ De acordo com os dados do Censo de 2000, existe no Brasil cerca de 24,5 milhões de pessoas que apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência, o que corresponde a 14,5% da população brasileira. Desses, 8,3% apresentam deficiência mental; 4,1% apresentam deficiência física; 22,9% apresentam

abraçada por uma corte de justiça que pretende defender os direitos humanos nas Américas.

Um fato que causa estranheza e que está, mediatamente, relacionado com a questão da acessibilidade, é o nome de domínio do sítio da Corte. Primeiramente, a Corte deveria ter um nome de domínio desvinculado à Costa Rica. Isto é importante porque, primeiro, gera incerteza no usuário e, também porque a Corte é órgão internacional independente que não tem vínculo de subordinação com nenhum Estado por localização, denominação ou nome de domínio.

4.2.2.2 *Línguas*

O sítio da Corte é basicamente estruturado em espanhol. Todos os documentos e informações também têm como pedra fundamental o espanhol. Porém, as páginas foram traduzidas para o inglês, bem como alguns documentos e informações. Outras línguas presentes são o português e o francês.

Muitos documentos e processos foram e estão sendo transcritos para o português. Há um esforço visível de ampliar o uso do português nestes documentos, sentenças e processos. Embora isto não afaste o questionamento dessa medida ainda não ter se aplicado a todos os documentos e processos tendo em vista a existência de 200 milhões de brasileiros.

A barreira da língua é fator de impedimento de apreensões e apropriações de conteúdos e envolvimento com a causa dos direitos humanos. A Corte Interamericana tem de ampliar os meios de comunicações para que surjam efetivamente as forças expansivas dos temas por ela defendidos. Apontar o erro dos Estados-parte, mas não aplicar para si mesma, é uma incoerência injustificada até pelo viés da seletividade.

4.2.2.3 *Transparência*

No quesito *Transparência*, o sítio desenvolve a contento a produção de informações a usuários. O sistema funciona bem e disponibiliza, a priori, todos os documentos, sentenças e

procedimentos. Contudo, o fluxo da disposição de informações não se realiza de maneira clara, além de ser muito técnico e somente compreensível por aqueles acostumados com o modo de ser da Corte.

A seção de *Aporte e Doações* é uma boa iniciativa para saber quem são aqueles que contribuem e ajudam a manutenção da Corte. Ficaram faltando alguns itens necessários e que a Corte Europeia possui: 1ª) um orçamento geral total da Corte Interamericana; 2ª) informação sobre como funcionam as sessões de julgamento; e 3ª) instrumentos de comunicação para visita à Corte e às Bibliotecas. Por outro lado, a não informação sobre o total do custo orçamentário inviabiliza a fiscalização e a destinação que são dadas ao dinheiro aportado na Corte, a fim de que as cobranças não sejam exageradas ou inviabilizadas por questões estruturais.

Também há que se atribuir ao quesito transparência, e as indagações de orçamento, as restrições e impedimentos existentes na seção Biblioteca, pois a ferramenta escolhida que não gera respostas eficientes e bloqueia o acesso a conteúdos digitais.

Há que se ressaltar que a Corte Interamericana, diferentemente da Corte Europeia, não sinaliza para a opção de um sistema *online* de procedimentos e processos, que facilitaria uma publicização maior ao cidadão das informações e conhecimento produzido, bem como maior participação.

4.2.2.4 Canais de interatividade e colaboração

Os dois únicos canais de comunicação disponíveis pela Corte para usuários se manifestarem ou interagirem são o *e-mail* corteidh@cortheidh.or.cr para marcar, principalmente, visitas à Corte, por critérios não claros, e a indicação do sítio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, para o preenchimento de denúncias ou consultas. Eles se encontram na seção Informação, em Denúncias e Consultas.

O sítio não se utiliza de ferramentas de divulgação muito recorrentes na internet, tais como, por exemplo, RSS¹⁴², Twitter¹⁴³ e redes sociais diversas.

¹⁴² RSS é um recurso desenvolvido em XML que permite aos responsáveis por sites e blogs divulgarem notícias ou novidades destes. Para isso, o link e o resumo daquela notícia (ou a notícia na íntegra) é armazenado em um arquivo de extensão .xml, .rss ou .rdf (é possível que existam outras extensões). Esse arquivo é conhecido como feed, feed RSS. Disponível em: <<http://www.infowester.com/rss.php>>. Acesso em: 5 dez. 2009.

Neste sentido, é evidente que a Corte não está aberta à interatividade nem à colaboração, a fim de buscar na sociedade o fôlego novo para se reabastecer de informações e conhecimentos práticos, além dos meios existentes, para entender as transformações sociais existentes e os direitos humanos em ação.

Cabe lembrar que o art. 23 da Convenção determina que todos os cidadãos têm o direito de participar diretamente dos assuntos públicos; mas, sem canais abertos a esta participação, vê-se um direito sem meio de se colocar em prática. É um direito natimorto.

4.2.2.5 Intuitividade

Por conta do fluxo de informações truncado, o sítio da Corte Interamericana não é intuitivo. Muito pelo contrário. As informações são produzidas para não serem encontradas. Uma série de barreiras é imposta aos usuários, tanto tecnológicas quanto de estruturação das apresentações, resumos de informação e até conteúdos restritos. Os usuários precisam ter consciência exata do que querem buscar e aonde. Se o caminho para garimpar a informação for desviado, ela não será encontrada.

A despeito das muitas informações postas, quem não estiver familiarizado com o dia a dia da Corte, fica perdido. Infelizmente, a distribuição dos temas de direitos humanos não pode gerar esta imensa dificuldade de acesso e de obtenção de conhecimento para se ingressar, conhecer e participar mais do que a Corte produz, ensina e realiza. Seguir neste caminho é ir na contramão do que determina o art. 29 da Convenção Americana de Direitos Humanos¹⁴⁴.

Ora, diante de todas estas constatações, uma pergunta aqui deve ser feita: pode a Corte desenvolver atividade contra a Convenção?

¹⁴³ Twitter é uma ferramenta tecnológica de rede social que o usuário possui o limite de digitar o que pensa em 140 caracteres e o endereço é <http://www.twitter.com>.

¹⁴⁴ Art. 29 - Normas de interpretação – Nenhuma disposição da presente Convenção pode ser interpretada no sentido de: a) permitir a qualquer dos Estados-partes, grupo ou indivíduo, suprimir o gozo e o exercício dos direitos e liberdades reconhecidos na Convenção ou limitá-los em maior medida do que a prevista nela; b) limitar o gozo e exercício de qualquer direito ou liberdade que possam ser reconhecidos em virtude de leis de qualquer dos Estados-partes ou em virtude de Convenções em que seja parte um dos referidos estados; c) excluir outros direitos e garantias que são inerentes ao ser humano ou que decorrem da forma democrática representativa de governo; d) excluir ou limitar o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza.

4.2.2.6 Conclusão sobre o sítio da CIDH

O sítio da CIDH não foi construído dentro da perspectiva do cidadão americano que é incluído digitalmente. A preocupação com os usuários, que não têm a familiaridade com o Corte, é mínima. O sítio é uma barreira à difusão dos direitos humanos e a quem não tem condições financeiras de ir até a Costa Rica e se inteirar sobre como a Corte trabalha e o que produz no dia a dia.

Os cidadãos são alijados de maior interação com o sítio da CIDH, não porque são diretamente bloqueados, mas não terem sido contemplados quando das escolhas tecnológicas feitas e reproduzidas, alheias às suas capacidades sociais, econômicas, culturais e financeiras.

A despeito das informações e conteúdos existirem e serem disponibilizados, em sua maioria de forma gratuita, isso não afasta o entendimento de que há bloqueios irremediáveis na estrutura pensada pela CIDH e como ela se expõe aos seus jurisdicionados. É a face visível da exclusão digital dos incluídos.

4.3 Inclusão digital e universalização do acesso às cortes de justiça

Na análise sobre estas duas cortes de justiça em direitos humanos percebe-se os percalços existentes para o cidadão obter informações e conhecimento, mesmo que munido de acesso à internet, seja ele ou não em banda larga.

A universalização do acesso às cortes de justiça em direitos humanos é um direito de todos. O escopo das cortes internacionais não é somente buscar a pacificação social, mas, principalmente, construir a educação e conscientização dos cidadãos acerca dos seus direitos. Assim, deve-se munir os cidadãos de meios múltiplos de escolhas e canais, para que se torne visível a sua existência como sujeito e titular de direitos, implementando efetivamente a dignidade humana. Para isto, as tecnologias de informação e comunicação são meios necessários e viáveis socioeconomicamente para todos serem tocados e ungidos a participarem ativamente dos direitos humanos. A via de mão dupla, que é proporcionada por estas tecnologias, amplia as possibilidades de apropriação dos direitos humanos para horizontes nunca antes imaginados.

A inclusão digital é mais do que o acesso proporcionado por computadores, celulares e TV digital e uma conexão à internet. A inclusão digital forma-se na derrubada e no enfrentamento de obstáculos tecnológicos, sociais, históricos, culturais e econômicos, que existem para a aproximação dos cidadãos às tecnologias de informação e comunicação.

A universalização do acesso dos particulares às cortes de direitos humanos passa pela inclusão digital. E isto foi percebido ao se analisar a atuação empírica destes sítios. A cada caminho percorrido dentro deles, são inúmeros percalços e decepções existentes. Perpassa a sensação clara de que o discurso dos direitos humanos não está sendo plenamente aplicado pelas Cortes Interamericana e Europeia na sua atuação através das TIC.

São graus de diferenciação que tornam estes dois sítios mais ou menos acessíveis, inclusivos ou exclusivos, o que deve ser avaliado pelas possibilidades de seus jurisdicionados terem acesso, com quais equipamentos, a que velocidade, com os seus níveis de instrução, enfim, uma série de fatores e nuances, que foram avaliadas acima.

É com preocupação que se verificou a ausência de ferramentas que visam incluir pessoas com deficiência visual. E o pior de tudo, não há qualquer indicativo que isto ocorrerá em breve. Mesmo a Corte Européia, com os seus pesados investimentos em recursos multimídias, não consegue evitar que a pessoa com deficiência visual navegue até esses recursos, pois o meio não lhe fornece as opções para chegar até lá. A desculpa estrutural de falta de condições financeiras de viabilizar o acesso da pessoa com deficiência não cabe.

O sítio da Corte Interamericana de Direitos Humanos relembra a imagem trazida pelo livro *O Processo*, de Franz Kafka. Compartimentos estanques e imensos que somente se desvelarão por conhecedores e burocratas, os quais não serão publicizados ou explicados aos jurisdicionados, processados e condenados. Os tamanhos dos arquivos para serem baixados por conexão discada os tornam impraticáveis, bem como a ausência de canais de interação e colaboração, a falta de transparência nas informações existentes e nos orçamentos e a obstrução da navegação intuitiva. Tudo isto contribui para a não inclusão de fato dos cidadãos americanos. Cabe ressaltar que a falta de interatividade e colaboração também foi verificada no sítio da Corte Europeia.

Outra situação que aponta para um descaso de ambas as cortes de direitos humanos está relacionada com a questão da língua. Nos dois sítios, as linguagens dominantes são o inglês, francês e o espanhol, sendo que existem nestes dois sistemas mais 33 línguas em plena atividade. Realizaram-se estudos na internet que comprovam que um dos mais conhecidos

fatores exclusivos está diretamente relacionado à falta da possibilidade de leitura do texto na língua nativa do usuário¹⁴⁵.

Não só a questão da língua é primordial. Os *softwares* escolhidos para rodarem nos sítios devem estar adequados às possibilidades dos jurisdicionados. A Corte Europeia busca conciliar os avanços possibilitados pela capacidade maior de seus jurisdicionados com simplicidade. Porém, falha principalmente em algumas extensões, por exemplo, o sistema de vídeo que não abre. Na Corte Interamericana, a escolha da tecnologia flash, apesar de ser mais bonita esteticamente, dificulta o acesso para os jurisdicionados que não possuem computadores bem equipados nem internet de alta velocidade. A escolha da tecnologia a ser aplicada em ambos os sítios desconsideram o binômio necessidade/capacidade técnica de seus cidadãos.

Por outro lado, não se justifica a tentativa de se desenvolver procedimentos informatizados e acessíveis, a fim de ampliar a todos o acesso à estrutura das Cortes e suas decisões, sem a realização dos cuidados devidos e inerentes à inclusão digital. Existe a capacidade financeira para se montar esta infraestrutura de tecnologias de informação e comunicação, mas que não é incentivada e potencializada pelas Cortes.

Aí, também no contexto do princípio democrático, há uma defasagem que foi aprofundada. No ponto acima, que trata da questão da democracia e universalização, abordou-se, principalmente, o aspecto institucional e jurídico da criação e ampliação das Cortes de Direitos Humanos para todos os particulares, a fim de que se tornem titulares de direitos no sistema protetivo internacional. No ponto seguinte, na análise da atuação destas Cortes no uso das TIC, que é um momento posterior, percebe-se que o princípio democrático não foi implementado na construção destes sítios.

A democracia está relacionada com o empoderamento do cidadão, titular de direitos, para que possa ser visível na sociedade, nacional ou internacional. Ser visível não é somente ter a capacidade de adquirir direitos; direciona-se, principalmente, aos meios existentes serem

¹⁴⁵ Os exemplos sobre a exclusão digital para aqueles que tem acesso às redes mas não aos seus conteúdos estão disponíveis aos montes na internet. Para elucidar melhor este ponto, basta trazer o depoimento deste jovem sul-africano: "I know English and have studied at a dual-medium school [in both English and Zulu], but there are some things I will only know in Zulu," he said. "For example, I know immediately that imibhala yami means 'my documents' or the place where I put all my work, because I don't have to translate it in my head." Advocates promoting local languages and cultures agree. "Technology using indigenous languages is important because then you are dealing with something you know, whereas in translation you lose a lot. Your mind is liberated to bring your own innovation and ideas," said Gaboile Tiro, deputy director of policy at the National Indigenous Knowledge Systems division of South Africa's Department of Science and Technology. Disponível em: <<http://www.scienceinafrica.co.za/2008/october/goingdigital.htm>>. Acesso em: 5 dez. 2009. Ver também o capítulo 3.

focados na sua necessidade. Aí, o cidadão deve ser ouvido e incitado a participar de todo o processo de construção e realização de direitos. Neste aspecto, a democracia faz funcionar, ao abranger cada cidadão, o vetor valorativo da diversidade, da pluralidade de ideias e culturas.

Diante destas constatações de que a inclusão digital não é efetiva nos sítios nem há a universalização do acesso às cortes de justiça em direitos humanos, pergunta-se: por que as Cortes ainda não assumiram a perspectiva das tecnologias da informação e comunicação? Não seria melhor enfrentar o problema em questão do que desenvolver uma atividade de informação e comunicação que fere as Convenções de Direitos Humanos que as sustentam e pelas quais têm de julgar e pautar suas relações?

As Cortes Interamericana e Europeia de Direitos Humanos têm que aproveitar esta oportunidade única de realizar a universalização do acesso com menores custos financeiros e administrativos e internalizar a inclusão digital como um direito fundamental, que se estende além do mero acesso a computadores e internet. E, neste caminho, internalizar a inclusão digital não é apontar somente para o outro, no caso Estados-parte, mas assumir que a sua própria atividade atua na exclusão das pessoas que deveriam ser por elas acolhidas, educadas e incluídas.

5 INCLUSÃO DIGITAL – UM DIREITO FUNDAMENTAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UMA TENTATIVA DE CONCLUSÃO

Os caminhos de discussão e implementação da inclusão digital conformam um campo de luta em que tudo ainda é indefinido. Existem várias ideias e possibilidades do que seria a inclusão digital: uma parte desta questão foi apresentada ao longo deste trabalho. Fizemos uma tentativa de responder – pelo menos provisoriamente – a algumas questões: o que seria a inclusão digital? Como delinear o seu conceito? Quais são as práticas que envolvem a realização de algo como “inclusão digital”? Quais os valores que norteiam estas práticas? É possível construir o debate da inclusão digital ser vista como um direito e que possa ser vista entre os direitos fundamentais? E, por fim, o que a inclusão digital, na sua interface com o Direito, reforça, modifica, reproduz e transforma?

Enfrentar o tema da inclusão digital – o que poderia ser uma tarefa de certa forma algo tranquila e sem tropeços, pois todos têm uma vaga noção do que seja - traz uma série de obstáculos. O próprio uso da terminologia não é consenso nos usos e costumes de governos, da sociedade civil e dos estudiosos dos vários campos do conhecimento. Existem inúmeras nomenclaturas para traduzir o mesmo fenômeno: *apartheid* digital, *digital divide*, diferença digital, abismo digital e inclusão digital.

Todas estas denominações tentam englobar o mesmo fenômeno, mas apresentam causas e efeitos diferentes. Há uma divisão que permeia todas estas terminologias: a daquelas que priorizam a falta de acesso à tecnologia e das que discutem a questão da perspectiva da exclusão social e da cidadania. As duas vertentes, como outras que surgiram estão, cada uma, a meio caminho da imensa complexidade que envolve estas questões. A falta de acesso à tecnologia é apenas uma parte da questão que envolve a inclusão digital, mas está rodeada por interesses que são maiores do que a tentativa de trazer ao mundo digital a bilhões de pessoas¹⁴⁶ excluídas das tecnologias de informação e comunicação¹⁴⁷. Interessante adicionar o

¹⁴⁶ Existe uma associação sustentada por empresas do porte do Google, SES, HSBC e Liberty Global que estima que sejam de três bilhões as pessoas excluídas digitalmente. O projeto chama Other 3 Billions Networks (<http://www.o3bnetworks.com/index.aspx>). O objetivo desta associação é criar infraestruturas de telecomunicações que possam prover a inclusão digital.

¹⁴⁷ Mark Warschauer já denunciou estes problemas: “No entanto, o modelo baseado no equipamento apresenta diversas falhas importantes. Em primeiro lugar, ainda que o preço dos computadores esteja caindo, o preço de compra constitui apenas uma pequena parcela do que pode ser considerado o custo total de posse. Neste,

alerta de Sérgio Amadeu (2007) sobre esta perspectiva que confunde a exclusão digital com a falta de tecnologia:

A luta pela inclusão digital pode ser uma luta pela globalização contra-hegemônica se dela resultar a apropriação pelas comunidades e pelos grupos sociais socialmente excluídos da tecnologia da informação. Entretanto, pode ser apenas mais um modo de estender o localismo globalizado de origem norte-americana, ou seja, pode acabar se resumindo a mais uma forma a mais de utilizar um esforço público de sociedades pobres para consumir produtos dos países centrais ou ainda para reforçar o domínio oligopolista de grandes grupos transnacionais¹⁴⁸.

A escolha do termo inclusão digital, dentre outros possíveis, vincula-se à utilização adotada pelas sociedades ditas em desenvolvimento e pela ligação forte ao termo inclusão social, altamente difundida a partir de 1970. É, neste contexto, que a inclusão digital, dentre outras terminologias, é mais representativa nas práticas sociais, históricas e culturais frente aos discursos economicistas de posse, propriedade e possibilidade, em que o acesso não é negado formalmente, mas materialmente nas redes infundáveis de barreiras e impedimentos. Se a inclusão digital não é a melhor designação acadêmica do fenômeno de inserção das pessoas às tecnologias de informação e comunicação, ela é adequada para retratar as lutas e os embates existentes.

A terminologia inclusão digital contém esta carga valorativa e histórica que é transferida à necessidade que os cidadãos possuem de estar inseridos no contexto do mundo digital, em termos de acesso à informação e ao conhecimento, bem como à produção de conteúdos relevantes. Assim, a inclusão digital pode efetivar, de fato, nas lutas, embates e desvelamentos que fomenta uma possibilidade de realização de todos os direitos fundamentais

incluem-se os preços dos softwares, da manutenção e dos periféricos; e, em ambientes institucionais, os preços do treinamento, do planejamento e da administração, assim como os de substituição do *hardware* e do *software*, necessidade imposta devido à obsolescência planejada dos produtos. Além disso, afóra a disponibilidade de computadores (ou o pacote informático mais amplo), outras barreiras continuarão a desempenhar papel importante na promoção da desigualdade digital. Entre essas barreiras destacam-se o acesso diferencial a telecomunicações de banda larga, as diferenças de conhecimento e habilidade no uso de computadores e nas atitudes concernentes a ele, o conteúdo on-line inadequado para as necessidades dos cidadãos de baixa renda (particularmente, em línguas diferentes do inglês) e os controles ou limitações governamentais em relação à utilização irrestrita da internet em diversos lugares do mundo” (2006, p. 3). Warschauer combate o modelo baseado nos equipamentos, mas ele acredita que a tecnologia irá construir os meios para se acabar com a exclusão digital e diminuir as desigualdades sociais.

¹⁴⁸ Sérgio Amadeu, a nosso ver, deturpa o conceito de contra-hegemonia muito caucado nos direitos humanos e no próprio sentido do que seja inclusão digital. É contra-hegemônico, literalmente, algo que está em confronto com o que pensa e age a maioria. Os direitos humanos são geralmente contra hegemônicos pois estão formatados para defender interesses que se coadunam ou não com a visão de mundo da maioria. Ora, a inclusão digital não é contra hegemônica, pois ela é abraçada por todos. Não há quem duvide ou lute contra, conscientemente, a inclusão digital como direito (Disponível em: <<http://webcomtexto.com.br/blog/2010/03/09/mais-de-90-dos-brasileiros-acham-que-acesso-a-internet-e-direito-fundamental/>>. Acesso em: 27 jul. 2010). O problema da inclusão digital é ser um direito efetivo e materialmente apropriado pelos cidadãos e não ser contra hegemônico.

decorrentes das liberdades de expressão, comunicação, informação, acesso à educação, cultura, novas formas de participação política. Novas formas de relação entre governantes e governados. Nesta perspectiva axiológica, a inclusão digital pode ser apropriada pelas pessoas, diferentemente da posse dos produtos e das tecnologias para a superação de determinadas condições sociais, econômicas e históricas.

5.1 Inclusão digital, direito e tecnologia

Quais são os obstáculos enfrentados pela inclusão digital? Quando se utiliza da inclusão digital como direito, contra quem e o quê está se direcionando? Quais são as práticas impeditivas da efetivação desta necessidade de inclusão digital? Ao se realizar estas perguntas e analisar os discursos da inclusão digital, aceitos e fomentados tanto por governos quanto pela sociedade civil, vê-se que há uma dissonância entre o que é proferido e o que é realizado. As redes e suas conexões finas e invisíveis se enredam nas questões estruturais e de infraestrutura econômica, histórica, social, cultural e tecnológica, que acabam por inviabilizar a inclusão digital.

A solução buscada para se reduzir toda esta complexidade e “apaziguar” os conflitos gerados pelos discursos em oposição prática à necessidade efetiva de inclusão digital, foi alçar a técnica como o único caminho de superação das desigualdades. Países como a Estônia¹⁴⁹, a Finlândia¹⁵⁰ e a França¹⁵¹ estabeleceram que a banda larga e o acesso às redes como um direito fundamental. Até a seção de Direitos Humanos da ONU também admitiu isto¹⁵².

Como lidar com esse atrelamento do direito às bases tecnológicas?

Neste sentido, a lição de Pierre Lévy (1993, p. 186) elucida sobre esta tensão entre a tecnologia e ação humana:

As técnicas não determinam nada. Resultam de longas cadeias inter cruzadas de interpretações e requerem, elas mesmas, que seja interpretadas, conduzidas para novos devires pela subjetividade em atos dos grupos dos indivíduos que tomam posse dela. Mas ao definir em parte o ambiente e as restrições materiais das sociedades, ao contribuir para estruturar as atividades cognitivas dos coletivos que

¹⁴⁹ Disponível em: <<http://www.kapvert.com/noticias.php?noticia=1643>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://www.dw-world.de/dw/article/0,,5772062,00.html>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

¹⁵¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/informatica/ult124u579424.shtml>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

¹⁵² Ver Capítulo 4 deste trabalho.

as utilizam, elas condicionam o devir do grande hipertexto. O estado das técnicas influi efetivamente sobre a topologia da megarede cognitiva, sobre o tipo de operações que nela são executadas, os modos de associação que nela se desdobram, as velocidades de transformação e de circulação das representações que dão ritmo a sua perpétua metamorfose. A situação técnica inclina, pesa, pode mesmo interditar. Mas não dita.

Como relacionar, então, direito e tecnologia?

É, neste sentido, que a visão de inclusão digital ultrapassa a noção da base tecnológica ocasional que a suporta. A inclusão digital, dentre as suas inúmeras vertentes, deve ser encarada como um direito entre direitos, abrigando as mudanças trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação, mas não se subordinando a elas.

Sua relação com os direitos humanos pode ser esclarecida com a citação de Flávia Piovesan (2009, p. 98-99):

Enquanto reivindicações morais, os direitos humanos nascem quando devem e podem nascer. Como realça Norberto Bobbio, os direitos humanos não nascem todos de uma vez nem de uma vez por todas. Para Hannah Arendt, os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. Refletem um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. No dizer de Joaquín Herrera Flores, os direitos humanos compõem uma racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Invocam, neste sentido, uma plataforma emancipatória voltada à proteção da dignidade humana. Para Carlos Santiago Niño, os direitos humanos são uma construção consciente vocacionada a assegurar a dignidade humana e a evitar sofrimentos, em face da persistente brutalidade humana.

O discurso fomenta que os direitos humanos são *ex parte populi*, ou seja, são direitos do cidadão, contudo, não há efetividade deles se exercerem porque lhe faltam dois requisitos materiais interligados: os direitos humanos são dados sem os meios políticos, econômicos, sociais, históricos, culturais e jurídicos; e, interligados à falta destes meios, são atribuídos e não apropriados. Estes dois requisitos, conjuntamente, têm funcionado para que os direitos humanos tornem-se constantemente incompletos, necessariamente em construção e expansão.

5.2 A inclusão digital como direito fundamental – conexões axiológicas entre as redes

A inclusão digital visa interligar as redes de direitos humanos fundamentais que estão imbricadas, dentre outros já citados, no formalismo jurídico estatal. Interessante notar o duplo papel do Estado nas questões de direitos fundamentais. O Estado deve ser o garantidor dos direitos fundamentais dos cidadãos, mas também é, direta ou indiretamente, nas suas ações e

omissões, o responsável principal pelos desvios, obstruções e arbítrios contra quem deveria proteger.

Pensar na inclusão digital entre direitos fundamentais é uma tentativa de dobrar este círculo vicioso em que se delega ao Estado – ou o que se entende por Estado – o monopólio de dizer e ditar todas as relações dos cidadãos. Está-se, assim, discutindo a necessidade da participação direta do cidadão nas atividades estatais e o exercício de seus direitos, *ex parte populi*, do que lhe concerne e lhe faz referência, sem intermediação, como instrumento de luta.

Esta centralização das questões de direitos humanos na figura do Estado limita o entendimento de que os próprios particulares, e nisto pensando grandes corporações, pequenas e médias empresas e indivíduos, podem ser parte da inclusão/exclusão. São interesses transversais que podem ser incorporados, reforçados e multiplicados ao lado e pelas práticas governamentais mediatamente.

A inclusão digital inserida entre os direitos fundamentais desafia, amplifica, modifica e transforma duas práticas essenciais existentes: o direito e o Estado.

Com a inclusão digital muda-se a interface com o direito, pois não haverá a restrição física impeditiva da publicidade, do acesso às informações, da produção de conteúdo, das redes sociais, enfim, a participação dos cidadãos será ampliada pelas possibilidades existentes com as tecnologias de informação e comunicação. O direito não pode ser mais pensado e estruturado passivamente, calcado no positivismo *a posteriori* do fato, pois a velocidade das relações desafia a lentidão de um processo jurídico, todos os seus requisitos e consequências. O direito, diante da inclusão digital, tem o desafio de antecipar as transformações e ser parte delas, a fim de manter a sua relevância.

O Estado também se modifica no face a face com a inclusão digital. Por um lado, há, em decorrência da alta capacidade de processamento dos computadores e celulares para cruzar dados e informações, produção de saberes 365 dias por ano, a cada minuto, sobre o que o usuário faz, o que compra, o que gosta, o que vende, por onde ele tem que seguir, o que ele baixa, incentiva, expressa, enfim, como ele se determina na grande rede mundial. Alguns países possuem projetos de lei que preveem a vigilância dos cidadãos claramente, como o Brasil¹⁵³, e outros, como a Inglaterra e EUA¹⁵⁴, por meio de seus serviços de inteligência,

¹⁵³ Isto claramente é notado nas alterações trazidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente nos seus artigos 241 e seguintes.

constroem *softwares* e ferramentas que rastreiam todos os cidadãos nacionais e internacionais. Por outro lado, o que se produz nas redes escapa, contesta, produz novidades e demandas por outras formas de participação nas decisões políticas.

Exploramos, agora, o conceito de rede, fundado por Saint-Simon, e difundido nas diversas áreas do conhecimento. Antes, as redes tiveram o seu desenvolvimento e origem na biologia e na anatomia humana e agora são “uma espécie de paradigma e de personagem principal das mudanças em curso justo no momento em que as tecnologias de comunicação e informação passaram a exercer um papel estruturante na nova ordem mundial” (PARENTE, 2010, p. 92).

Como ocorreu esta transição do conceito de redes do corpo para práticas sociais, culturais, tecnológicas e políticas e, mais especificamente, como instrumento de poder? Para Raffestin (1993, p. 204), as redes estão conectadas aos “meios a disposição (energia e informações), dos códigos técnicos, sociopolíticos e socioeconômicos assim como dos objetivos dos atores”. A rede é dependente daqueles que a criam e controlam os seus pontos, “ou melhor, da posição relativa que cada um deles ocupa em relação aos fluxos que circulam ou que são comunicados na rede ou nas redes” (RAFFESTIN, 1993, p. 207), sendo elas “feitas à imagem do poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 209). Assim, as redes são mutáveis no espaço e no tempo, construindo-se e dissolvendo-se no espaço, que acabam se constituindo em territórios. Territórios com duplo conceitual de libertação e de aprisionamento. Desta forma, Raffestin justifica o deslocamento das redes como instrumento de poder. Como instrumento de poder¹⁵⁵, a rede é utilizada como meio e técnica para a circulação da vigilância e não de libertação.

Entretanto, a rede é incontível por definição, dispersa e múltipla, facilitando por outro lado a circulação libertária dentro dela ou delas. Isto ocorre porque entre as redes há espaços vazios e não preenchidos que permitem rearranjos de possibilidades e reconstruções de sentido.

¹⁵⁴ Projeto construído foi denominado Echelon, mas não foi confirmado pelos governos envolvidos. Uma fonte excelente para descobrir os desdobramentos deste projeto e o que ele significa em termos de vigilantismo é: <<http://whatreallyhappened.com/RANCHO/POLITICS/ECHELON/echelon.html>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

¹⁵⁵ A concepção de poder que este trabalho abraça é a foucaultiana, trazida por Márcio Alves da Fonseca (2002, p. 259-260), em que “o poder não é uma 'substância', não é algo que se possui, algo de que se é dotado ou desprovido; na medida em que o autor desenvolve uma concepção de poder como estratégia, como algo que 'circula em toda espessura e extensão do tecido social', ou seja, na medida em que o poder é por ele pensado como uma rede de mecanismos de normalização (mecanismos de disciplina e mecanismos de regulação) que atinge todos os domínios da vida individual e coletiva, é preciso enfrentarmos o problema de saber qual pode ser a forma da resistência a esse tipo de poder”.

Pierre Musso (2010, p. 36-37) analisa o conceito de rede como circulação da liberdade e sua mudança:

A rede é um veículo que nos transmuda em “passantes”, sempre mergulhados nos fluxos (de informações, de imagens, de sons, de dados...). O movimento é contínuo: assim como a República platoniana punha cada um em seu lugar, a democracia reticular põe cada um numa situação de passagem, “conectando-o” a uma rede. O presente é passagem, transição, movimento. Não há mais necessidade de operar a mudança social, ela se faz permanentemente.

Assim, a rede tornou-se o fim e o meio para pensar e realizar a transformação social, ou até mesmo as revoluções de nosso tempo. O imaginário da rede é uma simples ideologia, ou seja, uma maneira de fazer a economia das utopias da transformação social. Paradoxo: enquanto Saint-Simon forjou esse conceito para pensar a mudança social, ele se tornou um meio de não mais pensar nisso. Esse é o próprio da fetichização. A rede passou do estágio de conceito ao de percepto, ou mesmo de preceito.

Musso aponta neste excerto uma guinada do conceito de rede como uma ideia, “uma simples ideologia”. O deslocamento para Musso (2010, p. 28-29) foi construído pelos discípulos de Saint-Simon, principalmente Michel Chevalier, que corromperam o conceito de rede, subvertendo-o para a questão técnica como transformadora social:

Diferentemente de Saint-Simon, Chevalier transforma a rede em objeto-símbolo: a rede técnica produz, por ela mesma, mudança social. Michel Chevalier irá até mesmo escrever as frases fundadoras da ideologia da comunicação: “Melhorar a comunicação é trabalhar na liberdade real, positiva e prática... é fazer igualdade e democracia. Meios de transporte aperfeiçoados têm como efeito reduzir as distâncias não apenas de um ponto a outro, mas também de uma classe a outra”.

Este duplo discurso de que a rede, como técnica, é vigilância, controle e, por outro lado, é libertadora e, também, um meio de redução das desigualdades e dos desvios antidemocráticos se faz até hoje quando se pronuncia a necessidade de inserção das pessoas às TIC e os vincula a direitos humanos fundamentais. Exemplo disto é o Conselho da Europa que determinou, em 29 de maio de 2009, que o acesso à internet é um direito humano fundamental¹⁵⁶.

A rede tem de ser o lugar em que o humano se torne mais humano e se confronte com a diversidade de outras formas de viver, pensar e interagir. Por isso, resgatar o conceito originário de rede, pensado por Saint-Simon, constitui uma forma de reverter a tendência de atribuir à técnica a primazia na transformação social.

Assim, deve-se olhar para Saint-Simon onde a rede é o conceito passagem para uma transição social. É a circulação na rede que define a condição de vida ou a boa administração.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://www.ministerialconference.is/media/images/MCM2009011_en_final_web.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2010.

O Estado tanto pode ser o lugar do poder e da força quanto o lugar da circulação de dinheiro e gestão administrativa. Assim, a rede serve tanto para encerrar e vigiar como para fazer circular e comunicar (MUSSO, 2010, p. 28-29).

O objetivo do conceito de rede de Saint-Simon é fazer a passagem da regulação do Estado feudal burocrático para o sistema industrial democrático. Somente este sistema industrial, pensado por redes, poderia atuar mais sobre a natureza, realizar o interesse público e construir a felicidade material dos cidadãos (MUSSO, 2010, p. 26). Para Saint-Simon, nas palavras de Pierre Musso, “as redes são símbolos: com efeito, convocar a rede como objeto redundante simultaneamente em apagá-lo como técnica para revelar a sua verdade como vínculo social, na associação universal” (2010, p. 28). Para Saint-Simon, a rede é lugar visível cujo vínculo é invisível (MUSSO, 2010, p. 24).

5.2.1 A inclusão digital na lógica da estratégia das redes

Resgatar o conceito originário de rede de Saint-Simon não se relaciona somente com a transformação social que ele enuncia, mas pela lógica que ele se desenvolve. A lógica das conexões¹⁵⁷ que perpassam o visível e o invisível, as conexões infinitas entre os elementos na rede e entre as redes.

Foucault, ao explicar qual é o método que constrói a sua filosofia, diz que não é pela lógica dialética. A dialética é uma lógica que no confronto dos diferentes homogeneiza-os. O que ele desenvolve é a lógica da estratégia que “tem por função estabelecer quais são as conexões possíveis entre termos díspares e que permanecem díspares” (FOUCAULT, 2008, p. 58). A lógica da estratégia, neste sentido, pode fazer entender e compreender como as conexões invisíveis sustentam e mantêm unidas as redes visíveis.

Neste passo, Virgínia Kastrup (2010, p. 84) reforça que:

A conexão dos heterogêneos não é centralizada, hierárquica ou garantida por qualquer determinismo, mas é capaz, por si só, de engendrar formas inéditas e inesperadas, que rompem com formas anteriores, sem o recurso de uma força externa. Um híbrido pode ser cartografado, em seu movimento criador e inventivo, além de poder ser tratado quanto a seus “pontos de estruturação”.

¹⁵⁷ Este também é o entendimento de Virgínia Kastrup (2010, p. 80).

Então, dentro da lógica da estratégia das redes, como se insere a questão da inclusão digital como direito humano fundamental?

A inclusão digital é uma questão inerente à rede, quer dizer, à grande rede, à internet. A inclusão digital é inserida nas discussões da sociedade civil e dos governos na perspectiva de que a rede é a técnica que irá permitir a dissolução dos problemas das desigualdades e da falta de democracia existentes no mundo real. É a visão de Michel Chevalier que ainda domina e que é utilizada para fazer circular a vigilância e a rede como instrumento de poder.

Contudo, a rede internet está inserta, superposta e interligada a outras redes, que nada mais são do que vínculos sociais. Acreditar que somente ela, internet, será e realizará esta revolução, é desconsiderar outras práticas que a envolvem, abraçam e a influenciam. É desconsiderar que a rede é um instrumento de poder difuso. Poder que se manifesta na questão da própria inclusão digital que é impedida e obstruída, mesmo que fomentada, por ser ela insuficiente como fonte e solução de causas e conexões que estão fora dela.

Diante da insuficiência prática e teórica da rede internet para construir a inclusão digital, socorre-se dos espaços vazios e fugidios do poder vigilante e onipresente. Na busca destes espaços, a rede (sistema) jurídica, como prática difundida, pode ser um caminho para inclusão digital, a fim de que se mantenham unidas as conexões invisíveis entre estas redes em favor da efetiva associação universal.

A inclusão digital como direito humano fundamental tem como objetivo unir redes que não se conversam por estarem em diferentes perspectivas da liberdade de expressão, do acesso à informação, direito à informação, *softwares* de buscas, *hardwares*, infraestruturas de telecomunicações, culturas linguísticas, desigualdades entre homens e mulheres, políticas tributárias iníquas etc. A inclusão digital como direito fundamental conecta e interliga todas estas práticas, campos de conhecimento e direitos, que funcionam independentemente das técnicas.

Nestas circunstâncias, a inclusão digital como direito humano fundamental, na lógica da estratégia das redes, funcionará como rede visível que conectará invisivelmente todas as outras redes, fortalecendo a associação, com vistas à manutenção da diversidade entre os seres humanos. É no universal com diversidade¹⁵⁸ que a inclusão digital vinculará com mais força

¹⁵⁸ A inclusão digital é um universal com diversidade, pois mantém as suas características técnicas em todos os lugares do mundo, super e infraestruturas, e abraça o multiculturalismo que se reforça em suas conexões. Ver capítulo 4 deste trabalho.

todas as conexões das redes e das pessoas como tática à estratégia de ser só circulação de vigilância¹⁵⁹.

5.3 Inclusão digital e as redes da desigualdade

A inclusão digital enfrenta uma questão, que, aliás, permeia todo este trabalho: a reprodução da desigualdade com as tecnologias de informação e comunicação, pois utilizadas como instrumento de circulação de poder e vigilância. As desigualdades existentes no mundo atual quando alcançam o virtual se duplicam e tornam-se mais complexas. No capítulo três, foram trazidos vários exemplos de como podem surgir não só desigualdades entre os que têm acesso ou não aos meios econômicos e tecnológicos, mas também como acontecem as desigualdades inerentes às apropriações diferentes dos conteúdos e das formas trazidas pelas TIC, devido à diversidade de formações históricas, sociais e culturais.

A busca pela igualdade envolve a luta pela inclusão, seja ela digital ou social. Os caminhos percorridos pela construção da igualdade desvendam obstáculos e barreiras contínuas. São infraestruturas políticas, sociais, históricas, econômicas e culturais que criam interdições, oposições e fomentam as desigualdades. O discurso da inclusão digital de viabilização da igualdade, teoricamente, é reverberado em todos os documentos jurídicos, políticos e sociais.

Contudo, cabe recordar o alerta do sociólogo T. H. Marshall, trazido por Richard Sennett (2004, p. 296), quando comenta que o discurso da luta pela igualdade não é suficiente para combater a desigualdade:

O que a política prática não pode fazer é eliminar o desconforto fundamental suscitado pela desigualdade na sociedade moderna. O sociólogo britânico T. H.

¹⁵⁹ Neste sentido, a inclusão digital dentro da sistemática dos direitos humanos enfrenta o seu viés homogeneizante que dissolve a diversidade, tal como alerta Boaventura de Souza Santos (apud BITTAR, 2004, p. 149): “Na realidade, os direitos humanos são por vezes as únicas armas à disposição dos fracos e das vítimas de diferentes tipos de opressão e violência. Contudo, na sua versão hegemônica, o regime de direitos humanos é um instrumento de homogeneização e, por isso, tende a suprimir culturas que não sejam dominantes na emergência da teoria moderna de direitos; existe, no entanto, a possibilidade de ser entendido a outros valores e a outras culturas. O quadro dos direitos humanos também oferece opções ao individualismo que é contrário aos valores comunitários, um tipo de cosmopolitismo, de liberdade de associação para comunidades, que permite a estas escolher, dentro de certos limites, 'retirar-se' parcialmente da cultura dominante e desenvolver a sua própria cultura, procurar o reconhecimento da sua identidade e objetivos coletivos”.

Marshall atraiu a ira de marxistas doutrinários por ter falado com franqueza desta realidade. Ele foi politicamente correto em proclamar que o *welfare state* britânico, formado depois da Segunda Guerra Mundial, objetivava substituir o “*status* diferencial, associado com a classe, a função e a família, [...] pelo *status* único e uniforme de cidadania”. Mas Marshall concluiu seu pensamento afirmando que aqueles direitos sociais “proporcionavam a fundação da igualdade sobre a qual a estrutura da desigualdade pode ser construída”. Existem, acreditava ele, desigualdades inevitáveis.

A construção da inclusão digital rumo a relações sociais mais igualitárias tem possibilidades de reverter a desigualdade. Cabe, porém, a cada momento, voltar às perguntas centrais: como estão estruturadas a reprodução e a diferenciação social nas tecnologias de informação e comunicação? Como se articulam as tecnologias de informação e comunicação nos processos de desigualdade? (CANCLINI, 2007, p. 72).

5.3.1 Diferenciações sociais nas TIC

Nas tecnologias de informação e comunicação houve uma alteração na relação entre o econômico e o simbólico. Não há mais esta relação direta entre o domínio econômico e a produção por quem detém o poder simbólico¹⁶⁰, porque a distribuição dos bens materiais não necessariamente coincide com o acesso e controle dos bens imateriais. Por exemplo, o poder econômico não garante a inclusão digital e, conseqüentemente, nem aos bens imateriais inerentes às TIC. Assim, apresentam-se, na prática, outras formas de desigualdade e de diferenciação social no virtual.

Por outro lado, mesmo quem possui o poder econômico e o acesso à internet não necessariamente consegue determinar os rearranjos dos signos de privilégio. Teoricamente, todos têm acesso aos bens imateriais existentes na internet e podem se apropriar deles para

¹⁶⁰ Para Bourdieu, trazido por Magali de Castro (1998), a noção de poder simbólico permeia todas as outras formas de poder: “Para ele, este poder é quase mágico, na medida em que permite obter o equivalente ao que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização. Todo poder simbólico é um poder capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento e só se exerce se for reconhecido. Ao contrário da força nua, que age por uma eficácia mecânica, todo poder verdadeiro age enquanto poder simbólico. A ordem torna-se eficiente porque aqueles que a executam, com a colaboração objetiva de sua consciência ou de suas disposições previamente organizadas e preparadas para tal, a reconhecem e crêem nela, prestando-lhe obediência. O poder simbólico é, para Bourdieu, uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder. As leis de transformação que regem a transmutação de diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em particular, o trabalho de dissimulação e transfiguração que assegura uma verdadeira transformação das relações de força, transformam essas forças em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais, sem gasto aparente de energia”.

contrapor-se a um determinado modelo simbólico, especificamente, e, *lato sensu*, de valores, sejam eles individuais e sociais. A diferenciação social pode determinar lugares de enfrentamentos e posicionamentos contra o poder das e nas redes.

Na prática, existe uma luta visível nas TIC por mecanismos invisíveis ou não diretamente rastreáveis, relacionada a quem controla os fluxos de informações. Já foi dito anteriormente que existem dois tipos de poderes que geram exclusões digitais: quem controla a infraestrutura de telecomunicações e quem controla o código. Os caminhos por onde trafegam as informações são fornecidos pelas empresas de telecomunicações, que fornecem os meios físicos para a transmissão de informações. Contudo, a maneira como a informação é trafegada, onde ela será acessada, consumida e produzida é determinada pelas empresas de serviços de internet, tais como o Google, a Microsoft, a Apple etc. Estas empresas de telecomunicações e de internet determinam as formas e os meios de circulação e produção de informação, bem como as diferenciações sociais, que não serão mais do poder econômico ou do simbólico, mas daqueles que terão ou não acesso.

Aí, neste ponto, as diferenciações produzem desigualdades, de acordo com os interesses destas empresas: frutos da falta de capacidade econômica do usuário de consumir; do entendimento do código de computador ou linguístico; dos possíveis concorrentes destas empresas que não terão o mesmo desempenho e possibilidades de quem possui o controle; do acesso a informações selecionadas por estas empresas, que podem até ser feitas em conluios com governos, parceiros comerciais e padrões de comportamentos estabelecidos¹⁶¹; da venda de informações pessoais para governos e outras empresas. Esta é apenas uma parte do que pode ocorrer por conta de como são formatadas as tecnologias de informação e comunicação. É um quadro potencial que demonstra como o poder das redes pode ser direcionado para gerar processos de desigualdade.

Entretanto, por conta das empresas de telecomunicações e de serviços de internet mais relevantes não serem do mesmo grupo econômico, não há ainda um concerto entre elas, e pela concorrência entre as próprias empresas de mesma área, em que existem muitas empresas novas que dinamizam mudanças na forma de se usar as TIC, há a vinculação entre o poder econômico refletindo-se no simbólico de forma instável. Até alguns anos atrás o Yahoo era o maior sistema de buscas na internet e hoje é apenas um participante, pois foi suplantado pelo

¹⁶¹ Neste sentido, em relação a padrões de comportamentos estabelecidos e dominantes, é interessante verificar que a Apple impede a criação de aplicativos de seus dispositivos móveis que contenham conteúdos sexuais. Disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI4278902-EI4796,00-Apple+remove+cinco+mil+aplicativos+sexuais.html>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

melhor serviço do Google, que nasceu depois dele. Como disse numa palestra Lawrence Lessig, a melhor empresa, ideia e o futuro da internet ainda estão sempre por vir. Elas não existem ainda.

Neste viés não há necessariamente uma produção de desigualdades e sim de diferenciações, alteridades. As empresas de internet e telecomunicações determinam sim diferenciações sociais, mas não hierarquizações sociais, até porque elas são e estão estruturadas em e nas redes. Na ubiquidade da rede não há como se construir hierarquizações e homogeneizações, mas sim o de estabelecer relações entre os diferentes que estão nela, sem forma ou desenho *a priori* determinados (KASTRUP, 2010, p. 82-84). As TIC e a inclusão digital são sempre objetos a serem construídos, nunca finalizados, tanto na forma quanto nos conteúdos.

5.3.2 Os processos de desigualdades nas TIC

Diante deste campo aberto a possibilidades, ampliam-se os espaços para rearranjos e possibilidades, para que aqueles incluídos digitalmente desloquem-se nos vazios de controle e se associem em diversos modos, construindo-se e sujeitando-se diversamente do que o anteriormente proporcionado. Contudo, algumas diferenciações são estipuladas atual e virtualmente, perpassando e atravessando as TIC negativamente. Aí, do que seria uma diferenciação social pelas TIC podem surgir processos de desigualdade. O caminho para a igualdade só se constrói, sem fomentar a desigualdade, quando se elimina, em parte, a estrutura que a gera. O pensamento de R. H. Tawney, fornecido por Richard Sennett (2004, p. 296), amplia esta noção:

[...] criticar a desigualdade e desejar a igualdade não é, como às vezes se sugere, alimentar a ilusão romântica de que os homens são semelhantes em caráter e inteligência. É sustentar que, embora seus dotes naturais difiram profundamente, é característica de uma sociedade civilizada objetivar eliminar tais desigualdades em sua origem, não nas diferenças individuais, mas na organização [social] [...].

A inclusão digital enfrenta não somente a produção das desigualdades no mundo virtual, mas também aquelas que são frutos do mundo atual, amplificadas nestes meios tecnológicos.

O excluído digital, mesmo que diante de processos de oposição e interdição diferentes e seletivos que aleatoriamente transformam as relações de dominação, carrega em si uma marca, um estigma que estabelece discriminações negativas. Este estigma ficou evidente, neste trabalho, ao analisarmos¹⁶² que a exclusão digital é maior entre mulheres negras e de baixa renda do que entre homens negros de baixa renda. Neste exemplo existem várias situações de interdição e oposições que sujeitam estes indivíduos a processos de desigualdade: a falta de acesso à educação; a condição econômica ruim; a discriminação de gênero; os empregos obtidos em que o homem pobre tem emprego administrativo em empresas com possibilidades de acesso a computador em contrapartida à mulher que é, quem sabe, empregada doméstica sem acesso a computadores. Estes trabalhos e posições sociais são atribuídos de fora e marcam estas pessoas na sua vida social e digital. Incluídos digitalmente, estes homens e mulheres carregarão estes estigmas e diferenças para os conteúdos acessados, o tempo e o potencial que eles podem desenvolver na internet. É o que Robert Castel (2008, p. 14) chama de discriminação negativa:

Mas, a discriminação negativa não consiste somente em dar mais àqueles que têm menos; ela, ao contrário, marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em fator de exclusão.

Estas discriminações negativas determinam não somente as exclusões, mas as desigualdades existentes no mundo atual que serão redobradas no mundo digital, pois os discriminados carregarão estes estigmas para todas as suas relações construídas na internet. Estes desiguais não construirão redes sólidas de convivência e trocas, pois serão individualizados e descontextualizados das relações que lhes atribuem estes estigmas. O processo de desigualdade se manterá porque não serão enfrentados na organização social que os gerou e os anuncia. Aí, a inclusão digital, como direito humano fundamental somente do indivíduo, torna-se inócua na sua proposta de fazer funcionar os enfrentamentos contra as estruturas exclusivas que impedem o acesso ao conhecimento e às tecnologias.

¹⁶² Ver capítulo 3.5.

5.4 A inclusão digital como direito humano fundamental de transformação social

Diante do desenvolvimento e do reconhecimento da lógica da estratégia nas redes, das diferenciações sociais e dos processos de desigualdade nas TIC, quais são os desafios da inclusão digital como direito fundamental? Como efetivamente enfrentar o desafio da universalidade com diversidade? Como engendrar uma série de práticas e campos do conhecimento em torno do tema da inclusão digital? E, na perspectiva que desenvolvemos neste trabalho, como o discurso axiológico do direito, bombardeado pelas mudanças tecnológicas ocorridas à sua volta, possui relevância e legitimidade para a inclusão digital?

A inclusão digital enfrenta e luta contra as resistências e bloqueios existentes nas redes. As redes são dinâmicas e, por isso, instáveis. Elas se desenvolvem historicamente se refazendo, modificando, reconstruindo, reconectando. As redes, em decorrência destas lutas e enfrentamentos, vão remodelando seu formato e conexões, deslocando os seus objetos e posições.

A dinâmica das redes não necessariamente resulta em transformações sociais e mudanças de paradigmas. Em alguns momentos, mudam-se os objetos, mas se mantêm as conexões e estruturas das redes, tal como na perspectiva trazida pela globalização e pela pós-modernidade, demonstrada por Habermas (2001, p. 74 apud BITTAR, 2004, p. 194):

Inovações institucionais não se concretizam em sociedades nas quais suas elites políticas são de modo geral capazes de tal iniciativa, se elas não encontram ressonância e apoio nas orientações valorativas previamente reformada das suas populações. Daí os primeiros endereçados de tal “projeto” não serem os governos, mas sim movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais, ou seja, os membros ativos de uma sociedade civil que vai além das fronteiras nacionais. De qualquer modo, a idéia de que os mercados globalizados devam se voltar para competências político-regulamentadoras aponta para conexões complexas entre a capacidade de cooperação de regimes políticos e uma nova forma de integração da solidariedade cosmopolita.

É nesta possibilidade de não transformação social das redes, por conta da manutenção dos processos de desigualdade, que incide uma das preocupações relacionadas à inclusão digital. Apesar do desenvolvimento teórico na direção das redes, no sentido de Saint-Simon, ser de reforçar o vínculo social para a associação universal, há uma lacuna que pode ser entendida no próprio ato de incluir.

As redes se interconectam e interagem constantemente. Dentro da lógica da estratégia das redes, elas se ligam mantendo as suas diferenças e suas perspectivas. Dessa maneira, na manutenção da diversidade, não raro há o enfraquecimento dos vínculos existentes entre as

redes, pois não se sustentam sem a recepção dos valores contidos no diferente. As redes continuariam a depender da técnica para se sustentarem. Isto acontece porque para incluir deve-se abrir o espaço ao desestranhamento¹⁶³. Toda a inclusão, se não for acompanhada pela transformação do lugar a ser incluído, será sinônimo automático de exclusão¹⁶⁴, como foi percebido na atuação das cortes internacionais de direitos humanos.

Como alerta Schilling (2008, p. 15), o conceito de inclusão é um conceito conservador, pois não problematiza a “ordem” que constantemente gera as exclusões. A ordem é definida e construída por classificações que esquadram os espaços e seus habitantes, num esforço de administração. Para Schilling, a questão se direciona neste sentido: quem determina as classificações? Quem determina o incluído ou o excluído? Ao se fundamentar em Norbert Elias e Zygmunt Bauman, Schilling (2008, p. 20) sustenta:

Na busca, portanto, de uma ordem que possa fazer frente à indeterminação, cria-se este jogo de oposições que nos coloca em relações de cooperação (com os amigos, com os “iguais”) e de confronto (com os “inimigos”, os “desiguais”, os diferentes). Nos fazemos homens e mulheres, normais e anormais, membros de uma dada sociedade histórica neste contato face-a-face com suas relações de poder desigualmente distribuídas em seu poder de nomear.

Quando se trata de inclusão digital e das múltiplas redes que a envolve e a trespassa, aonde se localiza o poder de quem nomeia e constrói o incluído e o excluído? Um caminho que pode se seguir, ainda nos apoiando em Flávia Schilling, está relacionado com o processo de estigmatização entre os estabelecidos e os de fora (*outsiders*) que acaba por gerar um diferencial de poder entre as pessoas e, por consequência, determinar quem é incluído e excluído¹⁶⁵. Tal pensamento explicaria algumas relações existentes na internet,

¹⁶³ Alfredo Veiga-Neto (2001, p. 113) elucida esta produção de saber que gera a inclusão e exclusão: “A inclusão pode ser vista como primeiro passo numa operação de ordenamento, pois é preciso a aproximação com o outro, para que se dê um primeiro (re)conhecimento, para que se estabeleça algum saber, por menor que seja, acerca desse outro. Detectada alguma diferença, se estabelece um estranhamento, seguido de uma oposição por dicotomia: o mesmo não se identifica com o outro, que agora é um estranho. É claro que aquele que opera a dicotomia, ou seja, quem parte, 'é aquele que fica com a melhor parte'. Nesse caso, a melhor parte é do mesmo ou, talvez seja melhor dizer: é o próprio mesmo”.

¹⁶⁴ Esta noção foi concebida a partir das reuniões de orientação com a Profa. Flávia Schilling, que conseguiu fazer com que enxergasse o porquê da insuficiência do conceito de inclusão digital frente às práticas existentes. Esta simples definição une as perspectivas desenvolvidas neste trabalho de que a inclusão e a exclusão são um duplo conceitual que funciona em conjunto.

¹⁶⁵ “Os *outsiders* são vistos como não observantes das normas e restrições do grupo já estabelecido. São vistos como anômicos. A reação em relação a estes grupos (lembramos que estes grupos são variáveis, aqueles que são alvo da nomeação como 'outro', por parte de algum grupo, variam) é de medo, medo que a literatura identifica como sendo de 'poluição', de sujeira, de contaminação. É como se este grupo fosse portador de uma ameaça de 'infecção anômica'. São vistos como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros. Como não limpos. Elias, brilhantemente, analisa o que acontece quando a desigualdade é muito grande, e permanece no tempo, com os *outsiders* terminando por avaliar-se pela bitola dos opressores. 'Quando o

principalmente, nas redes sociais, que acabam por separar os usuários em participantes ou não de tal comunidade, bem como gerar ataques pessoais caluniosos, denominados *cyberbullying*¹⁶⁶.

Contudo, o incluído e o excluído digitalmente é determinado por relações de poder mais complexas, difusas e sutis. A começar pelo excluído digitalmente pelas infraestruturas de telecomunicações, que não são necessariamente os que têm maior ou menor poder econômico. Uma pessoa rica se não estiver na localidade atendida pelas empresas de telecomunicações por questões econômico-financeiras ou estruturais, por exemplo, não dá para instalar cabos ou os sinais de rádio e satélite não chegam, será excluída digitalmente. O excluído pode ser a pessoa que não detém o conhecimento da língua dominante na internet, no caso, o inglês. São inúmeros exemplos que nos direcionam a estas possibilidades que não são necessariamente de classificação de ordem estáticas, mas dinâmicas conexões que vão reiteradamente, positiva ou negativamente, se alterando, destruindo, reconstruindo, construindo, modificando e reinventando.

É, neste sentido, o alerta de José de Souza Martins (apud SCHILLING, 2008, p. 29):

[...] não estamos em face de um novo dualismo, que nos proponha as falsas alternativas de excluídos ou incluídos. A sociedade que exclui é a mesma que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos.

Diante destes movimentos dinâmicos e incessantes de lutas, contradições, contraposições, enfrentamentos e choques, que a inclusão digital, como direito humano fundamental apropriado, é questionador e crítico das “ordens” que determinam as exclusões digitais. A inclusão digital é um *corsi i recorsi*, lembrando Vico, que força constantemente o diálogo entre os diferentes, faz surgir as barreiras e negocia as soluções de superação, que

diferencial de poder é muito grande e a submissão inelutável, vivenciam efetivamente sua inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana.' (ELIAS et al., 2000, p. 28). Uma consequência conhecida por todos nós? 'Dê-se a um grupo social uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa'. (ELIAS et al., 2000, p. 30). Uma consequência conhecida por todos nós?'. (SCHILLING, 2008, p. 23).

¹⁶⁶ De acordo com o sítio Brasil Escola: “O *cyberbullying* é um tipo de bullying melhorado. É a prática realizada através da internet que busca humilhar e ridicularizar os alunos, pessoas desconhecidas e também professores perante a sociedade virtual. Apesar de ser praticado de forma virtual, o *cyberbullying* tem preocupado pais e professores, pois através da internet os insultos se multiplicam rapidamente e ainda contribuem para contaminar outras pessoas que conhecem a vítima”. Mais adiante prossegue: “Os meios virtuais utilizados para disseminar difamações e calúnias são as comunidades, *e-mails*, torpedos, *blogs* e *fotologs*. Além de discriminar as pessoas, os autores são incapazes de se identificar, pois não são responsáveis o bastante para assumirem aquilo que fazem. É importante dizer que mesmo anônimos, os responsáveis pela calúnia sempre são descobertos”. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/cyberbullying.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

necessariamente devem promover as transformações e que fortaleçam os vínculos sociais dentro e fora destas práticas, redes e campos do conhecimento.

A inclusão digital, na sua relação com o direito, tem como duplo característico: criticar o isolamento jurídico frente a outras práticas, redes, provocando a sua mudança interna; e, buscar nos valores construídos no direito de justiça, igualdade, paz social, dentre outras, as condições da transformação social.

Pensar o direito como transformação social é pensar no “direito novo” de Foucault, reconhecido nos estudos de Márcio Alves da Fonseca. Para Fonseca (2002, p. 242), a “expressão 'direito novo' remete aqui a uma imagem em que o direito aparece como liberado dos mecanismos da normalização e, desse modo, como um direito que se constitui numa forma de resistência às disciplinas e aos dispositivos de segurança”.

Assim, para Foucault, a imagem do “direito novo” estaria inserido na abordagem de se pensar “as práticas do direito” que seriam “mais próximas da afirmação da autonomia e da liberdade dos indivíduos do que da efetivação dos mecanismos da normalização em diferentes aspectos de suas vidas” (FONSECA, 2002, p. 248). Em relação ao “direito novo”, Foucault toma duas posturas: uma negativa e outra positiva. A postura negativa vincula-se a uma “desconfiança” à forma do direito¹⁶⁷. A postura positiva relaciona-se com as práticas do direito em que se realizam resistências e oposições à normalização numa “atitude de não querer ser governado” (atitude crítica)” (FONSECA, 2002, p. 264). Foucault pinçou três momentos históricos em que ele reconhece a “atitude crítica” de não querer ser governado: contra a autoridade da Igreja, pela oposição do direito natural às leis e contra o discurso de verdade de uma autoridade qualquer (FONSECA, 2002, p. 264-265). Fonseca (2002, p. 265) apresenta o que seria uma atitude crítica para Foucault:

Assim, buscando sintetizar essas idéias com o fim de precisar o sentido que atribui à noção de atitude crítica, o autor dirá que se a governamentalização é o movimento pelo qual se trata de assujeitar os indivíduos por meio de mecanismos de poder que reclamam para si uma verdade no interior da realidade de uma prática social, a

¹⁶⁷ É importante trazer todo o desenvolvimento do pensamento de Márcio Alves da Fonseca (2002): “A postura 'negativa' consiste numa atitude quase generalizada de 'desconfiança' de todas as 'formas' do direito tais como as conhecemos, ou seja, a forma da lei e da produção legislativa, a forma das instâncias de julgamento e de aplicação das regras do direito, a forma da organização e da reprodução do saber jurídico, por identificar em todas elas a associação entre o princípio da soberania (organizador do direito formal e burguês no Ocidente) e os mecanismos da normalização. Para o autor, o direito que conhecemos e cujas manifestações concretamente experimentamos, em todas as suas formas, é um direito implicado com os mecanismos da normalização e que, ao mesmo tempo, se efetiva no interior de um quadro formal descrito pelo princípio da soberania. Desse modo, desconfiar da 'forma' do direito, para Foucault, é desconfiar de um domínio de saberes e de práticas em que os mecanismos da normalização e a estrutura formal decorrente de um princípio da soberania formam uma unidade”.

crítica será o “movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e [interrogar] o poder sobre seus discursos de verdade”. A atitude crítica seria, assim, a “arte da não-servidão voluntária”, ou ainda, “a arte da indocilidade refletida”.

A perspectiva do direito novo é central na ideia de uma inclusão digital como direito fundamental. A inclusão digital é aqui pensada não somente como teoria, mas, principalmente, como prática crítica do direito. Uma prática que foge da sua institucionalização na forma do direito para se incorporar nos direitos fundamentais e fazer movimentar perspectivas de não ser governado pelas redes de poder. A inclusão digital como prática do direito, do direito fundamental, inviabiliza o enrijecimento de seu funcionamento. Ao socializar em vez de individualizar, a inclusão digital ataca as estruturas e processos de desigualdade, ampliando os acessos e as conexões aos outros direitos fundamentais. A inclusão digital constrói, criticamente, a ligação com as outras práticas dos direitos fundamentais, ampliando-se na regulamentação social, na arbitragem (FONSECA, 2002, p. 284)¹⁶⁸.

O direito não pode mais querer impor uma condição de ciência social determinante sem construir e negociar a multidisciplinaridade, sob pena de ser submetida ao esquecimento científico. Não podem os juristas, a partir de um viés histórico e dogmático da ciência, no caso, o positivismo, acriticamente, fechar os campos de interação do conhecimento jurídico às visões produzidas por outros campos. Como ressalta Miguel Reale (1990, p. 574):

Para nós, a norma, ao contrário, não pode ser compreendida devidamente fora do processo incessante de adequação da realidade às exigências ideais ou da atualização de fins éticos no domínio das relações de convivência, devendo-se ter presente que ela não tem a virtude de superar, absorvendo-os em si e eliminando-os, os elementos que lhe dão ser. O Direito é um processo aberto exatamente porque é próprio dos valores, isto é, das fontes dinamizadoras de todo o ordenamento jurídico, jamais se exaurir em soluções normativas de caráter definitivo.

A inclusão digital como direito fundamental, como resgate de valores, faz com que o direito esteja, além da normatividade parcial da realidade, aberto a novas possibilidades nas condutas e nas necessidades dos seres humanos, que estão sob influência das condições

¹⁶⁸ Fonseca (2002, p. 284-285) comenta esta imagem de arbitragem no direito em Foucault: “É utilizando-se dessa noção de arbitragem que Foucault procura pensar no conjunto de problemas implicados em um 'direito à saúde'. Para o autor, ao se evocar os problemas ligados ao domínio da saúde, entra-se numa ordem de valores que dá lugar a uma 'demanda infinita', restando o problema permanente de como articular tal 'demanda infinita com um sistema finito'. Os meios de que uma sociedade pode dispor para responder às suas demandas serão sempre inferiores às suas próprias necessidades. No que concerne ao direito, caberia pensá-lo como um domínio que não é jamais exterior a esse jogo social mais amplo. Ao contrário, o direito é um domínio continuamente chamado a integrar o jogo da arbitragem social”.

econômicas, históricas, culturais, tecnológicas e sociais¹⁶⁹. A inclusão digital como necessidade dos seres humanos afeta criticamente o direito e faz com que ele seja ferramenta de transformação social, por fazer movimentar-se, fora das redes de poder, nestas novas redes humanas e tecnológicas.

A inclusão digital como direito fundamental, nesta perspectiva valorativa, é condição de superação do formalismo e do reducionismo restritivo de interpretações e campo aberto de questionamentos críticos. A inclusão digital como indutor de processos realizadores da condição humana em tempos de redes tecnológicas de informação e comunicação.

Na prática, a inclusão digital afeta inúmeros institutos jurídicos. Ao se inserir a inclusão digital como direito fundamental, transforma-se a interpretação de tributos, dos direitos da propriedade intelectual, da legislação de telecomunicações, da administração, do processo civil e penal etc. Por exemplo, na área dos tributos, a inclusão digital alinha-se à imunidade tributária que impede a criação de tributos sobre tecnologias de informação e comunicação, pois amplia-se o acesso do cidadão à informação, ao conhecimento, ao processo educacional etc. (GONÇALVES, 2011). Em relação à propriedade intelectual, a inclusão digital amplia a noção de função social beneficiando a necessidade dos usuários de acesso à informação e ao conhecimento do que as restrições econômicas impostas pelos detentores dos direitos autorais (GONÇALVES, 2011).

Estes exemplos práticos trazidos são apenas o início das discussões que podem ser implementadas e desenvolvidas a partir do conceito de inclusão digital como direito fundamental. A inclusão digital ainda é um campo aberto a inúmeras possibilidades, estudos e interpretações. A tentativa de conclusão é apenas o desenho da moldura da inclusão digital como direito fundamental. Traçaram-se apenas vias para se caminhar neste direito novo.

¹⁶⁹ Esta visão do direito é compartilhada com Miguel Reale (1990, p. 576-577): “O que importa é não esvaziar a normatividade de seu sentido histórico e axiológico, reconhecendo-se que uma norma particular só vale como força integrada em um sistema e momento de uma experiência, fora da qual só por abstração pode e deve ser concebida. [E mais adiante acrescenta:] O que nos parece necessário é a indagação do valor das próprias *regras de direito*, que se não destacam da realidade jurídica, como quem arrancasse os olhos para ver os olhos: - são elas, as regras jurídicas, momento integrante e sintético do processo dialético do Direito, que é sempre fato enquanto valorado, ou seja, enquanto norma e situação normada, em *perene fieri*”.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. Tradução Regina Borges e Dário Borim Jr. Revisão de Claudia de Lima Costa. *Rev. Estud. Fem.* [online], v. 10, n. 1, p. 39-64, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2009.
- AMADEU, Sérgio. *Inclusão Digital, Software Livre e Globalização Contra-Hegemônica*. Disponível em: <http://www.softwarelivre.gov.br/artigos/artigo_02/>. Acesso em: 13 jul. 2010.
- BARROS, Sérgio Resende de. *Direitos Humanos: Paradoxo da Civilização*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- BARSA. *Novo Dicionário das Línguas Inglesa e Portuguesa*. New York: Appleton-Century-Crofts, 1972.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: As consequências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BECHARA, Marcelo. A inclusão digital à luz dos direitos humanos. In: CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil). *Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação 2005*. São Paulo, 2006. p. 33-37.
- BERNERS-LEE, Tim. *Net Neutrality: This is serious*. Publicado em: 21 jun. 2006. Disponível em: <<http://dig.csail.mit.edu/breadcrumbs/node/144>>. Acesso em: 17 jul. 2009.
- BITTAR, Eduardo C. B. *Ética, Educação, Cidadania e Direitos Humanos*. Barueri: Manole, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. *Estado, Governo e Sociedade: Para uma teoria geral da política*. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Tradução Sérgio Miceli. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BULOS, Uadi Lammêgo. *Mutação Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BUZATO, Marcelo El Khouri. Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 38, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2009.
- _____. *O Letramento Eletrônico e o Uso do Computador no Ensino de Língua Estrangeira: Contribuição para a Formação de Professores*. 2001. Tese (Mestrado) – Faculdade de

Educação, Unicamp, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://ead1.unicamp.br/e-lang/publicacoes/tese.php?tese=0>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

_____. *Entre a fronteira e a periferia: linguagem e letramento na inclusão digital*. 2007. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000415042>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

CABRAL JÚNIOR, Heliézer Soares. *O que é uma reação em cadeia?* 2001. Disponível em: <http://super.abril.com.br/superarquivo/2001/conteudo_194950.shtml>. Acesso em: 19 jun. 2009.

CAMACHO, Kemly. *O Abismo Digital*. Publicado em: 15 maio 2006. Disponível em: <<http://vecam.org/article551.html>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Diferentes, Desiguais e Desconectados: Mapas da Interculturalidade*. Tradução Luiz Sérgio Henriques. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

_____. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*. Tradução Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CASTEL, Robert. *A Discriminação Negativa: Cidadãos ou Autóctones?* Tradução Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLS, Manuel. *Sociedade em Rede*. Tradução Roneide Venancio Majer e Klauss Brandini Gerhardt. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Magali de. Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. *Rev. Fac. Educ.*, São Paulo, v. 24, n. 1, jan. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 ago. 2011.

CASTRO, Marcos Faro. *Supremo Tribunal Federal e a Judicialização da Política*. Publicado em: 26 out. 1990. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_09.htm>. Acesso em: 14 jul. 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORTE IDH. Caso Claude Reyes y otros. Fondo, Reparaciones y Costas. Sentencia de 19 de septiembre de 2006. Chile. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_151_esp.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2009.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. Revisão da tradução Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2000.

DWORKIN, Ronald. *Uma Questão de Princípios*. Tradução Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ECO, Humberto. *A Estrutura Ausente*. Tradução Pérola de Carvalho. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FONSECA, Márcio Alves. *Foucault e o Direito*. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Tradução Raquel Ramalheite. 21. ed. São Paulo: Vozes, 1999.

_____. *Em Defesa da Sociedade: Curso no College de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. São Paulo: Graal, 2003.

_____. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GALINDO, Bruno. *Direitos Fundamentais: Análise de sua Concretização Constitucional*. Curitiba: Juruá, 2006.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. *Inclusão Digital: Além do Formal*. 2008. Disponível em: <<http://www.agenciaculturadepaz.com.br/cres/telas/artigos/inclusao-digital-alem-formal.asp>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

_____. *Direito informático: a luta pela inclusão digital*. São Paulo: Delfos, 2011.

GUILLAUME, Marc. A Revolução Comutativa. Tradução Marcos Homrich Hickmann. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 142-160.

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTMANN, Ivar Alberto Martins. *O Acesso à Internet como Direito Fundamental*. 2008. Disponível em: <<http://www.ibdi.org.br/site/artigos.php?id=211>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *MiniAurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa*. 6. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 1995.

HOLANDA, Irving William Chaves. *O negócio virtual e segurança jurídica*. Publicado em: 25 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.ibdi.org.br/site/artigos.php?id=26>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

HOESCHL, Hugo César; MARINHO, Claudia Ribas; RIBEIRO, Érica Bezerra Queiroz; COSTA, Filipe Corrêa da. *Inclusão Digital no Direito Brasileiro: Direito Difuso*. 2003. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/5153/4722>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

KASTRUP, Vírgina. A Rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 80-91.

KENISTON, Kenneth Keniston; KUMAR, Deepak. *The Four Digital Divides*. Cambridge, USA: Massachusetts Institute of Technology (MIT), 2003. Disponível em: <http://www.mit.edu/people/kken/PAPERS/Intro_Sage.html>. Acesso em: 16 jul. 2009.

KNIGHT, Peter T. *Tributação Excessiva nas Telecomunicações*. 2008. Disponível em: <<http://www.tedbr.com/publicacoes/bancohoje2008/bancohoje04-08.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2009.

DE LUCCA, Newton. *Direito do Consumidor*. São Paulo: Quartier Latin, 2003.

LESSIG, Lawrence. *Code and Other Laws of The Ciberespace*. New York: Basic Books, 1999.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. *O que é Virtual?* Tradução Paulo Neves. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. *Cibercultura*. Tradução Carlos Irineu da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

LUNA FILHO, Eury Pereira. *Limites Constitucionais à Tributação na Internet*. Publicado no dia 10 maio 1999. Disponível em: <<http://www.ibdi.org.br/site/artigos.php?id=199>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

MARISCAL, J. Digital divide in a developing country. *Telecommunications Policy*, n. 29, p. 409-428, 2005.

MEGGINSON, William L. *The Financial Economics Of Privatization*. New York: Oxford USA Trade, 2005.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *O Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

MUSSO, Pierre. A Filosofia da Rede. Tradução Marcos Homrich Hickmann. In: PARENTE, André (Org.). *Tramas da Rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 17-37.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Princípios do Processo na Constituição Federal*. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PALFREY, John; ETLING, Bruce; FARIS, Robert. É possível calar essas vozes?. *Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 jun. 2009. Caderno Aliás, p. J6. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/suplementos/not_sup394866,0.htm>. Acesso em: 30 jun. 2009.

PARENTE, André. Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade. In: _____ (Org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 91-99.

PEREIRA, Eliete da Silva. *Ciborgues Indígen@s.Br: Entre a Atuação Nativa no Ciberespaço e as (Re)Elaborações Étnicas Indígenas Digitais*. 2008. Disponível em: <www.cencib.org/simposioabciber/PDFs/CC/Eliete%20Pereira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2009.

PICKLER, Maria Elisa Valentim. Web Semântica: ontologias como ferramentas de representação do conhecimento. *Perspect. ciênc. inf.* [online], v. 12, n. 1, p. 65-83, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2009.

PIOVESAN, Flávia Cristina. *Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional*. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Max Limonad, 2002.

_____. *Temas de Direitos Humanos*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. São Paulo: Renovar, 2005.

_____. *Direitos Humanos na Integração Econômica: Análise comparativa da proteção de direitos humanos e conflitos jurisdicionais na União Européia e Mercosul*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

ROSENFELD, Anatol. *Texto/Contexto II*. São Paulo: Perspectiva/Edusp; Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *Regulação e Concorrência: Estudos e Pareceres*. São Paulo: Malheiros, 2002.

_____. *Direito Concorrencial: As Estruturas*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

- SARACEVIC, Tefko. *Relevance: A Review of the Literature and a Framework for Thinking on the Notion in Information Science. Part II: Nature and Manifestations of Relevance*. 2006. Disponível em: <<http://comminfo.rutgers.edu/~tefko/Saracevic%20relevance%20pt%20II%20JASIST%20%20707.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2009.
- SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- SCHILLING, Flávia. Inclusão/Exclusão, dentro/fora: reflexões sobre a construção da ordem. In: ONOFRE, Eduardo Gomes; SOUZA, Maria Lindaci Gomes de (Org.). *Tecendo os fios da inclusão: caminhos do saber e do saber fazer*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p. 15-29.
- SEN, Amartya. *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- SENNETT, Richard. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Tradução Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.
- SILVA, Nilce da. Espaço de Criação: Uma Possibilidade de Inclusão Digital. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 1, n. 1, dez./jul. 2005-2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum/artigos_v_1_n_1_dez_2005/nilceartigo.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2010.
- SILVA, Virgílio Afonso da. *A Constitucionalização do Direito: Os Direitos Fundamentais nas Relações entre Particulares*. São Paulo: Malheiros, 2005.
- SILVA NETO, Amaro Moraes e. *Internet Legal*. Spam: Abuso de Direito ou Ilícito Civil? Curitiba: Juruá, 2003.
- _____. *Privacidade na Internet*. São Paulo: Edipro, 2001.
- SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos estudos - CEBRAP* [online], n. 72, p. 101-117, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0101-33002005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 jul. 2009.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para excluir. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. *Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-117.
- WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e Inclusão Social: A exclusão digital em debate*. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Senac, 2006.
- _____. Digital Divide. In: BATES, Marcia J. *Encyclopedia of Library and Information Sciences*. 3rd. ed. Los Angeles, CA, USA: University of California, 2009. p. 1.551-1.556.
- WEIS, Carlos. *Direitos Humanos Contemporâneos*. São Paulo: Malheiros, 1999.

REFERÊNCIAS INTERNET

Acesso Brasil – <http://www.acessobrasil.org.br>.

Agência de Cultura de Paz – <http://www.agenciaculturadepaz.com.br>.

Agência Fapesp – <http://www.agencia.fapesp.br>.

A Hole in The Wall – <http://www.hole-in-the-wall.com>.

Alexa – <http://www.alexa.com>.

Brasil Escola – <http://www.brasilecola.com>.

Budapest Open Access Initiative <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>.China.org.cn – <http://www.china.org.cn>.

Cert.br – Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil – <http://www.cert.br>.

Cetic.br – <http://www.cetic.br>.

CNET – <http://www.cnet.com>.

Communities do Governo da Grã-Bretanha – <http://www.communities.gov.uk>.

Conselho de Ministros da União Europeia – <http://www.ministerialconference.is>.

Corte Europeia de Direitos Humanos – <http://www.echr.coe.int/echr>.

Corte Interamericana de Direitos Humanos – <http://www.corteidh.or.cr>.

Deutsche Welle – <http://www.dw-world.de>.

Dirección Terminologia e Industria de la Lengua – <http://dtil.unilat.org>.

Exército Zapatista de Libertação Nacional – <http://www.ezln.org.mx/index.html>.

Folha de São Paulo – <http://www.folha.com.br>.

FutureGov – <http://www.futuregov.net>.

Globo.com – <http://www.globo.com>.

Google – <http://www.google.com>.

HTML Staff – <http://www.htmlstaff.org>.

IBM – <http://www.ibm.com>.

ICANN – Internet Corporation for Assigned Names and Numbers – <http://www.icann.org/tr/portuguese.html>.

IDG Now – <http://www.idgnow.com.br>.

Ikaro Brasil – <http://www.ikaro.net>.

Inclusão Digital do Governo Brasileiro – <http://www.inclusaodigital.gov.br>.

InfoWester – <http://www.infowester.com>.

Instituto Brasileiro de Direito de Informática – <http://www.ibdi.org.br>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) – <http://www.ibge.gov.br>.

Instituto de Governo Eletrônico – <http://www.igov.com.br>.

Internet World Stats – <http://www.internetworldstats.com>.

Ipsos New Center – <http://www.ipsos-na.com>.

Kapvert – <http://www.kapvert.com>.

Massachussets Institute of Technology (MIT) – <http://www.mit.edu>.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – <http://www.nic.br>.

Open Access Initiative – <http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>.

Organização das Nações Unidas – <http://www.un.org>.

Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) – <http://www.pnud.org.br>.

Organização das Nações Unidas para os Direitos Humanos – <http://www.ohchr.org>.

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – <http://www.oecd.org>.

O3B Networks – <http://www.o3bnetworks.com/index.aspx>.

Planalto Civil – Presidência da República Federativa do Brasil – <http://www.planalto.gov.br>.

Rede Nacional de Pesquisas – <http://www.rnp.br>.

Revista Super Interessante – <http://www.superinteressante.com.br>.

Science In Africa – <http://www.sciencein africa.co.za>.

Search Engine Low Down – <http://www.searchenginelowdown.com>.

Sitemeter – <http://www.sitemeter.com>.

Software Livre Brasil – <http://www.softwarelivre.gov.br>.

Speed Teste – <http://www.speedtest.com>.

Supremo Tribunal Federal do Brasil – <http://www.stf.jus.br>.

Terra Networks Brasil – <http://tecnologia.terra.com.br>.

União Europeia – http://europa.eu/index_pt.htm.

Unctad – <http://www.unctad.org>.

União Internacional de Telecomunicações – <http://www.itu.org>.

Web com texto – <http://www.webcomtexto.com.br>.

What Really Happened –
<http://whatreallyhappened.com/RANCHO/POLITICS/ECHELON/echelon.html>.